

## **II. SECRETARIA-GERAL**



## **SECRETARIA-GERAL**

O Capítulo XVI da Carta estabelece as atribuições e funções da Secretaria-Geral, órgão central e permanente da OEA, sediado em Washington, D.C. O Secretário-Geral, eleito pela Assembléia Geral, dirige a Secretaria-Geral, é seu representante legal e participa com direito a palavra, mas sem voto, de todas as reuniões da Organização. O Secretário-Geral pode levar à atenção da Assembléia Geral ou do Conselho Permanente qualquer assunto que, a seu ver, possa afetar a paz e a segurança do Hemisfério ou o desenvolvimento dos Estados membros. Compete ao Secretário-Geral estabelecer as dependências necessárias na Secretaria-Geral, determinar o número de funcionários, nomeá-los, regulamentar suas atribuições e deveres e fixar sua remuneração. O Secretário-Geral Adjunto, também eleito pela Assembléia Geral, é o Secretário do Conselho Permanente. Tem o caráter de funcionário consultivo do Secretário-Geral, cujas funções exerce durante sua ausência temporária ou impedimento definitivo. Atua como delegado do Secretário-Geral em tudo aquilo de que for por ele incumbido.

## GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL

De acordo com a ação e a política decididas pela Assembléia Geral e com as resoluções pertinentes dos Conselhos, o Gabinete do Secretário-Geral, nos termos do artigo 111 da Carta, exerce as funções de alta direção vinculadas à promoção das relações econômicas, sociais, jurídicas, educacionais, científicas e culturais entre todos os Estados membros da Organização.

### Apoio à democracia

Ao longo do ano passado, o Gabinete do Secretário-Geral dedicou grande esforço à preservação e promoção da democracia representativa na região, particularmente na Bolívia, na Venezuela e no Haiti.

Após um surto de violência em fevereiro de 2003, que resultou na trágica perda de mais de 30 vidas, por solicitação do Governo boliviano a Secretaria-Geral enviou uma Missão para investigar estes fatos. Concluída essa visita de campo, a Missão preparou o “Relatório da Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre os fatos de fevereiro de 2003 na Bolívia”. Em outubro, o Presidente Sánchez de Lozada voltou a enfrentar crescente pressão política. Um representante do Gabinete do Secretário-Geral foi enviado à Bolívia para ajudar a intermediar as discussões entre a oposição e o Governo. Diante dos novos surtos de violência, o Presidente Sánchez de Lozada adotou a decisão de renunciar ao seu cargo e permitir a formação de um novo governo, chefiado pelo Vice-Presidente Carlos Mesa Gisbert, permitindo assim uma solução constitucional e pacífica.

Também ao longo do último ano, a OEA trabalhou na Venezuela para facilitar o diálogo e encontrar uma solução eleitoral pacífica e constitucional para a polarização que afeta o país. Em conjunto com o Centro Carter, a OEA, por meio da sua Missão Especial, tem facilitado o diálogo entre o governo democraticamente eleito e a oposição. Com a assistência da OEA, ambas as partes fizeram significativo progresso. A designação, em agosto, de um novo Conselho Nacional Eleitoral (CNE) representou um importante passo à frente no esforço para garantir que todos os cidadãos venezuelanos exerçam seu direito de voto em conformidade com o artigo 72 da Constituição do país. Em novembro, a convite do Governo da Venezuela e do recém-formado CNE, observou-se a primeira fase do processo de coleta de assinaturas para o referendo de rescisão. Mais de 50 observadores percorreram 20 dos 24 Estados do país para observar a coleta de assinaturas. Para crédito do povo da Venezuela e do seu Governo, a coleta de assinaturas foi realizada num clima geral de paz e tranquilidade.

A OEA também envidou significativos esforços logísticos para enviar uma missão para observar a verificação e validação das assinaturas para o referendo. No fim de fevereiro, o CNE ainda não chegara a uma decisão final sobre a validade dessas assinaturas. Nessa ocasião já havia desacordos com o Conselho Eleitoral quanto à validação das assinaturas. A Organização continua empenhada em ajudar o povo venezuelano a encontrar uma solução pacífica, democrática e constitucional para o impasse político que aflige o país, em conformidade com a resolução 833 do Conselho Permanente, “Apoio à institucionalidade democrática na Venezuela e à gestão da facilitação do Secretário-Geral da OEA”.

No ano passado, o Gabinete do Secretário-Geral continuou a apoiar a Missão Especial no Haiti. Em agosto, o Secretário-Geral designou o Embaixador Terence Todman, dos Estados Unidos, como Emissário Especial para Promover o - 4 - Diálogo no Haiti. Com essa designação,

deu-se atendimento a uma solicitação da Assembléia Geral de Santiago no sentido de promover a comunicação entre o Governo haitiano e a oposição. O Embaixador Todman esteve à frente das negociações para estabelecer um conselho eleitoral provisório para assegurar eleições livres e justas. Apesar dos nossos melhores esforços, o desfecho da crise política no Haiti não foi aquele que havíamos almejado ou previsto.

A Secretaria-Geral também assinou um acordo para observar o processo de paz na Colômbia. No ano passado, o Governo do Presidente Alvaro Uribe Vélez recorreu a um crescente apoio da OEA nos seus esforços para alcançar uma paz duradoura no país. A confiança depositada na nossa Organização pelo Governo colombiano refletiu-se na assinatura, em janeiro, do “Acordo de Acompanhamento do Processo de Paz na Colômbia”. O acordo habilita a OEA a iniciar uma missão técnica que acompanhará a desmobilização, o desarmamento e a reinserção social de grupos armados ilegalmente organizados. A Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia (MAPP/OEA) está encarregada da verificação e do apoio técnico do processo. Sergio Caramagna, que supervisou os bem-sucedidos esforços de desmobilização na Nicarágua, chefia a nossa Missão na Colômbia.

#### Prevenção de conflitos

Em 7 de fevereiro de 2003, os Ministros das Relações Exteriores de Belize e da Guatemala, juntamente com o Secretário-Geral e o Secretário-Geral Adjunto da OEA, assinaram o Acordo para Estabelecer um Processo de Transição e uma série de medidas de fortalecimento da confiança entre Belize e a Guatemala.

O Acordo estabeleceu um novo marco, denominado “Processo de transição”, em que as Partes concordam em continuar a trabalhar construtivamente e de boa fé na gestão de suas relações, até alcançarem uma solução final justa, eqüitativa, honrosa e permanente para a sua divergência territorial. Esse marco, ademais de indicar as responsabilidades das Partes, também atribui obrigações e responsabilidades à Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos e à comunidade internacional mediante a criação de um “Grupo de Amigos” para apoiar a solução pacífica da divergência territorial entre Belize e a Guatemala. O Grupo de Amigos levou a cabo sua primeira reunião em 6 de outubro de 2003, na sede da OEA.

Ponto central do acordo é a criação do Escritório da Secretaria-Geral na Zona de Adjacência, a qual foi estabelecida em 1º de julho de 2003. A função específica desse Escritório é verificar o cumprimento, pelas Partes, de uma série de medidas de fortalecimento da confiança destinadas a reduzir as tensões naquela zona e assegurar o respeito aos direitos humanos dos seus habitantes.

#### Apoio à Comissão de Segurança Hemisférica

A Secretaria-Geral proporcionou à Comissão de Segurança Hemisférica o apoio administrativo e técnico necessário para o cumprimento dos mandatos emanados da Assembléia Geral de Santiago e da Cúpula das Américas e, também, para a Conferência Especial de Segurança, realizada no México.

Como parte da sua atividade, a Secretaria-Geral continua a preparar um inventário das medidas de fortalecimento da confiança e da segurança e um registro de peritos na matéria, que são distribuídos anualmente aos Estados membros.

Com a cooperação do Governo dos Estados Unidos, a Secretaria-Geral avançou no desenvolvimento de um sistema eletrônico- 5 - para que os Estados membros apresentem

seus relatórios sobre a aplicação de medidas de fortalecimento da confiança e da segurança, bem como sua coordenação com organismos relacionados com o Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE) e a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD). O sistema deverá iniciar suas operações em 2004.

Em cumprimento aos mandatos da Assembléia Geral, a Secretaria-Geral da OEA adotou várias medidas em atenção às preocupações especiais de segurança dos pequenos Estados insulares. Em particular, a Secretaria-Geral apresentou, em março, o relatório final sobre o estudo da segurança no transporte de detrito nuclear pelo mar do Caribe, preparado com a colaboração da Organização Internacional Marítima (OIM) e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

Em cumprimento à resolução AG/RES. 1800, a Secretaria-Geral prestou apoio administrativo e de secretaria à Comissão Consultiva da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas, de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos.

#### Prevenção da violência

A Secretaria-Geral continuou a apoiar as atividades de prevenção da violência nas Américas realizadas pela Coalizão Interamericana para a Prevenção da Violência, estabelecida em junho de 2000. São membros dessa coalizão da OEA: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), o Banco Mundial (BIRD) e os Centros para o Controle e Prevenção de Doenças (CDCs).

#### Terrorismo (Apoio ao CICTE)

No Terceiro Período Ordinário de Sessões do CICTE, realizado em San Salvador, os Estados membros reiteraram seus compromissos políticos e confirmaram sua vontade política de combater o terrorismo, aprovando a Declaração de San Salvador, o Plano de Trabalho do CICTE para 2003 e as recomendações para a Conferência Especial sobre Segurança.

O CICTE realizou sua Primeira Reunião de Contatos Nacionais em 14 e 15 de julho, em Washington, D.C. Estabeleceram-se nessa reunião as bases para a comunicação e o intercâmbio de informação entre os peritos oficiais dos Estados membros em terrorismo. A agenda incluiu, entre outros, os seguintes temas: iniciativas de treinamento sob os auspícios da Secretaria do CICTE; ferramentas de comunicação disponíveis para os Contatos Nacionais; o andamento do plano de trabalho do CICTE; e o papel dos Contatos Nacionais. Participaram da reunião 25 dos 35 Contatos Nacionais.

Em seu Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões, a Assembléia Geral da OEA aprovou três resoluções referentes ao tema do terrorismo. A primeira reconhece que cada Estado membro deve adotar medidas para assegurar uma rede informática segura. O tema da segurança informática está sendo considerado na Comissão de Segurança Hemisférica em coordenação com o CICTE e a REMJA. A segunda resolução, que aborda a proteção dos direitos humanos e a luta contra o terrorismo, conclama os Estados membros a adotar a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, assim abrangendo todas as medidas possíveis de combate ao terrorismo e aderindo à Declaração Universal dos Direitos Humanos. A última resolução visa a apoiar o trabalho do CICTE e a incrementar o apoio dos Estados membros ao CICTE mediante a implementação da Convenção.

Em 7 de outubro, a OEA organizou uma- 6 - reunião especial de seguimento da

Assembléia das Nações Unidas de 6 de março, sobre estratégias contra o terrorismo. O evento, auspiciado pelo CICTE e pela Comissão de Combate ao Terrorismo da ONU, teve como tema central o papel das organizações regionais e internacionais na criação de capacidades e implementação de políticas. Participaram da reunião mais de 200 representantes, provenientes de várias organizações regionais e sub-regionais e de organizações dedicadas a temas específicos relacionados com o assunto tratado.

O Quarto Período Ordinário de Sessões do CICTE realizou-se em Montevideu, Uruguai, de 28 a 30 de janeiro de 2004. As delegações reafirmaram seu compromisso de adotar as medidas necessárias para prevenir, combater e erradicar o terrorismo, com estrito e pleno respeito ao Estado de Direito, às liberdades fundamentais, aos direitos humanos, ao direito internacional humanitário e ao direito internacional dos refugiados. A oportunidade também serviu para reiterar o convite para que os Estados aderissem às Convenções das Nações Unidas relativas ao terrorismo e ratificassem, quando pertinente, a Convenção Interamericana contra o Terrorismo.

## DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO PÚBLICA

Mediante a Ordem Executiva N° 99-2, reorganizou-se o Departamento de Informação Pública, cuja finalidade é executar um programa de informação e divulgação por meio de atividades de imprensa, rádio, televisão, fotografia, Internet, serviços de referência, relações públicas e produção. Com estas atividades, a realidade da OEA é levada ao público dos Estados membros, assim contribuindo para ampliar o conhecimento e a compreensão dos propósitos, programas e realizações da Organização.

### Comunicações Estratégicas

Um dos objetivos principais de Comunicações Estratégicas é ampliar a cobertura da OEA na mídia americana. Continuou-se a estreitar as relações com correspondentes estrangeiros sediados no Hemisfério, especialmente à raiz da missão de facilitação do Secretário-Geral na Venezuela e do trabalho de divulgação realizado pelo Departamento de Informação Pública (DPI) na Assembléia Geral e em diversas reuniões ministeriais e de alto nível realizadas em 2003, como a de educação, no México, e a de trabalho, no Brasil; a reunião de alto nível sobre a pobreza, na Venezuela; a Conferência Especial sobre Segurança, no México; e a conferência sobre partidos políticos, na Colômbia. Dispor de um representante de imprensa que emita comunicados, mantenha estreito contato com jornalistas locais e ofereça o necessário para que estes tenham acesso à informação e às fontes influi positivamente sobre a cobertura.

Por razões orçamentárias, cancelou-se no fim de 2003 a publicação *OEA Noticias*, um boletim informativo para leitores de todo o Hemisfério, com tiragem de 15.000 exemplares por edição, distribuído a contatos locais, meios de comunicação, círculos acadêmicos, governo e sociedade civil através dos Escritórios da OEA nos Estados membros.

Comunicações Estratégicas também produz uma série de documentos informativos básicos sobre a OEA. Esses documentos, destinados ao público em geral, são periodicamente atualizados e publicados em inglês e espanhol, tanto em versão impressa, para distribuição em reuniões e conferências, como em versão eletrônica no portal da Organização na Internet.

### Produtos e Serviços Multimídia

Em 2003, a área de Produtos e Serviços Multimídia (DPI/Unidade de Multimídia) continuou a ampliar a cobertura e melhorar as comunicações, produtos e serviços, com o uso de meios eletrônicos e tecnologia digital. A Unidade organiza, produz e mantém o portal da OEA na Internet, prestando serviços de vídeo (inclusive transmissões ao vivo e pré-gravadas em vídeo, realização de videoconferências e produção de documentários sobre temas de interesse para a Organização), serviços de fotografia e a publicação do *Fórum das Américas*, uma revista digital em linha distribuída mensalmente a mais de 45.000 assinantes dos meios acadêmicos, governo, meios de comunicação, organismos não-governamentais e sociedade civil. A revista eletrônica apresenta artigos sobre temas de atualidade na OEA, ademais de notícias, reportagens e entrevistas.

O portal da OEA na Internet recebeu mais de 4,8 milhões de visitas em 2003, o que representa um incremento de aproximadamente 20% em relação ao ano anterior. As páginas da Internet mais visitadas foram as de notícias e comunicados de imprensa, documentos jurídicos,



especialmente os referentes a leis, oportunidades de trabalho, e de busca e informação sobre o Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral.

A cobertura da Unidade via Internet abrangeu mais de 164 transmissões em 2003, entre as quais todas as reuniões do Conselho Permanente, inclusive as sessões extraordinárias em função de acontecimentos no Haiti, na Bolívia e na Venezuela, e visitas de presidentes e altas autoridades à OEA, cerimônias de assinatura de acordos e ratificação de convenções e várias reuniões ministeriais de alto nível. Gravaram-se vídeos de diversos eventos para distribuição por meio de canais e redes de televisão e realizaram-se 24 videoconferências interativas, quatro seminários e três mesas-redondas, todas transmitidas via Internet.

Na área de vídeos, produziu-se um novo vídeo de *América Viva* sobre a história do Processo de Observação Eleitoral da OEA/UPD. Este programa, de 30 minutos de duração, é distribuído em espanhol e inglês às estações de televisão dos Estados membros, e dentro em breve também estará disponível em francês. Em colaboração com a CIM, estão sendo preparados programas que abordam a liderança da mulher nas Américas. Também se produziram documentários em vídeo para sua distribuição em formato DVD pelo Museu de Arte das Américas, pela Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (UDSMA) e pelas missões dos países membros.

A Unidade também presta serviços a vários organismos especializados da OEA, como a transmissão de diversas reuniões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e de conferência de imprensa da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD).

#### Rádio

A área de Rádio continua a avançar na digitalização dos seus programas e de uma página no portal da OEA na Internet. Produz-se em espanhol o programa *Escenario*, distribuído a estações de rádio na América Latina, que inclui informação sobre eventos relacionados com a agenda hemisférica.

Para audiências do Caribe de língua inglesa, produz-se o programa *Focus on the Americas*, revista radiofônica semanal de meia-hora de duração que é distribuída em discos compactos e por meio de estações de rádio. O programa é transmitido em 26 estações e conta com conexões transatlânticas ao vivo, agora mais freqüentes em estações populares do Caribe, através de chamadas por linha telefônica. As transmissões de rádio da OEA continuam a distribuir-se por alimentação via satélite.

#### Revista *Américas*

A Secretaria-Geral publicou seis números da revista *Américas*, em edições idênticas em espanhol, inglês e francês. Imprimiram-se 55.000 exemplares de cada número, dos quais cerca de 30.000 foram enviados a assinantes em todo o mundo e 18.000 distribuídos em lojas e bancas de revistas nos Estados Unidos e no Canadá. Efetua-se uma ampla distribuição controlada aos governos e instituições dos Estados membros, diretamente ou por intermédio dos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros. Os recursos gerados pelas assinaturas e vendas em bancas cobrem aproximadamente 45% do custo da revista.

A Secretaria-Geral continuou a implementar as recomendações do Plano Trienal de Ação para Fortalecer a Situação Financeira da Revista *Américas*. Em princípios de 2004, será levada a cabo uma promoção especial de vendas no-9 - Canadá, com o apoio e a colaboração da

Fundação Canadense para as Américas (FOCAL). Ademais, o pessoal de *Américas* tem-se empenhado na busca de novos mercados educativos para a revista, realizando promoções especiais de venda junto a bibliotecas universitárias dos Estados Unidos e do Canadá. Com a colaboração dos Escritórios da Secretaria-Geral da OEA, realizaram-se pesquisas de mercado nos Estados membros, com vistas aos preparativos para a negociação de contratos com distribuidores de revistas e o aumento das vendas no exterior.

A Secretaria-Geral também realizou várias campanhas de aumento e promoção da revista com o uso de diversas estratégias de mercado. Como parte de uma campanha de vendas de assinaturas realizada no último trimestre de 2003, enviaram-se mais de 550.000 cartas a assinantes em potencial, oferecendo uma agenda *Américas* de 2004 a título de brinde. A agenda deste ano, dedicada ao tema da democracia, foi produzida em colaboração com a Unidade para a Promoção da Democracia. A revista *Américas* também é vendida pela Internet, nos portais de *MagazineCity.net* e *doctormag.com*. A receita gerada por todas as fontes de venda da revista *Américas* é totalmente utilizada para cobrir os seus gastos de produção e publicação.

## DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS JURÍDICOS

A finalidade do Departamento de Serviços Jurídicos, cujas funções foram estabelecidas mediante a Ordem Executiva N° 96-4, consiste em dar atendimento aos assuntos jurídicos relacionados com as atividades da Organização, sua relação com outras entidades e a aplicação de suas normas e regulamentos internos. O Departamento cumpre seus objetivos prestando serviços de assessoramento jurídico, de representação em litígios e negociações e de elaboração de documentos legais para a Secretaria-Geral, para os órgãos políticos e outros órgãos da Organização. Por sua própria natureza, o trabalho é volumoso, diversificado e intenso.

### Consultas atendidas por escrito

Conforme o seu registro de correspondência, o Departamento deu resposta por escrito a 593 consultas individuais das diversas dependências da Secretaria-Geral, dos órgãos políticos e das delegações. Estas consultas incluem 271 pareceres jurídicos e a revisão de 178 acordos. Os clientes principais foram a Subsecretaria de Administração, com 116 consultas; a Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD), com 84 consultas; e a Unidade para a Promoção da Democracia (UPD), com 82 consultas. As outras áreas assessoradas com mais de dez consultas respondidas por escrito foram o Gabinete do Secretário-Geral Adjunto e suas diversas dependências, com 66; a Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, com 27; a Comissão do Fundo de Aposentadoria e Pensões, com 23; a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), com 19; o Escritório do Chefe de Gabinete do Secretário-Geral, com 15; e a Unidade de Comércio, com 12 consultas.

### Assessoramento aos órgãos políticos

O Departamento prestou assessoramento jurídico nos períodos de sessões da Assembléia Geral, do Conselho Permanente e do Grupo Conjunto sobre a Reestruturação e Modernização da OEA, principalmente em matéria administrativa, trabalhista, orçamentária e processual. Assessorou o Conselho Permanente e a Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários (CAAP), particularmente quanto aos aspectos jurídicos relacionados com o aumento salarial não-previsto no orçamento-programa de 2003 e com as modificações do Regulamento do Pessoal, e elaborou pareceres jurídicos, projetos de resolução, projetos de relatório e os documentos de trabalho solicitados.

Para o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) e seus órgãos, o Departamento prestou assessoramento na criação da Comissão Interamericana de Cultura e na adaptação dos Congressos Interamericanos de Turismo à estrutura e às atividades do CIDI. Participou, como assessor jurídico, do Décimo Oitavo Congresso de Turismo, na Guatemala, e das reuniões do CIDI, da CEPCIDI, e da Junta Diretora da AICD.

Para a CITEI, o Departamento preparou projetos de resolução e assessorou o presidente e as diferentes delegações na Décima Terceira Reunião da Comissão Diretora Permanente da CITEI (COM/CITEI) realizada em Calafate, Argentina, e a Comissão de Coordenação na sede. As consultas abrangeram assuntos processuais, reformas de regulamento para os Membros Associados e operações financeiras e administrativas.

O Departamento colaborou com a Assembléia de Delegadas da CIM e atendeu várias consultas formuladas por sua Secretaria Executiva no decorrer do ano, inclusive o assessoramento para um acordo com a USAID destinado a apoiar um programa de combate ao tráfico de pessoas.

Nos termos do Acordo de Cooperação com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o Departamento atuou como assessor jurídico da Vigésima Terceira Reunião Ordinária do Comitê Executivo e da Décima Segunda Reunião da Junta Interamericana de Agricultura, no Panamá. Preparou regulamentos e contratos modelo para pessoal associado e um regulamento e plano para incentivar o oportuno pagamento de cotas. Respondeu a várias consultas sobre assuntos financeiros e de pessoal, preparou a documentação necessária para a dissolução e liquidação da Fundação AgriFuture e revisou projetos de contratos com a empresa Oracle.

O Departamento participou das reuniões do Conselho Diretor do Instituto Interamericano da Criança no Chile e em Washington, onde apresentou pareceres jurídicos sobre assuntos orçamentários, a ordem parlamentar, a eleição do Diretor-Geral e o uso dos fundos patrimoniais do Instituto. Respondeu às consultas do Diretor-Geral sobre assuntos institucionais e trabalhistas e sobre acordos de cooperação.

Para a Junta Interamericana de Defesa (JID) e a Comissão de Segurança Hemisférica do Conselho Permanente, o Departamento apresentou um parecer jurídico e projetos de resolução sobre a modernização e reforma da JID. Além disso, assessorou a JID em temas referentes a recursos humanos e à arrecadação de fundos.

Para a Comissão de Aposentadoria e Pensões, o Departamento elaborou novas disposições sobre políticas e procedimentos e assessorou a Comissão e o Secretário Tesoureiro sobre a aplicação do Plano e do Regulamento e sobre assuntos tributários e trabalhistas. Preparou e publicou, com a aprovação da Comissão, o Regulamento codificado do Plano.

O Departamento assessorou a Comissão do Fundo Rowe, particularmente na negociação de um acordo com uma instituição privada boliviana sem finalidade de lucro, que assumirá funções operacionais e atuará como garante para facilitar a concessão de empréstimos a maior número de estudantes bolivianos. Também assessorou a Secretaria do Fundo em assuntos jurídicos e administrativos.

Para a CICAD, por intermédio de um advogado designado a tempo quase integral, participou das atividades relacionadas com seus programas de desenvolvimento jurídico, controle de armas e controle da lavagem de ativos. Essas atividades, que mereceram destaque no relatório da CICAD, incluem a elaboração de um regulamento modelo para o controle dos intermediários de armas de fogo, que foi adotado pela CICAD, assessoramento em relação à Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Correlatos, a revisão e negociação de acordos de cooperação, a preparação de modificações ao Regulamento Modelo sobre lavagem de ativos para controlar o financiamento do terrorismo, e capacitação para países interessados na aplicação do júízo oral nos processos.

## Assessoramento à Secretaria-Geral

A fim de facilitar a realização da Cúpula Extraordinária e de outras reuniões internacionais que tiveram lugar no México, o Departamento participou, em representação dos Gabinetes do Secretário-Geral e do Secretário-Geral Adjunto, da negociação dos acordos correspondentes e da constituição de um fideicomisso para a administração dos recursos destinados ao financiamento dessas reuniões. O Diretor do Departamento está atuando como presidente da comissão técnica supervisora do fideicomisso. Além disso, para facilitar o início das atividades da Secretaria do Acordo de Livre Comércio das Américas (SALCA) no México, o Departamento concluiu as negociações sobre o estabelecimento do fideicomisso a ser operado pela SALCA, preparou os acordos correspondentes e os contratos modelo para o pessoal associado do fideicomisso e participou da coordenação da outorga dos contratos e do reconhecimento dos privilégios e imunidades do pessoal da SALCA.

Quanto ao Gabinete do Secretário-Geral Adjunto, o Departamento prestou assessoramento no Acordo para Estabelecer um Processo de Transição e Medidas de Fortalecimento da Confiança entre Belize e a Guatemala. Posteriormente, realizou uma missão a esses países para dar início aos trâmites jurídicos de transferência de terras, a fim de facilitar o reassentamento dos moradores da área adjacente. Também participou da revisão, negociação e finalização de acordos com doadores da Missão Especial no Haiti e assessorou a resolução de assuntos administrativos e trabalhistas dessa missão.

O Departamento assessorou o Gabinete do Secretário-Geral Adjunto em assuntos trabalhistas, tributários e imobiliários e sobre privilégios e imunidades pertinentes à operação dos Escritórios da Secretaria-Geral fora da sede, e iniciou um processo para que fosse reconhecida a isenção tributária na venda de um veículo oficial em um Estado membro. Participou da redação e negociação de diversos acordos, entre os quais se destaca um acordo de cooperação com a Cruz Vermelha Internacional, e prestou assessoramento jurídico a este Gabinete sobre suas atividades como Secretaria do Conselho Permanente. Também assessorou a Secretaria de Conferências e Reuniões na redação e revisão de contratos vinculados a reuniões tais como a da Assembléia Geral e as da Assembléia Geral Modelo.

O Departamento assistiu a Secretaria Executiva da AICD na redação e negociação de acordo com doadores e participantes do setor público e privado para a execução de projetos específicos, e na preparação e aperfeiçoamento dos contratos modelo para a execução de projetos. Continuou a cooperar na preparação dos documentos legais relacionados com a segunda fase do Projeto de Reconstrução de Moradias em Comunidades Afetadas pelo Furacão Mitch, em Honduras, e participou da correspondente licitação. Assessorou o Diretor-Geral quanto aos requisitos jurídicos para um acordo de cooperação com Taiwan, propôs as disposições pertinentes e redigiu um contrato de fideicomisso para facilitar o recebimento e a administração de recursos de Taiwan, sujeito ao cumprimento dessas disposições e à aprovação dos órgãos políticos competentes.

Assessorou a Secretaria Executiva da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em assuntos trabalhistas, negociando entendimentos extrajudiciais, bem como na revisão de acordos com doadores para alguns dos projetos da Comissão.

Continuou colaborando com a Unidade para a Promoção da Democracia (UPD) na estruturação e revisão de acordos e contratos para as missões de observação eleitoral, tais como o Procedimento de Observação da Coleta de Assinaturas na Venezuela, e para a execução de tarefas de remoção de minas e seu financiamento, projetos sobre- 13 - automatização do voto em diferentes

processos eleitorais, e projetos sobre modernização do Estado e promoção da participação do cidadão em processos eleitorais. Assessorou a negociação e preparação dos acordos com doadores. Preparou um parecer jurídico sobre a possibilidade de enviar uma missão de observação eleitoral a um país observador da OEA.

Cooperou com a Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente na preparação e revisão de acordos para a execução de projetos em diferentes países, inclusive a preparação dos acordos com os países envolvidos na execução do projeto Sistema Aquífero Guarani, financiado pelo Banco Mundial, e do projeto Recursos Hídricos da Bacia do Prata. O Departamento assessorou a Unidade Intersetorial de Turismo na preparação e revisão de acordos para projetos em vários países e para estabelecer um fundo financeiro destinado a captar recursos externos para o desenvolvimento de pequenos hotéis no Caribe.

Para a Subsecretaria de Administração, o Departamento assessorou a negociação e redação de diversos documentos jurídicos, tais como os contratos de arrendamento de escritórios no Edifício da Secretaria-Geral (GSB), os contratos de construção para a reforma do Edifício Principal e outros importantes contratos de serviços. Redigiu e revisou diversos memorandos administrativos, como os referentes a Normas Administrativas e Orçamentárias, Disposições sobre o Reembolso de Matrícula e Avanço de Carreira, utilização dos cartões de isenção de impostos nas compras efetuadas pela Secretaria-Geral e veículos registrados nos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros. Continuou a prestar assessoramento em assuntos orçamentários, como a disposição dos excedentes do Fundo de Reserva, e assuntos administrativos relacionados com a interpretação de normas para sua aplicação a casos concretos, tais como solicitações de audiência e reconsideração, benefícios de repatriação, aplicação do subsídio educacional, viagens ao país de origem e políticas de pessoal.

Continuou colaborando com o Escritório do Inspetor-Geral mediante a revisão dos termos de referência dos contratos para a realização de auditorias nos diversos Estados membros e o atendimento de consultas, e mediante a participação em auditorias de projetos e de casos, proporcionando a devida sustentação jurídica. Cite-se a auditoria e a investigação realizadas no Escritório da Secretaria-Geral em um Estado membro, mediante as quais os problemas existentes foram solucionados à luz do ordenamento jurídico da Organização.

O Departamento continuou a oferecer assessoramento em assuntos associativos e tributários a entidades sem finalidade de lucro ligadas à Organização, como a Fundação para as Américas, a Fundação de Estudos Interamericanos para a Assembléia Geral Modelo da OEA, a Organização das Mulheres das Américas e o *Young Americas Business Trust*. Continuou a assessorar o Museu de Arte das Américas na redação e revisão de documentos jurídicos concernentes à exposição de obras de arte, bem como a temas relacionados com o seu custo, transporte e seguro.

O pessoal do Departamento continuou a participar de comissões e grupos de trabalho da Secretaria-Geral na qualidade de membros e/ou assessores jurídicos, como as Comissões de Seguro, de Seleção e Adjudicações, de Publicações e de Vendas.

### Litígios

O Departamento defendeu a Secretaria-Geral perante o Tribunal Administrativo, em uma demanda formulada por uma ex-funcionária cujo contrato de prazo fixo não fora renovado, a qual solicitava – ademais – que a Secretaria-Geral fosse condenada a pagar indenização por perdas e danos decorrentes da aplicação supostamente incorreta do procedimento de avaliação de

desempenho. O Tribunal denegou o pedido, sem custas processuais para a Secretaria-Geral.

Também sustentou a inadmissibilidade de um recurso, por considerar que o mesmo fora impetrado fora do prazo. Não obstante, o Tribunal conheceu da demanda e sugeriu que, antes de voltar a considerar o caso, as partes chegassem a um acordo conciliatório, o que afinal ocorreu mediante negociações diretas entre os procuradores das partes.

O Departamento acaba de requerer que o Tribunal Administrativo denegue o recurso formulado por uma pessoa que solicita seu reconhecimento como membro do pessoal, com base em serviços prestados à Secretaria-Geral na Argentina por um período de 23 anos.

Ao longo do ano, o Departamento prestou assistência ao processo decisório de diversas áreas da Secretaria-Geral para prevenir litígios, e assessorou os oficiais de audiência e a Comissão de Reconsideração na busca de soluções para conflitos trabalhistas, levando em conta os melhores interesses da Secretaria-Geral.

## ESCRITÓRIO DO INSPETOR-GERAL

As atividades do Escritório do Inspetor-Geral correspondem ao disposto nas Normas Gerais para o Funcionamento da Secretaria-Geral, nas Normas Orçamentárias e Financeiras, Capítulo XV, e na Ordem Executiva Nº 95-05. Estas disposições estabelecem a função de auditoria interna em apoio ao Secretário-Geral e aos órgãos dirigentes, visando monitorar o cabal cumprimento das responsabilidades dos distintos níveis de administração, referentes aos programas e recursos da Secretaria-Geral. Seu objetivo é garantir a revisão sistemática dos procedimentos operacionais e das transações financeiras realizadas tanto na sede como nos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros. Verifica a observância e o cumprimento das políticas, normas e práticas estabelecidas, a fim de constatar sua exatidão, eficácia e economia.

### Auditorias

No período de 1º de março de 2003 a 29 de fevereiro de 2004, o Escritório do Inspetor-Geral efetuou nove auditorias operacionais e de cumprimento e para fins de revisão sistemática dos controles internos de contabilidade e administração, ademais de uma inspeção e uma investigação. Na execução das atividades operacionais do Escritório, manteve-se a mais ampla cobertura possível na sede, orientando as atividades de auditoria para as operações de maior risco e as de maior potencial para aumentar a eficiência, economia e eficácia. O Escritório do Inspetor-Geral atuou com ampla liberdade e independência na execução de suas atividades, sem restrições e com total acesso a todas as funções, atividades, operações, registros, propriedades e funcionários da Secretaria-Geral, tanto na sede como nos países membros.

Nesse período, realizaram-se atividades de auditoria operacional na sede para avaliar os controles internos e administrativos e assegurar o cumprimento das normas e procedimentos da OEA. O Escritório passou em revista as operações de chamadas telefônicas de longa distância na sede, e as do Departamento de Serviços Financeiros, Biblioteca Colombo, Comissão Interamericana de Mulheres, Unidade de Mensageiros, Custo de Viagens na sede, Departamento de Serviços de Gestão de Compras, Contratos por Tarefa e Escritórios da Secretaria-Geral da OEA na República Dominicana, Paraguai e El Salvador, para determinar a conformidade da execução de suas atividades com as normas e procedimentos da OEA.

Todos os relatórios de auditoria e recomendações foram aprovados pelo Secretário-Geral.

Adicionalmente, o Escritório do Inspetor-Geral revisou 11 projetos executados em vários Estados membros, para assegurar o cumprimento dos acordos e determinar se os objetivos especificados foram atingidos. Foram auditados os seguintes projetos: 1) Incorporação da Perspectiva de Gênero; 2) Estudo do Tráfico de Mulheres e Crianças para Fins de Exploração; 3) Seguimento da Convenção de Belém do Pará; 4) Desenvolvimento Organizacional da Comissão Nacional de Drogas; 5) Workshop sobre a Promoção e Defesa dos Direitos de Meninos, Meninas e Adolescentes no Sistema Interamericano de Proteção de Direitos Humanos; 6) Modernização do Registro Civil (MORECIV); 7) Modernização de Instituições Eleitorais; 8) Regulamento Modelo para o Controle do Tráfico Internacional de Armas de Fogo; 9) *Document Catalog Retrospective Conversion*; 10) Seminário Internacional: Incubadoras de Pequenas Empresas; e 11) Programa de uma Escola de Capacitação Política.

### Outras atividades

O Escritório do Inspetor-Geral prosseguiu suas atividades de seguimento para assegurar a aplicação das recomendações que formulara - 16 - previamente. O Escritório continuou a



prestar assessoramento e assistência por meio de suas análises, avaliações, investigações e recomendações referentes às atividades examinadas, e participou como observador de várias comissões da Secretaria-Geral.

O Inspetor-Geral apresenta relatórios trimestrais e um relatório anual sobre suas atividades, tanto ao Secretário-Geral como ao Conselho Permanente.

## SETOR DE CERIMONIAL

O Setor de Cerimonial planeja e coordena as cerimônias oficiais dos órgãos políticos da Organização dos Estados Americanos, do Conselho Permanente, do Secretário-Geral, do Secretário-Geral Adjunto e das Secretarias Executivas. Serve de elemento de ligação entre as Missões Permanentes junto à OEA e o Departamento de Estado dos Estados Unidos no que se refere aos privilégios e imunidades das Missões. Também organiza e coordena o uso do Edifício Principal da OEA para fins protocolares e sociais.

### Protocolo e cerimonial

O Setor de Cerimonial organizou os seguintes eventos: sessões solenes para o Presidente da Itália, o Presidente do Uruguai, o Presidente da Nicarágua, o Presidente da Bolívia e o Presidente do Paraguai, e uma sessão extraordinária do Conselho Permanente para a visita da Delegação da União Européia, além de cerimônias comemorativas do Dia das Américas, do aniversário de nascimento de Simón Bolívar e do Descobrimento da América – Encontro de Dois Mundos. O Setor coordenou a apresentação de credenciais de oito Representantes Permanentes e a visita de cortesia de vários Observadores Permanentes. Organizaram-se recepções de despedida para os Embaixadores da Nicarágua, Equador, Colômbia, República Dominicana, Estados Unidos e Guatemala.

O Setor de Cerimonial também prestou apoio protocolar a todas as inaugurações de exposições do Museu de Arte das Américas. Igualmente, todas as cerimônias de assinatura, depósito ou ratificação de protocolos e outros acordos entre a Organização e os Estados membros foram organizadas por este setor. Na Assembléia Geral de Santiago, Chile, organizou-se uma grande recepção oferecida pelo Secretário-Geral a cerca de 500 convidados.

A Lista de Missões, Chefes de Estado, Altos Funcionários do Governo, Órgãos da OEA e Entidades Afiliadas foi atualizada e publicada em versão impressa e no portal Internet-Intranet da OEA. Prepararam-se e enviaram cartas de felicitações aos Representantes Permanentes e Observadores, pela passagem das datas de independência dos respectivos países.

### Administração do Edifício Principal

O uso do Edifício Principal é administrado pelo Setor de Cerimonial. Em 2003, realizaram-se mais de 300 recepções, almoços, jantares e conferências. Previu-se para esse ano uma arrecadação de US\$190.000 a título de aluguel do Edifício. Também sob a coordenação do Setor de Cerimonial, realizaram-se 17 Semanas dos Países, um programa pelo qual se reserva aos Estados membros e observadores uma semana para a realização de eventos culturais ou acadêmicos. Além disso, prestou-se apoio à organização das quatro exposições de pintura e nove recitais à parte do programa de Semanas dos Países. Colaborou-se estreitamente com a organização e realização do Festival de Comida das Américas, uma iniciativa da Organização de Mulheres das Américas, que congrega as esposas dos Embaixadores credenciados junto à OEA, e à qual deu-se apoio durante todo o ano.

### Apoio às Missões Permanentes e à Secretaria-Geral e ligação com o Departamento de Estado

O Setor de Cerimonial revisou e processou - 18 - cerca de 3.950 solicitações formuladas pelas

Missões Permanentes e seu pessoal, para seu encaminhamento ao Departamento de Estado. Estas incluíam credenciamentos, concessões, alterações, extensões e renovações de vistos, licenças de trabalho, importação e aquisição de artigos com isenção de impostos, trâmite e renovação de carteiras de isenção de impostos e de carteiras de motorista, solicitações referentes à matrícula, verificação de seguro e venda ou exportação de veículos. O Setor também gestionou a emissão de vistos para altos funcionários da OEA e de carteiras de motorista para o pessoal da Organização.

## ESCRITÓRIO DE RELAÇÕES EXTERNAS

O Escritório de Relações Externas foi estabelecido pela Ordem Executiva Nº 97-4, de 23 de julho de 1997. Sua finalidade é assessorar as diferentes instâncias da Secretaria-Geral e os órgãos dirigentes em todas as atividades vinculadas com as relações externas, promovendo e mantendo comunicações com o país sede da Organização e, entre outros, com organizações não-governamentais, instituições acadêmicas, o setor privado e entidades sem finalidade de lucro.

### Observadores Permanentes

O Escritório de Relações Externas é responsável pela condução diária das atividades relacionadas com os países Observadores Permanentes, cujo interesse e participação nas atividades da Organização é crescente. Por meio de reuniões informativas, intercâmbio de documentos e informação, visitas de altas autoridades de governo desses Estados e eventos especiais. O Escritório de Relações Externas promove a ativa participação e colaboração desses países nas atividades da Secretaria-Geral.

Existem atualmente 59 Observadores Permanentes junto à Organização. Tres novos Estados, a Eslovênia, Nigéria e Luxemburg, foram investidos na condição de Observador Permanente junto à OEA. Em 2003, a Organização recebeu importantes contribuições em dinheiro desses países. O Escritório de Relações Externas negociou significativa parcela das mesmas, quer diretamente, quer como intermediário nas negociações. O Escritório também organizou diversas cerimônias de doação em reconhecimento público do apoio dos países observadores às atividades da Organização, e coordenou a divulgação dos respectivos comunicados de imprensa.

Dentre as visitas oficiais de altas autoridades de governo dos países Observadores Permanentes, registre-se a do Presidente da Itália, Carlo Azeglio Ciampi, que usou da palavra em sessão solene do Conselho Permanente. Nessa ocasião, o Chefe de Estado italiano declarou-se otimista quanto ao diálogo mantido pela União Européia e a OEA. O Presidente Ciampi – o primeiro Chefe de Estado italiano a visitar a Organização –, valeu-se da oportunidade para informar que a Itália voltaria a estabelecer uma Missão Observadora Permanente junto à OEA. Nesse mesmo período, realizaram-se consultas entre a OEA e a União Européia, esta representada por uma Delegação encabeçada pelo Vice-Ministro das Relações Exteriores da Itália, Mario Baccini, e seu Diretor-Geral para as Américas, Embaixador Ludovico Ortona. A Irlanda, que sucederá a Itália na Presidência da União Européia, foi representada por Patrick Walshe, Secretário-Geral Adjunto da Chancelaria irlandesa. Também estiveram presentes representantes da Comissão Européia e do Conselho da União Européia.

Organizou-se ainda uma reunião de alto nível entre o Secretário-Geral do Conselho da Europa, Senhor Walter Schwimmer, e o Secretário-Geral e o Secretário-Geral Adjunto da OEA, para intercambiar informação sobre temas de interesse comum como os direitos humanos, a luta contra as drogas, a corrupção, o terrorismo e o fortalecimento da democracia.

O Escritório de Relações Externas também mantém e expande regularmente sua página na Internet sobre Observadores Permanentes, que inclui informação e documentação relevante para a condição de Observador Permanente, informação detalhada sobre cada país Observador Permanente e dados gerais sobre contribuições e participação dos Observadores Permanentes nas atividades da Organização. No período abrangido por este relatório, este Escritório traduziu ao espanhol a citada página, que antes estava - 20 - disponível somente em inglês.

O Escritório de Relações Externas, trabalhando em estreito contato com as áreas técnicas, preparou e distribuiu, para consideração dos países Observadores Permanentes, uma pasta com informação pormenorizada sobre vários projetos de cooperação técnica administrados pela Secretaria-Geral que requerem financiamento.

#### Outras atividades

Importante iniciativa empreendida pelo Escritório de Relações Externas foi a criação de um programa de oradores, que consiste em um extenso banco de dados sobre peritos em diferentes disciplinas, tanto da Organização como das Missões Permanentes e de instituições externas, para fins de participação como membros de painéis de discussão ou oradores nos eventos da Organização. Essa informação está disponível como documento de referência, já que inclui dados completos sobre os peritos, ou seja, nome, perfil, área de especialização, contatos, lugar de trabalho, antecedentes, experiência profissional e referências como conferencista.

O programa de oradores prosseguiu com uma série de conferências organizadas em conjunto com o Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade George Washington e o Conselho de Assuntos Mundiais. Os temas abordados nesses eventos foram a Conferência Especial sobre Segurança, no México, a Cúpula Extraordinária das Américas e os resultados da reunião ministerial sobre o processo da ALCA, realizada em Miami. Essas conferências, cujo objetivo é enriquecer o diálogo hemisférico sobre temas prioritários para os Estados membros, atraíram mais de 600 pessoas da comunidade local, entre as quais diplomatas, acadêmicos, peritos de centros de estudo e pesquisa, e representantes governamentais, de organizações não-governamentais e do setor privado.

O programa de oradores também organizou os seguintes eventos especiais: o programa de televisão *Niños y Medio Ambiente*, co-auspicado pela Organização Pan-Americana da Saúde; a mesa-redonda *Trabajo Infantil, Pobreza y Educación*, que contou com a participação do renomado perito Kailash Satyarthi, Presidente da Marcha Global contra o Trabalho Infantil; a videoconferência com a Universidade Luterana da Califórnia, para informar sobre as atividades principais que a Organização desenvolve; e a videoconferência *Tráfico de Personas en el Hemisfério*, organizada em conjunto com a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM).

Também organizou o seminário anual de líderes jovens *Proyecto Américas*, em conjunto com o Instituto Baker para Políticas Públicas da Universidade Rice, em Houston, Texas. O seminário, cujo tema foi *O Estado da Democracia na Região*, reuniu um grupo de 16 líderes de países do Hemisfério. O Embaixador Luigi R. Einaudi, Secretário-Geral Adjunto da OEA, participou em representação da Organização como orador principal.

Colégios, universidades e outras instituições realizaram aproximadamente 3.800 visitas e participaram de 164 sessões informativas na OEA. Participavam desses grupos, entre outros, oficiais governamentais, especialistas de centros de estudo e pesquisa, pessoal militar, estudantes secundários e universitários, entre outros.

O Escritório de Relações Externas continuou a expandir seu banco de dados, que já conta mais de 3.000 contatos locais interessados em participar em suas atividades. Também continuou a atualização de *El Rincón de los Niños*, uma página da OEA na Internet concebida para servir como centro cibernético de informação e diversão para crianças, escolares, professores e o público em geral.



## SECRETARIA DO PROCESSO DE CÚPULAS

Em 31 de maio de 2002, o Secretário-Geral assinou a Ordem Executiva Nº 2-03, mediante a qual se estabeleceu a Secretaria do Processo de Cúpulas, substituindo o Escritório de Seguimento das Cúpulas. Este último fora estabelecido mediante a Ordem Executiva Nº 98-3, de 16 de julho de 1998, para coordenar as ações e realizar o acompanhamento dos mandatos emanados do Plano de Ação de Santiago, da Segunda Cúpula das Américas. A Secretaria do Processo de Cúpulas é a instância da Secretaria-Geral encarregada de assessorar o Secretário-Geral, o Secretário-Geral Adjunto e os órgãos políticos da Organização nos temas relacionados com o seguimento de cúpulas.

### Secretaria do Processo de Cúpulas das Américas

A partir da Terceira Cúpula das Américas, dando cumprimento às resoluções AG/RES. 1824 (XXXI-O/01), AG/RES. 1847 (XXXII-O/02) e AG/RES. 1965 (XXXIII-O/03), este Escritório desempenha as funções de Secretaria do Processo de Cúpulas, que consistem em prestar apoio técnico e logístico às reuniões do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC) e das suas Comissões Diretora e Executiva, redigir, manter, atualizar e publicar toda a documentação destas reuniões na página de acesso para governos da Rede de Informação da Cúpula das Américas, manter a memória institucional do processo de Cúpulas, atualizar constantemente a informação sobre as atividades de seguimento dos mandatos aprovados pelos Chefes de Estado e de Governo das Américas e proporcionar todas as informações requeridas pelos países sobre o processo de Cúpulas. Neste último ano, a Secretaria também realizou várias atividades de divulgação para levar as Cúpulas das Américas e seus mandatos ao conhecimento dos diferentes setores das sociedades do nosso Hemisfério.

### *Apoio aos trabalhos do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC)*

A Secretaria do Processo de Cúpulas apoiou as reuniões do GRIC realizadas em Washington, D.C., em abril de 2003, e em Santiago, Chile, em junho de 2003, e as cinco reuniões preparatórias para a Cúpula Extraordinária das Américas. Para a reunião do GRIC realizada em 2 de abril de 2003, o apoio abrangeu, ademais dos seus aspectos logísticos e técnicos, a preparação do Quadro de Implementação e Monitoramento da Cúpula, em que estão compilados os relatórios nacionais apresentados pelos países sobre a implementação dos mandatos das Cúpulas. Posteriormente, na Assembléia Geral da OEA em Santiago, o GRIC realizou uma reunião de nível ministerial em que a Argentina, que sediará a Quarta Cúpula das Américas, assumiu a presidência do Processo de Cúpulas. Nessa reunião, acordou-se quanto à realização de uma Cúpula Extraordinária das Américas previamente à Quarta Cúpula.

Durante o processo preparatório da Cúpula Extraordinária, o México assumiu a presidência do GRIC e conduziu os trabalhos preparatórios com o apoio desta Secretaria. O GRIC realizou cinco reuniões preparatórias: em julho e setembro de 2003, em Washington, D.C., na sede da OEA, em outubro do mesmo ano na Cidade do México, de 8 a 12 de dezembro em Washington, D.C. e, finalmente, de 8 a 10 de janeiro em Monterrey, México. Nessas reuniões, a Secretaria do Processo de Cúpulas prestou apoio às negociações da Declaração de Nuevo León, oferecendo assessoramento técnico e logístico, transmitindo a documentação pertinente aos coordenadores nacionais, traduzindo os documentos e publicando-os na página da Internet de acesso para governos.

Na Cúpula Extraordinária das Américas, a Secretaria do Processo de Cúpulas apresentou o relatório *Avanzando en las Américas: Progresos y Desafíos*, sobre a implementação dos mandados da Cúpula da Cidade de Québec.

A Secretaria do Processo de Cúpulas mantém e administra na Internet a página da Rede de Informação da Cúpula das Américas, de acesso público geral, que inclui uma seção reservada aos coordenadores nacionais do processo de cúpulas. A página contém os documentos básicos desse processo: discursos, relatórios nacionais, declarações e resumos das reuniões do GRIC, relatórios das reuniões relevantes e informação sobre outras atividades desenvolvidas em torno da implementação dos mandatos da Cúpula das Américas e sobre a participação da sociedade civil no citado processo.

#### *Seguimento das reuniões ministeriais e de alto nível relacionadas com o Processo de Cúpulas*

Como parte do seguimento das reuniões ministeriais relacionadas com o processo de cúpulas, esta Secretaria apresenta, em cada reunião do GRIC, um relatório sobre as reuniões ministeriais recentemente realizadas. Para tanto, a Secretaria do Processo de Cúpulas coordena-se com as áreas técnicas da OEA encarregadas do tema, assiste e apóia esses eventos. Em particular, cabe à Secretaria do Processo de Cúpulas a responsabilidade de coordenar a participação da sociedade civil nessas reuniões. No período abrangido por este relatório, a Secretaria apoiou as seguintes reuniões:

- Quinta Reunião de Ministros dos Transportes, Ixtapa, México, 8 e 9 de maio de 2003
- Terceira Reunião de Ministros da Educação no âmbito do CIDI, México, 12 e 13 de agosto de 2003
- Reunião de Ministros da Saúde, Washington, D.C., 22 a 26 de setembro de 2003
- Décima Terceira Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho, Salvador, Bahia, 24 a 26 de setembro de 2003
- Reunião de Alto Nível sobre Pobreza, Equidade e Inclusão Social, Isla Margarita, Venezuela, 8 a 10 de outubro de 2003
- Segunda Reunião de Ministros e Autoridades de Alto Nível Responsáveis pelas Políticas de Descentralização, Governo Local e Participação do Cidadão no Nível Municipal, Cidade do México, 17 de outubro de 2003
- Conferência sobre Responsabilidade Social das Empresas, Panamá, 26 a 28 de outubro de 2003
- Conferência Extraordinária sobre Segurança, Cidade do México, 27 e 28 de outubro de 2003
- Reunião de Ministros da Agricultura e Vida Rural, Panamá, 11 e 12 de novembro de 2003
- Oitava Reunião de Ministros do Comércio, Miami, Flórida, 21 de novembro de 2003.

#### *Grupo de trabalho conjunto para as Cúpulas*

Mediante Carta de Entendimento datada de julho de 2001, estabeleceu-se o Grupo de Trabalho dos Organismos Internacionais, que conta com a participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), da Organização dos Estados Americanos (OEA), do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), da Corporação Andina de Fomento (CAF), do Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE), do Banco de Desenvolvimento do Caribe- 24 - (BDC) e do Banco Mundial. A Secretaria do



Processo de Cúpulas da OEA presta os serviços de secretaria desse Grupo de Trabalho e tem a seu cargo a coordenação de suas atividades.

O Grupo tem-se reunido periodicamente para intercambiar informações acerca das atividades de seguimento e implementação dos mandatos da Terceira Cúpula das Américas. A Secretaria do Processo de Cúpulas está encarregada de convocar as reuniões, apresentar uma agenda, redigir a ata das reuniões, compilar os relatórios conjuntos e efetuar o seguimento das decisões adotadas. Este grupo de instituições participou das reuniões do GRIC realizadas em 2003, numa das quais, realizada em abril, apresentou um relatório de atividades relacionadas com o cumprimento dos mandatos das Cúpulas. Por outro lado, no período ordinário de sessões da Assembléia Geral, o GRIC apresentou aos Ministros das Relações Exteriores e aos dirigentes de cada instituição um Relatório Hemisférico onde constam todas as atividades levadas a cabo pelos membros desse Grupo em cumprimento de mandatos das Cúpulas.

A convite do Presidente do BID e do Secretário-Geral da OEA, realizou-se em 10 de dezembro de 2003 a segunda reunião dos dirigentes de todos os organismos que integram esse Grupo de Trabalho, com o objetivo de fortalecer a coordenação e a cooperação na implementação dos mandatos da Terceira Cúpula das Américas. Também participaram da reunião os coordenadores nacionais para as Cúpulas.

Os dirigentes das instituições membros do Grupo participaram da Cúpula Extraordinária das Américas realizada em Monterrey, México, em 12 e 13 de janeiro de 2004.

#### *Divulgação das Cúpulas das Américas*

Para divulgar informação sobre a implementação dos mandatos da Cúpula das Américas, a Secretaria do Processo de Cúpulas organizou os seguintes eventos:

- Seminário Regional com a Sociedade Civil na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), Santiago, Chile, junho de 2003
- Reunião do Grupo ESQUEL com as ONGs da área de Washington sobre a Cúpula Extraordinária das Américas, Washington, D.C., 26 de setembro de 2003
- Sessão informativa sobre la Cúpula das Américas para as Missões Observadoras Permanentes junto à OEA, Washington, D.C., 30 de setembro de 2003
- Concurso de ensaios sobre a Cúpula Extraordinária das Américas para estudantes de pré e pós-graduação
- Sessão informativa sobre Cúpulas para as ONGs da área de Washington, *Inter-American Dialogue*, Washington, D.C., 7 de outubro de 2003
- Reunião na OEA com grupos do setor privado sobre as Cúpulas das Américas, Washington D.C., 17 de outubro de 2003
- Reunião informativa sobre as Cúpulas para a comunidade política de Washington, *Center for Security and International Studies (CSIS)*, Washington, D.C., 3 de novembro de 2003
- Evento com la sociedade civil organizado em conjunto com o *North-South Center* durante o Fórum Comercial das Américas e a Reunião Ministerial de Comércio, Miami, Flórida, 17 de novembro de 2003
- Café da manhã com o setor privado e o *Council of the Americas*, Miami, Flórida, 21 de novembro de 2003
- Seminário regional *La Sociedad Civil en los Procesos de Integración Hemisférica en el marco de la Cumbre Extraordinaria de las Américas*, Cidade do México, 24 e 25 de novembro de 2003
- Seminário regional com a imprensa, - 25 - Washington, D.C., 12 de dezembro

de 2003

- Fórum com a sociedade civil, Monterrey, México, 11 de janeiro de 2004
- Fórum com o setor privado, Monterrey, México, 11 de janeiro de 2004
- Entrega dos prêmios do Concurso de Ensaios, Monterrey, México, 11 de janeiro de 2004
- Apresentação do relatório *Avanzando en las Américas: Progresos y Desafíos*, Monterrey, México, 11 de janeiro de 2004.

#### Mobilização de recursos

Em 2003, a Secretaria do Processo de Cúpulas empenhou um esforço especial para mobilizar recursos, obtendo contribuições de países membros (Argentina, Brasil, Canadá, Chile, El Salvador, Estados Unidos, México e Suriname) e da organização *Partners of the Americas*. Os recursos adicionais possibilitaram o trabalho de divulgação junto à imprensa, à sociedade civil, ao setor privado e aos jovens das Américas, bem como a preparação do extenso relatório de andamento das Cúpulas, que passou em revista o progresso nos 18 temas do Plano de Ação de Québec e que serviu de documento básico para as discussões dos Chefes de Estado e de Governo na Cúpula Extraordinária das Américas realizada em Monterrey, México.

#### Apoio à Comissão sobre Gestão de Cúpulas Interamericanas e Participação da Sociedade Civil nas Atividades da OEA

A Secretaria do Processo de Cúpulas presta apoio técnico a esta Comissão e tem a responsabilidade de coordenar a participação da sociedade civil em suas reuniões, bem como o credenciamento das organizações não-governamentais junto à Organização.

A Secretaria de Cúpulas prestou apoio técnico nas sete sessões realizadas pela Comissão mediante a preparação de relatórios e do projeto de plano de trabalho, a análise de pedidos de participação de organizações não-governamentais e outros serviços. Cite-se, em particular, a sessão especial da Comissão realizada em 28 de março de 2003, da qual participaram mais de 30 representantes da sociedade civil, que expuseram seus pontos de vista sobre a participação dessas entidades nas atividades da OEA. Várias organizações mencionaram a resolução CP/RES. 840, *Estratégias para Aumentar e Fortalecer a Participação das Organizações da Sociedade Civil nas Atividades da OEA*, aprovada pelo Conselho Permanente da Organização, que foi definida como um passo à frente no processo de cooperação e colaboração com as organizações não-governamentais. Na sessão realizada à tarde do mesmo dia, recolheram-se os diferentes pontos de vista da sociedade civil sobre a implementação dos mandatos da Cúpula relativos à segurança hemisférica, educação e governabilidade. Estes temas foram selecionados na véspera da realização da Conferência Especial sobre Segurança, do Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA cujo tema foi *A governabilidade nas Américas*, e da Terceira Conferência Interamericana de Ministros da Educação. Além disso, a *Corporación PARTICIPA* apresentou um relatório verbal sobre o progresso da estratégia da sociedade civil desenvolvida por essa entidade em conjunto com a Fundação Canadense para as Américas (FOCAL), a Coordenadoria Regional de Pesquisas Econômicas e Sociais (CRIES), o Departamento de Ciência Políticas da Universidade dos Andes (UNIANDES) e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO Chile) para o seguimento da implementação do Plano de Ação de Québec.

Por outro lado, a Secretaria do Processo de Cúpulas coordenou o credenciamento de 78 organizações da sociedade civil para fins de participação nas atividades da OEA, levando em conta as Diretrizes para a Participação das Organizações da Sociedade Civil nas Atividades da OEA.

## Sociedade civil

A Secretaria do Processo de Cúpulas organizou uma sessão de trabalho no âmbito da Assembléia Geral realizada em Santiago, Chile, entre representantes de mais de 100 organizações não-governamentais e o Secretário-Geral da OEA e diversos Ministros das Relações Exteriores dos Estados membros, para discutir o papel da sociedade civil na implementação dos mandatos da Cúpula das Américas. O diálogo abrangeu temas referentes ao fortalecimento da democracia, à proteção dos direitos humanos e ao cumprimento de outros mandatos emanados das Cúpulas das Américas.

Com a idéia de fortalecer as relações com a sociedade civil e sua participação no processo de Cúpulas, a Secretaria manteve atualizadas na Internet a página dedicada a este assunto. Também atualizou o banco de dados das organizações não-governamentais credenciadas junto à OEA e das que participaram da Cúpula das Américas. Dispõe-se também de um correio eletrônico para fortalecer as comunicações com as organizações da sociedade civil e enviar e receber documentos relacionados com o tema.

### *A sociedade civil nas reuniões ministeriais*

A Secretaria do Processo de Cúpulas apoiou a participação de representantes da sociedade civil nas reuniões ministeriais e conferências especializadas que se realizaram no âmbito do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI), entre as quais a Terceira Reunião de Ministros da Educação, e no âmbito da OEA, como as de Descentralização e de Segurança Hemisférica, e a Oitava Reunião de Ministros do Comércio.

### *Participação da sociedade civil no processo de Cúpulas*

A sociedade civil já vem participando desse processo desde as atividades preparatórias das Cúpulas, por meio de fóruns realizados em Washington, D.C., em março de 2003, em Santiago, Chile, em junho de 2003, na Cidade do México, em novembro de 2003 e, por último, em Monterrey, México, em janeiro de 2004.

*Apoio ao Grupo de Trabalho Encarregado de Elaborar o Projeto de Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas*

A Secretaria do Processo de Cúpulas presta apoio técnico e logístico ao Grupo de Trabalho Encarregado de Elaborar o Projeto de Declaração Americana sobre Direitos dos Povos Indígenas, do Conselho Permanente da Organização. Nesse sentido, colaborou na preparação do seu plano de trabalho e apresentou projetos a várias agências de cooperação, para captar recursos que contribuam para financiar a participação de representantes dos povos indígenas na discussão do projeto de Declaração e para melhorar a comunicação e o intercâmbio de experiências entre a Secretaria-Geral e os povos indígenas.

Esta Secretaria apoiou as sessões do Grupo de Trabalho, que está analisando e discutindo o texto consolidado do projeto de Declaração, preparado pelo seu Presidente com base na proposta original da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Essa proposta levou em conta sugestões, comentários e propostas apresentadas pelos Estados e pelos povos indígenas desde que se iniciou o processo de elaboração do projeto de Declaração.

Em cumprimento ao disposto na resolução AG/RES. 1919 (XXXIII-O/03), aprovada pela Assembléia Geral da OEA realizada em Santiago, Chile, em junho de 2003, a Secretaria apoiou a Reunião Inicial e a Segunda Reunião de Negociações para a Busca de Consensos, que foram levadas a cabo na sede da OEA, de 10 a 12 de novembro de 2003 e de 23 a 26 de janeiro de 2004, respectivamente. Essas reuniões contaram com amplo número de representantes de povos indígenas do Hemisfério e serviram para conhecer opiniões e analisar os textos dos artigos do Capítulo I (Âmbito de aplicação e alcances), do Capítulo II (Direitos Humanos), do Capítulo III (Identidade cultural) e do Capítulo IV (Direitos de organização e políticos) do projeto de Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Essas sessões de trabalho também serviram para revisar os avanços das legislações nacionais e normas internacionais sobre a matéria, assim como as doutrinas e práticas sobre as formas tradicionais de propriedade, terra, territórios e recursos naturais.

Além disso, a Secretaria do Processo de Cúpulas continuou a administrar o Fundo Específico para Apoiar a Elaboração da Declaração Americana, para o qual contribuíram o Brasil, Canadá, Estados Unidos, Nicarágua, Finlândia e o Banco de Dados dos Povos Indígenas das Américas, que conta com aproximadamente 500 títulos.

#### Outras atividades

A Secretaria do Processo de Cúpulas administra a página oficial da Iniciativa de Transporte do Hemisfério Ocidental na Internet, que serve de meio de comunicação entre os Ministros de Transportes e de publicação dos seus relatórios de seguimento sobre o tema.

## ESCRITÓRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O Escritório de Ciência e Tecnologia (ECT) foi estabelecido mediante a Ordem Executiva Nº 97-1, de 29 de janeiro de 1997. É a entidade assessoria da Secretaria-Geral em todos os aspectos vinculados à ciência e tecnologia. Suas funções e responsabilidades são: o fortalecimento da capacidade técnica e dos programas que tenham um componente científico e/ou tecnológico; o apoio aos Estados membros na área de sua competência; a cooperação e o apoio às atividades da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral; a facilitação do intercâmbio e a divulgação de informações especializadas; e a coordenação dos Prêmios Interamericanos em sua especialidade.

O ECT coordenou e facilitou o desenvolvimento de atividades que promovem o cumprimento de mandatos da Assembléia Geral da OEA, do Processo das Cúpulas das Américas e de outras entidades representativas do Hemisfério no tocante a temas relacionados com a ciência, tecnologia e inovação e suas interações com outras áreas, como comércio, educação, desenvolvimento social, desenvolvimento sustentável e meio ambiente, tecnologias da informação, desenvolvimento empresarial e fortalecimento de pequenas e médias empresas (PMEs), em seu esforço no sentido de contribuir para a redução da pobreza no Hemisfério. Neste sentido, o ECT manteve e de fato ampliou seu papel como articulador e coordenador de políticas para a ciência, tecnologia e inovação. Como Secretaria Técnica da Comissão Interamericana de Ciência e Tecnologia (COMCYT) e do processo preparatório da próxima Reunião Hemisférica de Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia no âmbito do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI), o ECT coordenou a Reunião Especial da COMCYT em maio de 2003, realizada em Lima, Peru. Entre as decisões resultantes desse encontro figuram a realização de uma Reunião Ministerial em novembro de 2004, a fim de desenvolver a proposta de agenda de ciência e tecnologia para a próxima Cúpula das Américas e a realização da Quarta Reunião Ordinária da COMCYT em março de 2004, para discutir políticas hemisféricas de ciência e tecnologia em áreas prioritárias definidas pelos países, inclusive ciência, tecnologia e inovação para elevar a competitividade do setor produtivo; ciência e tecnologia para o desenvolvimento social; desenvolvimento científico e tecnológico nas Américas; e popularização da ciência e tecnologia.

Por outro lado, o ECT está executando o Programa de Cooperação Hemisférica, formado por dois componentes: o Projeto de Cooperação Hemisférica e Desenvolvimento de Política Científica e Tecnológica; e o projeto Ciência, Tecnologia e Inovação para a Competitividade Hemisférica.

O Projeto de Cooperação Hemisférica volta-se para a geração de políticas hemisféricas de ciência e tecnologia em cada uma das áreas prioritárias, para o que se organizou uma série de *workshops* com peritos e o órgão de decisão nacional. O primeiro *workshop*, sobre a competitividade do setor produtivo, teve lugar na Argentina de 17 a 19 de novembro de 2003. O segundo, realizado no Equador de 10 a 12 de dezembro do mesmo ano, versou sobre o desenvolvimento científico e tecnológico, abordando tecnologias de ponta nas áreas das redes avançadas e infra-estrutura da informação, materiais e nanotecnologia, tecnologias limpas e meio ambiente, e biotecnologia. Para o início de 2004 está prevista a realização de *workshops* na Jamaica e no Brasil, voltados para o desenvolvimento social e a popularização da ciência e da tecnologia. A fim de consolidar as recomendações e políticas resultantes desses quatro *workshops*, realizar-se-á no primeiro semestre de 2004, no Panamá, uma reunião para elaborar o documento final a ser apresentado na Reunião Ministerial por intermédio da COMCYT.

Em relação ao tema da política científica e - 29 - tecnológica, importa frisar que o ECD

manteve contatos com academias de ciências das Américas. Em 14 e 15 de agosto de 2003, realizou-se em Washington, D.C., uma reunião onde se discutiu a eventual cooperação entre academias de ciências das Américas, num esforço destinado a promover a capacidade científica e de excelência para o desenvolvimento sustentável do Hemisfério.

Por outro lado, o ECT liderou em Washington, D.C., em 19 de novembro de 2003, o Painel sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social, uma Conferência da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD) sobre Elementos de um Novo Consenso para Enfrentar a Pobreza nas Américas, organizado pela AICD/OEA, pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Este Painel concluiu, entre outras coisas, que o desenvolvimento social e econômico, bem como a redução da pobreza, não podem se alcançar sem a ciência e a tecnologia; que é vital para a tomada de decisões por parte de governos e doadores implementar estratégias que reconheçam o impacto transversal da ciência e da tecnologia, inclusive como instrumento fundamental do desenvolvimento.

No que se refere a Serviços Tecnológicos, continuou-se apoiando esforços para consolidar o Sistema Interamericano de Metrologia (SIM) e a Cooperação Interamericana de Acreditação (IAAC), especialmente às vésperas da formação da ALCA. Prestou-se assessoria técnica a ambos os órgãos no tocante ao desenvolvimento de suas atividades e reuniões de coordenação. Recebeu-se apoio financeiro e técnico da PTB-Alemanha nestas áreas, e participação e cooperação de todos os Estados membros, com os quais se trocaram experiências, sobretudo em torno de Metrologia. Nesta área os esforços estão voltados principalmente para melhorar o setor produtivo, composto sobretudo por PMEs.

Em matéria de Biotecnologia e Tecnologia dos Alimentos, mediante o apoio à rede de Biotecnologia e Tecnologia dos Alimentos para a América Latina e o Caribe (SIMBIOSIS), tentou-se exercer um impacto mais forte no manejo da biodiversidade e no acionamento do Protocolo de Biossegurança aprovado no Canadá no ano 2000. Apoiou-se o Simpósio sobre Protocolo de Biossegurança realizado na Venezuela em novembro de 2003, dedicado à preparação de pessoal para a implementação do Protocolo em todos os países do Hemisfério, de modo a harmonizá-lo com a ALCA. Da mesma forma, está sendo promovido o desenvolvimento de Indicadores de Biotecnologia e recentemente, na Colômbia, juntamente com o Observatório de Ciência e Tecnologia desse país, apoiou-se um *workshop* sobre esse tema, convocado para estabelecer um modelo e esquema de coleta de dados para os Estados membros.

Em matéria de Tecnologias da Informação e Telecomunicações, a experiência alcançada pelo ECT ao longo dos anos na área da interconexão, criação e expansão de redes, mediante o projeto Rede Hemisférica Inter-Universitária de Informação Científica e Tecnológica (RedHUCyT), está se orientando para a disseminação, na América Latina e no Caribe, de níveis mais avançados de interconexão, que facilitem o acesso à nova geração de aplicativos e tecnologias de Internet avançados na região.

Apoiou-se o desenvolvimento e consolidação de redes especializadas de informação sobre C&T, inclusive o SIM, a Rede Ibero-Americana/Interamericana de Indicadores de Ciência e Tecnologia (RICyT), SIMBIOSIS, a Rede de Informação sobre C&T para a América Latina e o Caribe (INFOCYT) e a Rede Latino-Americana de Química (RELAQ). Mantêm-se na Internet páginas espelho dessas redes. Da mesma forma, estabeleceu-se colaboração com outras iniciativas, como a ScienTi, um banco de dados com mais de 300.000 currículos de cientistas da região; e CLARA, Colaboração Interamericana de Redes Avançadas, iniciativa que vem sendo apoiada pela Comunidade Européia. Realizou-se na sede - 30 - da OEA uma reunião com representantes da

CLARA, do BID e do Consórcio Internet2 para definir mecanismos de colaboração conjunta.

Com referência ao tema dos Indicadores de C&T, o ECT continuou apoiando as atividades da RICYT por meio de permanente assessoria técnica, em conjunto com o Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, com o fim de elaborar novos indicadores regionais e fortalecer a Rede.

Em 2003, o ECT adotou o tema do Gênero em C&T, planejando a implementação de um projeto que facilite políticas e recomendações pertinentes para os Ministros de C&T do Hemisfério, em coordenação com a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) e outros organismos internacionais. Peritos da área estão preparando, a respeito da América Latina e de países mais avançados, estudos de caso que servirão como base de discussão num *workshop* a realizar-se em 2004, a depender do apoio financeiro solicitado à Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA) em 2003.

O ECT vem trabalhando na área do Governo Digital, em que, com apoio da Fundação Nacional da Ciência dos Estados Unidos e da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD) da OEA, busca-se um sistema que permita, em tempo real, o intercâmbio de informações entre países sobre temas específicos. Atualmente, trabalha-se para desenvolver um modelo tecnológico a fim de automatizar o processo de imigração e controle de fronteiras.

O ECT tem mantido contato permanente com a Divisão de Desenvolvimento Humano da AICD/OEA, sobretudo na avaliação de temas para bolsas de estudo e na coordenação, juntamente com o programa CYTED, do desenvolvimento de jornadas ibero-americanas.

Em todas estas áreas, o ECT tem exercido um permanente seguimento, por meio de contatos com os Organismos Nacionais de Ciência e Tecnologia (ONCyT) e com as várias instituições e outros órgãos envolvidos, bem como de viagens técnicas a vários países nesse período, inclusive à Argentina, Canadá, Chile, Equador, Colômbia, México, Nicarágua, Peru e Uruguai.

## UNIDADE DE COMÉRCIO

A Unidade de Comércio (UC) foi criada mediante a Ordem Executiva N° 95-4 de 3 de abril de 1995. Seu objetivo básico é prestar apoio aos Estados membros em matéria de comércio, inclusive nas tarefas atribuídas à OEA na Terceira Cúpula das Américas, relativas ao estabelecimento da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). São suas funções: prestar apoio técnico à Comissão Especial de Comércio (CEC); estudar os diversos aspectos das relações comerciais hemisféricas; assegurar a efetiva coordenação com organizações regionais e sub-regionais de integração; e fortalecer os sistemas de informação sobre comércio.

Em seu Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões, em Santiago do Chile, a Assembléia Geral, com a resolução AG/RES. 1973 (XXXIII-O/03), “Comércio e integração nas Américas”, reafirmou o compromisso da OEA de dar apoio ao processo de livre comércio e integração econômica no Hemisfério.

### Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)

No período abrangido por este relatório, a Unidade de Comércio prestou assistência aos Estados membros nos três níveis do processo da ALCA: as reuniões dos grupos de negociação da ALCA; a Oitava Reunião Ministerial de Comércio, realizada em Miami, Flórida, em 20 de novembro; e as quatro reuniões vice-ministeriais realizadas em abril em Puebla, México; em julho em San Salvador, El Salvador; em setembro em Port of Spain, Trinidad e Tobago; e em novembro novamente em Miami, Flórida. Estas atividades foram coordenadas com as outras duas instituições que integram o Comitê Tripartite juntamente com a OEA: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

O trabalho de apoio aos grupos realizado pela Unidade girou em torno do citado mandato dos Grupos de Negociação e incluiu a realização de compilações, estudos, análises e tarefas de assistência técnica solicitados pelos referidos grupos.

Na Declaração de Miami, os Ministros formularam várias solicitações concretas ao Comitê Tripartite (CT), a saber: 1) que o CT e o Grupo Consultivo sobre Economias Menores (GCEP) continuassem apoiando o Comitê de Negociações Comerciais (CNC) na atualização do relatório sobre os progressos alcançados em cada um dos Grupos de Negociação no que tange ao tratamento dado às diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias; 2) que o GCEP, com apoio do CT, “formule recomendações ao CNC... sobre métodos e mecanismos de financiamento para considerar as necessidades de ajuste decorrentes das diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias do Hemisfério”; e 3) que os países, com ajuda do CT, complementem as Estratégias de Criação de Capacidade Comercial (ECCC) segundo convenha e organizem reuniões sub-regionais com os doadores para prosseguir as deliberações sobre as ECCC.

Nesse período, a Unidade continuou prestando apoio a sete dos 10 grupos de negociação: Investimento; Serviços; Direitos de Propriedade Industrial; Subsídios; *Antidumping* e Direitos Compensatórios; Política de Concorrência; e Solução de Controvérsias. Além disso, a Unidade ofereceu assistência técnica no tema Normas e Barreiras Técnicas ao Comércio do Grupo de Acesso a Mercados. Também se deu - 32 - assistência ao Comitê Técnico de Assuntos



Institucionais, ao Grupo Consultivo sobre Economias Menores, ao Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil e ao Subcomitê do CNC sobre Administração e Orçamento.

Além disso, o CT continuou atendendo a solicitações concretas apresentadas pelos Ministros nas Declarações Ministeriais de Toronto, Buenos Aires e Quito.

#### Sistema de Informação de Comércio Exterior

O Sistema de Informação de Comércio Exterior (SICE) tem por objetivo proporcionar informações atualizadas e completas sobre comércio no Hemisfério nos quatro idiomas oficiais da OEA. Desde que estas informações foram postas na sua página na Internet (<http://www.sice.oas.org>), o número de usuários aumentou constantemente, até totalizar cerca de 1.802.648 em 2003.

O SICE conta com documentos relativos aos temas seguintes: o processo da ALCA; acordos comerciais e tratados bilaterais de investimento entre os países membros da OEA; propriedade intelectual; arbitragem comercial; instituições relacionadas com o comércio; informações gerais sobre os países; empresas e câmaras de comércio; dados quantitativos, inclusive sobre fluxos comerciais, tarifas de importação e preços.

Juntamente com a Secretaria Administrativa da ALCA, o sistema mantém o *serviço de distribuição de documentos da ALCA (SDD)*, lançado em 1º de maio de 1999. Este serviço permite acesso restrito a documentos gerados no processo de negociação da ALCA. Em fins de 2003, o número de documentos disponíveis na página segura passava de 28.000.

#### *Página Oficial da ALCA*

Como parte do CT, o SICE administra a página oficial da ALCA na Internet, que contém todos os documentos públicos do processo da ALCA, bancos de dados, publicações e informações relevantes sobre o avanço do processo de negociação.

Da mesma forma, como parte dos mandatos recebidos na reunião ministerial realizada em novembro de 1999 em Toronto, a Unidade de Comércio-SICE, como membro do Comitê Tripartite, é responsável pela manutenção de um calendário atualizada com os prazos fixados pelos grupos de negociação para o recebimento de contribuições das delegações.

#### Cooperação interinstitucional

No âmbito do CT, a Unidade continua trabalhando em estreita cooperação com o BID e a CEPAL para dar apoio aos diversos órgãos da ALCA. Da mesma forma, trabalhou em projetos específicos com outras instituições internacionais, como a Organização Mundial de Comércio (OMC), a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e órgãos sub-regionais como a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), o Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE), a Comunidade Andina, o Mecanismo de Negociações Regionais da CARICOM (CRNM), o MERCOSUL e a Secretaria de Integração Econômica Centro-Americana (SIECA).

#### *Equidade e Igualdade de Gênero*

Em seu esforço para incorporar o tema da equidade e igualdade de gênero à agenda do comércio, a Unidade fez uma apresentação sobre a ALCA na Primeira Reunião do Fórum Interamericano Interinstitucional sobre Equidade e Igualdade de Gênero da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) em 19 de fevereiro de 2003; da mesma forma, nos dias 9 e 10 de dezembro, fez uma apresentação na Terceira Reunião de Seguimento do Programa Interamericano (SEPIA) da CIM sobre Gênero e Educação. Nessa ocasião, a Unidade apresentou em inglês um documento intitulado “Liberalização Comercial, Gênero e Desenvolvimento: Quais São os Temas e Como Podemos Refletir sobre Eles?”

#### Cooperação técnica

O fortalecimento de capacidades em sua área de competência é um componente fundamental das atividades desempenhadas pela Unidade de Comércio da OEA. Em conformidade com os mandatos conferidos pelos Chefes de Estado e de Governo dos países do Hemisfério nas Cúpulas das Américas, a OEA presta apoio técnico às negociações da ALCA e assistência técnica aos Estados membros, em particular às economias pequenas, para facilitar a sua participação no processo de integração hemisférica.

Após a aprovação do Programa de Cooperação Hemisférica (PCH) da ALCA na Reunião Ministerial de Quito, em novembro de 2002, e de acordo com os mandatos da Assembléia Geral em apoio ao PCH, a Unidade ampliou seu leque de atividades tendentes ao fortalecimento da capacidades relacionadas com o comércio nas Américas. Este leque inclui as áreas de apoio que se seguem.

#### *Respaldo à elaboração das estratégias nacionais ou sub-regionais para fortalecer as capacidades relacionadas com o comércio*

A Unidade colaborou com 11<sup>1/</sup> países na elaboração de suas estratégias nacionais ou sub-regionais para fortalecer as capacidades relacionadas com o comércio. Estas estratégias definem, priorizam e articulam as necessidades de cooperação relacionadas com o comércio em três esferas principais: preparação para negociações, implementação de compromissos comerciais e adaptação à integração, o que inclui maximizar os benefícios dessa integração, inclusive a capacidade produtiva e a competitividade na região

#### *Treinamento de Funcionários Governamentais e Diálogos de Política Comercial com a Sociedade Civil*

Em 2003 a Unidade realizou as atividades de treinamento seguintes.

- *Programa avançado de treinamento para funcionários governamentais sobre enfoques comerciais multilaterais regionais para as Américas.* Em 2003 este curso foi organizado e financiado pela OEA, em associação com a OMC, na Universidade das Índias Ocidentais, em Barbados, e na Universidade de Georgetown, em Washington. Realizaram-se duas sessões, uma para os participantes de língua espanhola na Universidade de Georgetown e outra para os de língua inglesa na Universidade das Índias

---

<sup>1</sup>.A OEA apoiou os seguintes países na elaboração de suas estratégias, segundo a divisão de trabalho entre as instituições do Comitê Tripartite: Bahamas, Barbados, Belize, El Salvador, Uruguai e os países do Caribe Oriental (Antígua e Barbuda, Dominica, Grenada, Santa Lúcia, Saint Kitts e Nevis, e São Vicente e Granadinas. O apoio prestado aos países do Caribe Oriental foi possível graças ao financiamento da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional.

Ocidentais. A OMC recomendou usar este curso como modelo para os Cursos Curtos de Política Comercial da Agenda de Doha para o Desenvolvimento.

- *Ciclo de workshops, conferências e diálogos sobre política comercial para altos executivos, gerentes e outros líderes.* Esta modalidade de treinamento, orientada sobretudo para o setor empresarial, realizou-se na América Central em conjunto com os ministérios responsáveis pela política comercial e associações empresariais. O Ciclo foi projetado com o propósito de apoiar o fortalecimento de capacidades relacionadas com o comércio e promover o diálogo com os setores público e privado, e também com a sociedade civil, no contexto do PCH.
- *Ciclo de workshops, conferências e diálogos sobre temas específicos de comércio.* Estes eventos foram dirigidos a funcionários governamentais em áreas como compras governamentais, investimento, políticas de concorrência, propriedade intelectual, proteção contingente, serviços, solução de controvérsias e barreiras técnicas ao comércio, áreas de especialização da Unidade de Comércio. Nesse período, realizaram-se nas Bahamas, em Belize, na Bolívia, Equador, Guiana, Honduras, Jamaica, Peru e Trinidad.
- *Alianças com instituições acadêmicas para o desenvolvimento de programas de formação em políticas comerciais.* Por meio desta nova modalidade de apoio, busca-se formar uma massa crítica de instrutores em temas e disciplinas comerciais e estabelecer alianças com instituições acadêmicas, centros de pesquisa (*think-tanks*) e associações empresariais. O objetivo é fortalecer as capacidades locais e assim promover a sustentabilidade de programas de treinamento comercial em nível nacional e regional. No istmo centro-americano o programa foi iniciado com 12 formadores da região, e a Unidade de Comércio espera ampliá-lo para o Caribe, a Comunidade Andina, Panamá e República Dominicana, para o que negociará recursos suplementares.

#### *Promoção de contatos entre membros das comunidades acadêmicas*

A Unidade continuou promovendo o intercâmbio de informações entre membros das comunidades acadêmicas do Hemisfério que tratam de questões de comércio e integração por meio da Rede de Pesquisa sobre Comércio das Américas (NetAmericas). Em conjunto com o BCIE, realizou-se em Tegucigalpa, Honduras, a conferência Integração à Economia Mundial e Regional: Os Desafios da América Central.

A NetAmericas é uma rede que se dedica a promover o intercâmbio de informações e resultados de pesquisas sobre temas relacionados com a integração hemisférica. Está aberta a pessoas com um histórico reconhecido de pesquisas e publicações acadêmicas sobre a política comercial e a integração nas Américas. Seus principais beneficiários são a comunidade acadêmica e as pequenas economias, que agora têm à sua disposição uma ferramenta que lhes dá acesso a pesquisas de interesse sobre comércio e integração no Hemisfério.

*Programa de apoio a iniciativas de modernização dos sistemas de compras governamentais.* A Unidade está colaborando com a Secretaria da Comunidade Andina na análise de casos e nos acordos sobre iniciativas de cooperação técnica para apoiar a formulação de estratégias e o desenho de projetos para a modernização dos sistemas de compras governamentais. A ênfase inicial recai sobre a publicação, via Internet, de informações sobre as operações de compras governamentais. Uma iniciativa semelhante, proposta em conjunto pelo BID e pela OEA, está sendo objeto de consultas junto aos países centro-americanos. A fim de realizar esses trabalhos, a Unidade conta com uma contribuição suplementar para cooperação técnica da Missão dos Estados Unidos junto à OEA e está colaborando com o Instituto para a Conectividade nas Américas (ICA).

*Programa de apoio à participação da micro, pequena e média empresa nas compras governamentais e acesso a mercados eletrônicos e serviços técnicos pela Internet* Em matéria de treinamento, pesquisa e divulgação de informações, a Unidade dispõe de levantamentos recentes de informações acerca do apoio à participação dessas empresas nas compras governamentais e no comércio eletrônico, realizados pela Unidade e por projetos apoiados pelo Fundo Especial Multilateral do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (FEMCIDI) e pela Missão dos Estados Unidos junto à OEA, que serão divulgados pela Internet. A Unidade estabeleceu também relações de cooperação com o Ministério do Planejamento e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), do Brasil, e com a Administração Geral de Serviços (GSA) dos Estados Unidos, dada a experiência dessas entidades na organização de programas de treinamento para micro, pequenas e médias empresas voltados para a participação nas compras governamentais.

#### Publicações

Na série Estudos da Unidade de Comércio, publicou-se em novembro de 2003 *The FTAA and Development Strategies in Latin America and the Caribbean*, de José M. Salazar-Xirinachs, e em fevereiro de 2004 os estudos *Do Trade Agreements Trade Away the Right to Regulate? A Look at Existing Provisions on Goods, Services and Investment*, de Maryse Robert, *Services Regulation and Trade Agreements: Dispelling Misunderstandings*, de Luis Niscovolos e Sherry Stephenson, e *Policy Approaches on Trade and the Environment in Economic Instruments in the Western Hemisphere*, de Paul Fisher.

Aumento da transparência e divulgação de informações relacionadas com o comércio usando tecnologias da informação

A OEA desenvolve uma série de atividades que buscam promover a transparência mediante o uso de tecnologias da informação.

- Banco de dados sobre educação em matéria de comércio. Montada com apoio da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), contém informações sobre cursos de treinamento em políticas comerciais. (<http://trt.ftaa-alca.org/searchted.asp>)
- Banco de dados sobre as Necessidades de Assistência Técnica Relacionada com o Comércio. Organizada como parte do apoio prestado pela OEA ao Grupo Consultivo sobre Economias Menores da ALCA; facilita o acesso a informações sobre recursos de assistência técnica e proporciona maiores informações aos doadores sobre as necessidades de assistência dos países participantes em matéria de comércio. ([http://trt.ftaa-alca.org/ta/spanish/SearchTACountry\\_s.asp](http://trt.ftaa-alca.org/ta/spanish/SearchTACountry_s.asp)).
- Rede interna do programa avançado de treinamento para funcionários governamentais sobre enfoques comerciais multilaterais e regionais para as Américas. A função deste portal, administrado em conjunto pela Unidade e pelo SICE, é proporcionar aos participantes material de pesquisa a ser usado no curso.

#### A Comissão Especial de Comércio e seu Grupo Assessor

A Comissão Especial de Comércio (CEC) e seu Grupo Assessor não se reuniram em 2002. Por conseguinte, a Unidade não proporcionou apoio a esses órgãos. Em seu Trigésimo Período Ordinário de Sessões, em Windsor, Canadá, a Assembléia Geral decidiu “aceitar a recomendação do Presidente da Comissão Especial de Comércio (CEC), baseada em suas consultas

com os Estados membros da CEC, de manter o *status quo*, isto é, manter a existência da CEC sem convocá-la.”

## UNIDADE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E EDUCAÇÃO

A Unidade de Desenvolvimento Social e Educação (UDSE) foi criada mediante a Ordem Executiva Nº 96-5, de junho de 1996. Seu objetivo é prestar apoio técnico e operacional aos Estados membros e aos órgãos dirigentes da OEA em matéria de fortalecimento dos sistemas de educação, promoção das oportunidades de emprego e capacitação para o trabalho e de formulação de políticas públicas e estratégias de ação orientadas para o combate à pobreza e à discriminação. Para alcançar este objetivo, a Unidade realiza e coordena estudos e pesquisas, leva a cabo ações de intercâmbio de informações e experiências, promove atividades de formação de recursos humanos, e apóia iniciativas para promover a ação cooperativa entre países, entre órgãos internacionais de cooperação e desenvolvimento e entre instituições governamentais e não-governamentais em matéria de formulação de políticas de desenvolvimento social, educação, trabalho e cultura.

Em 2003 a UDSE continuou apoiando os foros políticos da OEA e prestando assessoria e fortalecendo a cooperação interamericana nas áreas da educação, emprego, desenvolvimento social e cultura. As prioridades da Unidade concentraram-se no seguimento dos mandatos da Cúpula das Américas, da Assembléia Geral e do CIDI. A fim de cumprir estes mandatos, a Unidade trabalhou em estreita colaboração com órgãos do Sistema Interamericano, com organismos internacionais de cooperação e desenvolvimento, entidades governamentais e organizações da sociedade civil.

Desenvolvimento social e superação da pobreza

### *Rede Social da América Latina e do Caribe*

No ano de 2003, a UDSE continuou atuando como Secretaria Técnica da Rede Social da América Latina e do Caribe, cabendo-lhe administrar o fundo voluntário da Rede e colaborar na realização da Conferência Anual, de seminários e estágios previstos no plano de trabalho de 2003 da Rede. De 1º a 3 de outubro realizou-se a Décima Conferência Anual da Rede Social em Santiago do Chile, organizada pela Rede Social e pelo Fundo de Solidariedade e Investimento Social da OEA. Nesta reunião se aprovaram o Plano de Trabalho 2004 e a Declaração de Santiago. Nesse período, organizaram-se dois seminários: *Poverty Eradication: Responding to Basic Needs or Community Development?*, realizado em Ocho Rios, Jamaica; e o Terceiro Curso de Formulação, Monitoramento e Avaliação de Projetos Sociais, em Santiago do Chile (CEPAL).

Por força de um acordo firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Secretaria-Geral da OEA atua como órgão executor do Programa Intra-Regional de Estágios entre as instituições membros da Rede Social. No quadro deste programa, organizou-se, em conjunto com o Instituto Interamericano para o Desenvolvimento Social (INDES) do BID, o Seminário sobre Práticas de Concertação e Gerência Social para Dirigentes do Fundo de Investimento Social Membros da Rede Social, que se realizou de 2 a 6 de junho em Washington, D.C.

### *Reunião de Alto Nível sobre Pobreza, Equidade e Inclusão Social*

Conforme disposto na resolução AG/RES. 1854 (XXXII-O/02), “Pobreza, equidade e inclusão social”, a OEA prestou apoio à Comissão Executiva Permanente do CIDI (CEPCIDI) no processo preparatório à realização da Reunião de Alto Nível sobre Pobreza, Equidade e Inclusão Social, realizada em Isla Margarita, Venezuela, de 8 a 10 de outubro, onde a UDSE atuou como Secretaria Técnica.

### *Promoção da Democracia: Papel da Educação Cívica*

Acompanhando as diretrizes da Terceira Cúpula das Américas e da Carta Democrática Interamericana, bem como do mandato constante da resolução AG/RES. 1869 (XXXII-O/02), “Promoção da cultura democrática”, a UDSE realizou um estudo sobre a incorporação dos valores e princípios democráticos aos programas educacionais dos Estados membros, que foi considerado na Segunda Reunião da Comissão Assessora do Projeto, realizada em 29 e 30 de abril de 2003, e ajustado mediante a incorporação de sugestões e contribuições. O resultado desse trabalho foi publicado num relatório final em espanhol e inglês.

### *Educação*

Atendendo ao mandato da Terceira Cúpula das Américas e agindo na qualidade de Secretaria Técnica da Segunda Reunião de Ministros da Educação no âmbito do CIDI, a UDSE organizou uma série de reuniões e participou ativamente de outras, com o fim de preparar o respectivo conteúdo e avançar na identificação dos desafios educacionais e das melhores práticas para a cooperação horizontal.

### *Terceira Reunião de Ministros da Educação no Âmbito do CIDI*

A Terceira Reunião de Ministros da Educação no Âmbito do CIDI realizou-se na Cidade do México, de 11 a 13 de agosto de 2003. A Declaração Ministerial resultante registra as iniciativas a empreender em matéria de novas tecnologias, promoção da pesquisa científica e sua aplicação à educação; promoção da equidade de gênero por meio da educação; preservação da diversidade cultural do Continente; busca de vias alternativas de financiamento e necessidade de constituir uma verdadeira aliança hemisférica em favor da educação.

### *Primeira Reunião da Comissão Interamericana de Educação (CIE)*

A Primeira Reunião da CIE realizou-se na Cidade do México, em 13 de agosto de 2003. Aí se passaram em revista as resoluções aprovadas no âmbito da Terceira Reunião de Ministros da Educação, apresentaram-se instrumentos internos do Sistema Interamericano com que se podem apoiar as ações da CIE e decidiu-se realizar uma reunião especial para definir como alocar os recursos dispostos na CIDI/RME/RES.9 (III-O/03), que teve lugar em 4 e 5 de dezembro de 2003.

### *Reunião de Autoridades da CIE*

Na qualidade de Presidente da CIE, o México convocou uma reunião de autoridades da Comissão, que se realizou em 4 e 5 de dezembro de 2003 em Washington, D.C. Seu objetivo era iniciar o diálogo para a programação de atividades em resposta aos mandatos que a CIE recebe da Reunião Ministerial, e teve a participação das Delegações do México, El Salvador, Trinidad e Tobago, Canadá, Estados Unidos, Honduras, Brasil, Equador e Santa Lúcia. Decidiu-se trabalhar de forma virtual e realizar uma reunião em - 39 - abril de 2004 para definir o calendário e o

orçamento para cada atividade.

### *Reunião Preparatória à Terceira Reunião de Ministros da Educação no Âmbito do CIDI*

Este evento realizou-se de 9 a 11 de abril de 2003 em Buenos Aires. Participaram delegações de 24 Estados membros e representantes de organismos internacionais para analisar progressos e desafios das ações desenvolvidas a fim de atender aos compromissos com a Cúpula das Américas. Discutiram-se as propostas do Calendário e da Declaração. Após analisar o Regulamento da Comissão Interamericana de Educação, aprovado pela CEPCIDI/RES. 81 (LXXXVI-O/02) em novembro de 2002, as delegações propuseram modificar esse Regulamento criando uma Comissão Executiva. As delegações presentes decidiram elaborar projetos hemisféricos em torno de três eixos temáticos: formação docente; equidade e qualidade, e educação secundária.

### *Reunião dos Coordenadores de Projetos Hemisféricos*

No processo que levou à Terceira Reunião de Ministros da Educação, os Estados membros decidiram trabalhar com base em três projetos hemisféricos que retomam e sintetizam as cinco prioridades educacionais aprovadas em Punta del Este como resposta aos desafios da (qualidade com equidade), da formação docente e da educação secundária. Estes projetos hemisféricos alimentam-se das lições aprendidas nos seminários sobre os Programas Consolidados e avançam com a mesma estratégia de cooperação horizontal, retomando os melhores programas educacionais de cada país. Estão abertos à participação de todos os Estados membros; cada um deles é coordenado por um país e co-coordenado por cinco países representantes das sub-regiões. A fim de reforçar o seu caráter hemisférico, a UDSE convocou os coordenadores hemisféricos e sub-regionais para uma reunião que se realizou em Washington, D.C., em 18 e 19 de novembro de 2003. O objetivo principal foi consolidar as propostas de projetos a ser implementados a partir de 2004 com recursos do Fundo Especial Multilateral do CIDI (FEMCIDI).

Assim, a UDSE, na qualidade de Secretaria Técnica da Terceira Reunião de Ministros da Educação, recebeu a instrução de somar as contribuições dos organismos internacionais ao esforço dos países na elaboração dos três projetos hemisféricos. Em busca de vias por onde contribuir para o enriquecimento e aplicação de cada um dos projetos apresentados pelos países, convocou-se a Reunião Interagencial de Educação, realizada em 18 e 19 de julho de 2003 nas instalações do Instituto de Estudos Avançados para as Américas (INEAM) em Miami. A Reunião Interagencial teve por objetivo recolher todos os pontos de vista e contribuições dos órgãos internacionais comprometidos com a educação. Os representantes dos vários órgãos avaliaram sua capacidade de contribuição técnica, financeira ou em produtos/serviços ao trabalho que será levado a cabo entres os países do Hemisfério no quadriênio 2004-08. Participaram representantes da UNESCO/L'OREAL, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, Convênio Andrés Bello e Banco Mundial.

- *Inauguração do Foro pela Internet.* A pedido dos Estados Unidos, a UDSE, na qualidade de Secretaria Técnica da Reunião de Ministros da Educação, abriu um foro de discussão pela Internet para dar seqüência aos compromissos da Reunião Preparatória à Terceira Reunião de Ministros da Educação e à elaboração dos três projetos hemisféricos.
- *Videoconferência sobre Educação.* Em cooperação com a Secretaria de Educação Pública do México (SEP) e com o Instituto do Banco Mundial, realizaram-se três videoconferências para aprofundar o desenho dos Projetos Hemisféricos



sobre Equidade e Qualidade, Formação Docente e Educação Secundária. Participaram os Ministros da Educação dos países coordenadores desses projetos, que partilharam suas análises e apresentaram os desafios específicos de cada sub-região do Continente.

- *Reunião da Sociedade Civil.* O Governo da Colômbia, com apoio da Secretaria do Processo de Cúpulas e da UDSE (OEA), convocou a reunião sobre Participação da Sociedade Civil na Educação, que se realizou em 28 e 29 de julho de 2003 em Bogotá. Seu objetivo foi recolher a visão da sociedade civil sobre as tarefas desenvolvidas por intermédio da OEA, fazendo especial referência aos temas dos três eixos temáticos dos projetos.

#### *Acordo de Cooperação OEA-Secretaria da Educação Pública do México (SEP)*

No quadro da cooperação, o México ofereceu a todos os Estados membros, por intermédio da SEP, o uso gratuito do sistema educacional mexicano *Red Satelital de Televisión Educativa EDUSAT*. O uso deste sinal e dos conteúdos educacionais desenvolvidos pela SEP permitirá a realização de programas conjuntos para elevar a qualidade da educação básica no Continente. Na Terceira Reunião Ministerial, a SEP inaugurou o *Canal Educativo de las Américas*.

#### *Estratégia de cooperação horizontal / Carteira Permanente de Programas Consolidados*

A UDSE continuou o seu trabalho referente ao compromisso assumido pelos Ministros da Educação no sentido de fortalecer a cooperação horizontal entre países mediante os seminários de transferência de experiências educacionais que se realizam desde 2002. Num esforço conjunto entre os países que oferecem os cursos, os países interessados, a UDSE e a AICD, realizaram-se os estágios que se seguem.

*Gestão Educacional no México e Argentina.* Realizado de 17 a 27 de fevereiro de 2003, com participação de funcionários da Argentina, Chile, Colômbia, El Salvador, México, Peru e Uruguai. (Para maiores informações, pode-se visitar a página deste *workshop* na Internet: <http://www.oas.org/udse/gestion/>)

*Educação à Distância para Adultos.* Realizado de 24 de fevereiro a 7 de março de 2003 na Cidade do México, com a participação de funcionários da Colômbia, El Salvador, Equador, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Peru e Uruguai. Para maiores informações, pode-se visitar a página deste *workshop* na Internet: <http://www.oas.org/udse/sea/>

*Seminário-Workshop para o Caribe.* Realizado de 14 a 18 de julho de 2003 em Miami, este *workshop* teve por fim apoiar a cooperação na região do Caribe, refletindo sobre os seis programas educacionais apresentados para a transferência crítica em 2002 e 2003, e à luz das particularidades dessa região. Dialogou-se também em torno dos Projetos Hemisféricos sobre Educação que todos os países desenharam para apresentar na Terceira Reunião de Ministros da Educação. Participaram do *workshop* altas autoridades dos Ministérios da Educação de Antígua e Barbuda, Bahamas, Belize, Grenada, Guiana, Jamaica, Saint Kitts e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, e Trinidad e Tobago. Estiveram também presentes autoridades da CARICOM e da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS). Para maiores informações, pode-se visitar a página deste estágio na Internet: <http://www.oas.org/udse/caribworkshop>.

Nesta primeira etapa de transferência crítica de programas consolidados, contou-se com a participação de 28 Estados membros em um ou mais estágios realizados nos dois últimos anos, o que demonstra o compromisso assumido pelos países no sentido de apoiar o processo.

### *Promoção de Valores Cívicos e Democráticos*

Cumprindo a resolução AG/RES. 1957 (XXXIII-O/03), “Promoção e fortalecimento da democracia. Acompanhamento da Carta Democrática Interamericana”, a UDSE e a UPD trabalham em conjunto apoiando o Conselho Permanente da OEA para cumprir o mandato da Assembléia Geral, que convoca uma Sessão Extraordinária sobre o tema “Promoção da Cultura Democrática por meio da Educação”. Esta reunião está programada para o primeiro trimestre de 2004.

Suplementarmente, a Secretaria Técnica está realizando, em nível continental, uma consulta para identificar os programas consolidados sobre educação para a democracia e valores cívicos nos vários Estados membros, mediante a estratégia de cooperação horizontal desenvolvida por meio da Carteira Permanente de Programas Consolidados.

Seguindo as diretrizes da Terceira Cúpula das Américas, elaborou-se, juntamente com a Universidade de Maryland e com apoio do Departamento de Estado dos Estados Unidos, uma pesquisa sobre o fortalecimento da democracia na América pela formação de valores cívicos e democráticos.

### *Os desafios do financiamento da Educação*

A pedido dos Ministros e Ministras da Educação, a UDSE organizou, com apoio do Banco Mundial, uma videoconferência sobre a proposta de troca de dívida por educação, promovida em vários foros internacionais por ministros do Continente. A videoconferência realizou-se em 21 de novembro de 2003 e contou com a participação do Ministro da Educação da Argentina, dos Vice-Ministros da Educação do Peru e da Colômbia, e do *Open Society Institute*.

Na mesma ordem de atividades, a UDSE participou de uma reunião convocada pela AICD, OPAS e BID para trocar idéias sobre a forma de gerar propostas e pontos de discussão no Continente em torno dos desafios da educação. O painel, moderado pela UDSE, foi composto pelos professores e pesquisadores Steven Klees, Noel McGinn, William Cummings e Jim Williams.

A UDSE continuou recebendo apoio do Banco Mundial para implementar a estratégia de Conhecimento e Assessoria em Rede (CONARED), que concretiza os compromissos de cooperação e proporciona ferramentas técnicas e políticas para o diálogo entre os Ministérios da Educação do continente.

### *Programa de Cooperação OEA/Universidade de Harvard-Centro Rockefeller*

Na seqüência do convênio assinado com o Centro Rockefeller de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Harvard, três estudantes apoiaram a UDSE na área educacional durante o verão. Entre suas principais atividades se destacam a elaboração de diagnósticos hemisféricos e sub-regionais e de diagnósticos sobre equidade e qualidade, formação docente e educação secundária. O documento de diagnóstico preparado foi submetido à Terceira Reunião de Ministros da Educação.

### *Emprego e desenvolvimento do trabalho*

#### *Realização da Décima Terceira Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMT)*

Na qualidade de Secretaria Técnica da CIMT, a UDSE apoiou os trabalhos de preparação, organização e realização da Décima Terceira Conferência, realizada de 24 a 26 de setembro de 2003 em Salvador, Brasil. Nesse contexto, a UDSE realizou as atividades que se seguem.

Organização e coordenação da Reunião Técnica Preparatória à Décima Terceira CIMT, que teve lugar em 23 e 24 de julho de 2003 em Brasília. Neste encontro as delegações aprovaram as versões preliminares da Declaração e do Plano de Ação de Salvador e analisaram uma proposta sobre o uso dos Recursos do Subfundo da OEA para a área do Trabalho.

Desenho, atualização e administração de um Foro Virtual ([www.oas.org/udse/cimt](http://www.oas.org/udse/cimt)) para apoiar o desenvolvimento das versões preliminares da Declaração e do Plano de Ação de Salvador e facilitar uma maior participação dos Estados membros e dos órgãos assessores da Conferência via Internet. Inaugurou-se em junho de 2003 este Foro Virtual, que foi reconhecido pelos Estados membros como uma excelente ferramenta para garantir um diálogo contínuo.

Organização e coordenação da Décima Terceira CIMT, que contou com a participação de 26 delegações nacionais (22 delas encabeçadas por Ministras ou Ministros do Trabalho), de 30 representantes das principais organizações sindicais do Hemisfério e 14 representantes de associações empresariais. Além disso, participaram desta Conferência a Organização Internacional do Trabalho (OIT), com a presença de seu Diretor-Geral, o BID e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), entre outras organizações internacionais.

Elaboração do Relatório Final da Décima Terceira CIMT, que inclui todos os documentos relevantes e um relato das atividades da reunião. Este Relatório está disponível nos quatro idiomas oficiais da Organização e em CD-ROM.

### *Promoção da cooperação horizontal*

No âmbito da Estratégia de Cooperação Horizontal por que é responsável, a UDSE elaborou a Carteira de Programas Consolidados na área do Trabalho em CD-ROM, que se distribuiu na Décima Terceira CIMT. Constam desta Carteira os programas objeto de maior reconhecimento e de maior relevância entre os que se desenvolvem no Hemisfério nas seguintes áreas: 1) Modernização da administração dos assuntos do trabalho; 2) Treinamento e certificação de aptidões profissionais; 3) Higiene e segurança ocupacional; e 4) Equidade de gênero. No tema da saúde e segurança ocupacional, trabalhou-se em conjunto com a Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD) e a OPAS. A Carteira é uma ferramenta de informação sobre programas que podem ser compartilhados por meio de cooperação horizontal e, assim, está sujeita a permanente atualização.

### *Apoio ao treinamento e certificação de aptidões profissionais*

Reconhecendo o papel central da certificação de aptidões no sentido de melhorar as possibilidades de emprego da força de trabalho, a Unidade comprometeu-se a apoiar o fortalecimento dos sistemas de formação e certificação de aptidões. Assim, participou do *Workshop* Sub-Regional “Desafios da Formação Profissional na Sub-Região Andina”, organizado pela Comunidade Andina em Lima, Peru, em abril de 2003. Além disso, a UDSE, com apoio da AICD e do Conselho de Normatização e Certificação de Aptidões Profissionais (CONOCER) do México, está planejando a realização de um Curso Virtual sobre certificação de aptidões profissionais, que espera lançar pelo Portal Educacional das Américas em 2004.

### *Coordenação entre órgãos*

Em 8 e 9 de dezembro de 2003, a UDSE levou a cabo uma Reunião de Planejamento da Décima Terceira CIMT, com a participação da OIT, do BID, da OPAS, do escritório da CEPAL em Washington e dos Ministérios do Trabalho dos Estados Unidos, El Salvador, Brasil, México e Canadá, coordenadores dos grupos de trabalho da Conferência, sendo os três últimos membros da Tróica. A reunião aprovou um cronograma de atividades e um documento que define as fontes de financiamento e as responsabilidades dos vários atores no desenvolvimento dessas atividades, o que permitirá cumprir o Plano de Ação de Salvador.

### *Cultura*

#### *Primeira Reunião da Comissão Interamericana de Cultura (CIC) e atividades preparatórias*

A CIC realizou sua primeira reunião em 4 e 5 de setembro de 2003 na Cidade do México, sob os auspícios do Conselho Nacional para a Cultura e as Artes (CONACULTA) do México. Na qualidade de Secretária Técnica desta Comissão, a UDSE levou a cabo as atividades que se seguem.

Apoio à elaboração e aprovação do Regulamento da CIC, mediante um processo amplo de consulta com os Estados membros. Este processo iniciou-se em julho de 2002 e culminou com a aprovação do Regulamento pelo CIDI, em abril de 2003.

Desenho e administração da página da CIC na Internet ([www.oas.org/udse/cic](http://www.oas.org/udse/cic)) para dar seqüência às ações da Comissão, facilitar o intercâmbio de idéias, conhecimentos e práticas, e proporcionar um canal permanente de comunicação entre seus membros. Os materiais desta página correspondem aos mandatos e ações prioritárias que a CIC está fazendo avançar.

Organização e coordenação, em conjunto com a CONACULTA, da Primeira Reunião da CIC. O objetivo desta reunião foi totalmente alcançado com a elaboração do Plano de Trabalho da CIC, de que constam as principais atividades que a Comissão terá de realizar para cumprir os mandatos do Plano de Ação de Cartagena das Índias.

#### *Observatório Interamericano de Políticas Culturais*

A UDSE coordenou o estudo de viabilidade para o Observatório Interamericano de Políticas Culturais (OIPC), que foi elaborado pelo Doutor Raj Isar, diretor anterior de Políticas Culturais da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), e contou com uma Comissão Assessora integrada por 44 - reconhecidos especialistas, a qual revisou,

comentou e enriqueceu o estudo com várias perspectivas sub-regionais. O estudo foi apresentado na primeira reunião da CIC e considera três opções de estrutura para o OIPC, sobre as quais deveriam pronunciar-se os Ministros e Autoridades de Cultura na reunião seguinte, que teve lugar em agosto de 2003 no México.

Estratégia de cooperação horizontal

A UDSE continua atualizando a Carteira Permanente de Programas Consolidados de Cultura, onde constam os programas que os ministérios e autoridades culturais querem partilhar com seus pares. Esta Carteira é uma peça básica da estratégia de cooperação horizontal coordenada pela UDSE e que em 2003 realizou um primeiro *workshop* de intercâmbio de conhecimentos, voltada para a análise da experiência canadenses do programa *Young Canada Works* do Departamento do Patrimônio. Este primeiro *workshop* ocorreu em Ottawa, de 27 a 31 de outubro de 2003 e teve a participação de representantes das autoridades culturais de Antígua e Barbuda, Chile, Colômbia, Dominica, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Peru, e São Vicente e Granadinas. Nesse *workshop*, os participantes elaboraram perfis de projetos com base na transferência crítica da experiência canadense, os quais continuaram a ser completados e fortalecidos com apoio técnico da OEA e do Departamento do Patrimônio Canadense.

*Promoção da participação da sociedade civil, acordos de cooperação com outros organismos internacionais multilaterais*

A UDSE assinou acordos com o Departamento do Patrimônio Canadense e o Convênio Andrés Bello para financiar atividades relacionadas com o estudo de viabilidade do OIPC e com a realização da Primeira Reunião da CIC. Além disso, estabeleceu um foro virtual no portal da CIC, como ferramenta para registrar observações e comentários dos representantes do governo e, posteriormente, da sociedade civil sobre a CIC e seu Plano de Trabalho.

## **UNIDADE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE**

A Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente foi estabelecida mediante a Ordem Executiva Nº 96-6, de 28 de junho de 1996. É a principal entidade da Secretaria-Geral encarregada dos assuntos diretamente relacionados com o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente. Sua finalidade é apoiar as atividades da Organização, seus órgãos e entidades, na formulação de políticas de desenvolvimento sustentável e meio ambiente na região. Formula, avalia e executa os projetos de cooperação técnica em suas áreas de competência e presta assessoramento e apoio técnico em aspectos referentes ao desenvolvimento sustentável, incluindo os programas orientados para o desenvolvimento da legislação sobre meio ambiente, a transferência de tecnologias ambientalmente saudáveis e a educação ambiental. A Unidade é também ativa em áreas destacadas pelas cúpulas hemisféricas e desempenha um papel particularmente vital no monitoramento do Plano de Ação de Santa Cruz de la Sierra, aprovado pela Cúpula das Américas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, dezembro de 1996).

As atividades da Unidade em 2003 visaram os mandatos das Cúpulas; as resoluções aprovadas pela Assembléia Geral da Organização; os mandatos oriundos do Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável, aprovado pela Assembléia Geral em seu Vigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões, realizado em Lima, Peru, em junho de 1997; o Plano Estratégico de Cooperação Solidária 2002-05, e as resoluções aprovadas na Terceira Reunião Ordinária da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Sustentável, em 11 e 12 de fevereiro de 2002. Atualmente, a carteira de projetos que a UDSMA tem em andamento totaliza cerca de US\$65 milhões. Mais de 95% desse montante são financiados com recursos de fontes externas. A página da Unidade na Internet ilustra as principais atividades hoje em andamento e seus *links*, bem como seus êxitos, e pode ser acessada no endereço <http://www.oas.org/usde>.

### **Atividades ligadas à Cúpula da Bolívia**

Prosseguiram as atividades para coordenar e acompanhar o Plano de Ação de Santa Cruz de la Sierra. A Unidade deu assistência ao Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Sustentável criado pela CEPAC por recomendação da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Sustentável (CIDS) em sua Terceira Reunião Ordinária.

Promovendo os mandatos ligados ao Plano de Ação de Santa Cruz e constantes do Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável, a UDSMA realizou as atividades que se seguem.

A Rede Interamericana de Informação sobre a Biodiversidade (IABIN) foi criada em 1996 como iniciativa da Cúpula das Américas. Esta iniciativa foi concebida para proporcionar a infraestrutura para a rede de informações (como padrões e protocolos), bem com o teor científico de que os países deste Hemisfério necessitam para aperfeiçoar o processo decisório, especialmente nos casos em que o desenvolvimento humano e a preservação da biodiversidade entram em choque. Em apoio à conservação da biodiversidade, a IABIN foi consolidada como foro de cooperação técnica e científica baseado na Internet. Em cada um dos 34 países participantes do processo das Cúpulas, os Pontos Focais da IABIN promovem coordenação na coleta, compartilhamento e uso de informações- 46 - sobre biodiversidade. Estão contribuindo

para o firme progresso alcançado pelos países latino-americanos e caribenhos, que já ampliaram as áreas protegidas de menos de 200 milhões de hectares em 1975 para mais de 400 milhões hoje em dia. As atividades da fase PDF-B estão programadas para terminar em março de 2004, com a apresentação ao Fundo para o Meio Ambiente Mundial (FMAM) de uma proposta de financiamento no montante de US\$4 milhões, parcela de um custo total de US\$20 milhões para o projeto, a fim de implementar a próxima fase da IABIN. A página da IABIN na Internet está plenamente operacional em espanhol e inglês, inclusive sua matriz de bio-informações.

A Unidade continuou promovendo junto aos Estados membros a fase de implementação da Estratégia Interamericana para Promoção da Participação Pública na Tomada de Decisões sobre o Desenvolvimento Sustentável (ISP), nos termos da resolução CIDI/CIDS/RES. 6 (III-O/02), aprovada pela Comissão Interamericana de Desenvolvimento Sustentável (CIDS III). Continuou também a respaldar esforços para levar essa estratégia à prática, promovendo uma colaboração estreita entre os setores público e privado acerca de questões do desenvolvimento sustentável e do ambiente.

Na área das leis, regulamentos e políticas ambientais, desenvolveram-se em nível hemisférico e regional parcerias cooperativas para reforçar regimes econômicos, sociais e ambientais, a fim de assegurar que se apoiem mutuamente e contribuam para o desenvolvimento sustentável. Nesta área, deu-se atenção especial à sustentabilidade ambiental da liberalização do comércio, a instrumentos econômicos, à produção mais limpa e à eficiência energética. O Fórum Interamericano de Direito Ambiental (FIDA) foi um instrumento importante para o avanço dessas iniciativas. Trata-se de uma idéia surgida originalmente na Cúpula das Américas sobre Desenvolvimento Sustentável. Agora, o FIDA está trabalhando com parceiros governamentais e não-governamentais nas Américas para efetuar avaliações nacionais do impacto ambiental do acordo sobre a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) proposto e discutir políticas alternativas com os Estados membros da OEA. Grupos de peritos concluíram e revisaram estudos sobre a Argentina e o Brasil em março e maio de 2003, respectivamente. No começo de 2004, começará o trabalho dos relatórios sobre o Paraguai, Uruguai e pelo menos dois países centro-americanos.

### **Atividades relacionadas com a Cúpula das Américas**

#### *Registro de Propriedade*

Cumprindo mandatos da Segunda e Terceira Cúpulas das Américas, prosseguiu-se num acordo de cooperação com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), a fim de avançar mais na implementação do programa para aperfeiçoar os arquivos de registro de propriedade. Esse programa está sendo realizado por intermédio do Escritório Virtual da Iniciativa Intercúpulas de Sistemas de Propriedade (IPSI), um mecanismo criado para este fim pela USAID e pela OEA com financiamento da USAID. Nas Cúpulas, Estados membros manifestaram seu empenho em racionalizar e padronizar os respectivos sistemas nacionais de registro de propriedade. Exibindo informações em seu portal, a IPSI está dando apoio aos numerosos esforços em andamento pelo Hemisfério para reformar aspectos dos sistemas de informações sobre propriedade. A página da IPSI na Internet está passando por uma reforma, que inclui descentralização da geração e gerenciamento de seu material. Também está sendo enfatizada a participação de instituições multilaterais para evitar esforços paralelos que fragmentem recursos e deixem a comunidade usuária sem saber onde buscar informações acerca da propriedade e da terra. Assim, ocorreram discussões com o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) sobre a forma como a IPSI pode colaborar e partilhar informações com essas instituições, a fim de-

- 47 -

processo de racionalização dos sistemas de registro de propriedade.

### *Energia Renovável*

A Unidade continuou a servir como Secretaria Técnica do programa Energia Renovável nas Américas (REIA). Em 2003, o REIA empreendeu uma série de novas iniciativas e ampliou o alcance de algumas atividades em andamento. Liderou a promoção de alternativas energéticas sustentáveis em toda a região, e ajudou a catalisar a adoção da Lei de Incentivos à Energia Renovável na Guatemala e a preparação dos Planos de Energia Sustentável em Santa Lúcia, Dominica e Grenada. Como parte da Parceria Energética da Aldeia Global/América Latina e Caribe (GVEP-LAC), promoveu em junho de 2003 a preparação da Conferência Hemisférica sobre Energia Rural na Bolívia, que apoiou a busca de recursos suplementares para a organização, a identificação de países participantes e a criação do diálogo com os países identificados para desenvolver estratégias nacionais de energia rural.

### *Administração de Desastres*

Cumprindo mandatos da Cúpula, a Unidade continuou a desenvolver projetos concebidos para ajudar a reduzir a vulnerabilidade aos riscos naturais. Participou das reuniões da Comissão Técnica Mista (ITC) do Foro de Ministros do Meio Ambiente do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) a fim de partilhar experiências com assuntos relacionados a desastres naturais. Realizaram-se consultas regionais na área do transporte entre especialistas do Canadá, México e Estados Unidos, que giraram em torno de eventuais medidas de cooperação para reagir a desastres nessa área. Prosseguiu a execução de projetos de treinamento e pesquisa para desenvolver corredores comerciais, com a colaboração de centros da Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Honduras, Peru e Uruguai. Prestou-se constante apoio à Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais (CIRDN) e também à Comissão de Segurança Hemisférica do Conselho Permanente.

Projetos especiais:

- *Caribbean Hazard Mitigation Capacity Building Program – CHAMP* (Programa Caribenho de Desenvolvimento de Capacidade para Redução de Riscos). A Unidade, a Agência Caribenha para Reação de Emergência a Desastres (CDERA) e o Programa para Redução de Desastres do Banco de Desenvolvimento do Caribe (CDB/DMFC) desenvolveram um projeto de Política Nacional Modelo de Redução de Riscos para uso no Caribe. Convocou-se um *Workshop* Regional/Diálogo de Políticas para revisar e elaborar o projeto de Política Modelo. Esse *workshop* reuniu uma grande amostragem de interessados, inclusive agências governamentais e organizações nacionais de redução de desastres de Belize, Grenada, Ilhas Virgens Britânicas, Jamaica, Santa Lúcia, e Saint Kitts e Nevis, bem como representantes de instituições regionais e órgãos internacionais de desenvolvimento. A política resultante será usada como base a fim de estabelecer políticas nacionais para a redução de riscos em todo o Caribe.
- Programa Redução da Vulnerabilidade nas Escolas e Plano Hemisférico para a Redução de Desastres no Setor da Educação (EDUPLAN Hemisférico). Preparou-se para divulgação um manual sobre a localização de escolas nas áreas menos vulneráveis. Atualmente há nove secretarias técnicas em seis países trabalhando para implementar o EDUPLAN Hemisférico. Estão sendo sondadas opções para a programação e apresentação da Terceira Conferência Hemisférica sobre Redução dos Desastres no Setor da Educação.



- Programa de Alerta contra Enchentes e Redução da Vulnerabilidade nos Pequenos Vales da América Central (SVP). Foi implementada a Fase VI para dar assistência a mais de 30 grupos comunitários existentes do SVP em seis países, apoiando a formação de uma plataforma regional para apoiar o gerenciamento integrado de planícies de inundação junto a pequenos vales na América Central. Figuraram entre os preparativos *workshops* para consultas com grupos do SVP na região e uma troca de idéias com ONGs nacionais, regionais e internacionais, além de órgãos multilaterais e bilaterais correlatos, para precisar um âmbito inicial de trabalho e pré-condições para a coordenação da plataforma regional do SVP por um consórcio de ONGs. O resultado dessa fase será um diálogo regional que leve a documentos técnicos.
- *OECS Saint Lucia Safer Housing Strengthening and Insurance Program* (Programa da OECO em Santa Lúcia para o Reforço e Seguro de Habitações).
- Preparação do Quarto *Workshop* sobre Técnicas e Práticas de Avaliação de Vulnerabilidade (VAT). A Terceira VAT foi apresentada com êxito, iniciando um constante processo no CDB para os Estados mutuários, com atualização e ampliação dos recursos da página na Internet. O Quarto *Workshop* VAT foi convocado e será realizado na Universidade do Estado de Louisiana.

A Unidade está trabalhando com a Secretaria-Geral, que preside a Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais (CIRDN), na preparação do projeto do Plano Estratégico Interamericano de Política de Redução de Desastres, Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, a ser considerado pelos Estados membros com vistas à sua implementação.

#### *Corredores de Exportação*

O consórcio Programa Interamericano de Treinamento e Pesquisa para o Desenvolvimento do Corredores Comerciais (PROCORREDOR), que tem 14 centros de colaboração, continua apoiando projetos regionais de treinamento e pesquisa de campo sobre assuntos complementares para assessorar o setor público, realizar consultas junto ao setor privado e preparar a próxima geração de especialistas no desenvolvimento de corredores comerciais. Os centros de colaboração do PROCORREDOR na Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Honduras, Peru e Uruguai estão usando limitados recursos próprios para realizar atividades nacionais e bilaterais, e apoiando a programação e apresentação da Terceira Conferência Hemisférica sobre Redução da Vulnerabilidade dos Corredores Comerciais a Desastres Sócio-Naturais (TCC III), que terá lugar em Honduras, em 2004.

O projeto Gerenciamento do Corredor Comercial de Transporte vem sendo executado pela Unidade. Por meio de um acordo com a GTZ, agência alemã de cooperação, a Unidade obteve por empréstimo os serviços de um especialista para trabalhar na integração da redução da vulnerabilidade de sistemas rodoviários a riscos naturais a trabalho técnico em andamento na área da manutenção de estradas e recursos nacionais exclusivos para manutenção de estradas, inclusive treinamento, assistência técnica e transferência de tecnologia. Ademais, a Unidade e a Sociedade Latino-Americana de Unidades Ambientais de Transporte Rodoviário (SLUAT) aprovaram o Plano Hemisférico de Gerenciamento Ambiental de Corredores Rodoviários, a que aderiram o BIRD, o BID e a Comunidade Andina de Fomento (CAF). Esse guia técnico está sendo atualizado sob o patrocínio da SLUAT com assistência técnica da OEA, e os progressos desse trabalho foram comunicados na reunião da SLUAT em 2003.

#### *Gerenciamento dos Recursos Hídricos*

A Unidade manteve seus esforços para reforçar a cooperação técnica entre os Estados membros em matéria de gerenciamento integrado e sustentável dos recursos hídricos em bacias transfronteiriças e áreas costeiras. Prosseguiu a execução de projetos especiais que ajudam a moldar políticas nacionais e regionais para o gerenciamento integrado dos recursos hídricos e áreas costeiras em vários países das Américas. Com este fim, implementou projetos e atividades nas bacias dos rios da Prata, Amazonas, Bermejo, Grande de Tarija, Tolomosa, São Francisco e San Juan, bem como do Pantanal e do alto Paraguai.

Programa de Ação Estratégico para a Bacia Binacional do Rio Bermejo (PAS). A Unidade deu prosseguimento às atividades de implementação do projeto no primeiro semestre de 2003. Na zona de Iruya, foram concluídas 97% das obras de engenharia para o controle da erosão e das inundações. Essa atividade vem sendo complementada por ações não estruturais em colaboração com grupos indígenas e programas de educação ambiental. Outras atividades em execução relacionam-se com os componentes de fortalecimento institucional, estruturas de controle da erosão na sub-bacia do Tolomosa, zoneamento ambiental, manejo integrado de recursos naturais (sub-bacia de Santa Ana) e desenvolvimento e implementação de um sistema de informação e monitoramento para a Bacia do Bermejo. O projeto vem sendo executado em colaboração com os Governos da Argentina e da Bolívia, por intermédio da Comissão Binacional para o Desenvolvimento da Alta Bacia do Bermejo e do Rio Grande de Tarija, com apoio financeiro do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (FMAM). Espera-se concluir as atividades do projeto em outubro de 2005.

Programa Estratégico de Ação para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio San Juan e sua Zona Costeira (SJRB). Prosseguiu a execução dos projetos demonstrativos e estudos básicos. Realizou-se um *Workshop* Binacional de Participação Pública na cidade de Granada, Nicarágua. Realizou-se uma reunião do Conselho Diretor em Manágua, Nicarágua. Concluiu-se a construção da Ferramenta de Mapeamento Institucional do Projeto. Em São José, Costa Rica, apresentou-se um *workshop* de treinamento no uso da ferramenta com participação de pessoal técnico do projeto e das contrapartes nacionais. Envidaram-se esforços para estabelecer uma gerência binacional para o projeto e também para preparar um rascunho do Programa Estratégico de Ação (PEA). Em apoio à integração de um enfoque de gênero ao PEA, levou-se a cabo uma análise de gênero da Bacia. Por último, o PROCUENCA-SAN JUAN participou do Terceiro Fórum Mundial da Água levado a cabo em Kyoto, Japão. O projeto foi apresentado em Kyoto.

Gestão Integrada de Atividades Terrestres na Bacia do Rio São Francisco. O projeto entrou em sua fase final de execução. Todos os relatórios finais dos subprojetos foram apresentados à Coordenação Técnica e divulgados entre os membros da Comissão da Bacia do Rio São Francisco (CBH-SF) na sua reunião em São Roque. Apresentaram-se também os três subprojetos diretamente envolvidos no apoio ao funcionamento da Comissão e distribuiu-se a última versão do Diagnóstico Analítico da Bacia (DAB). Já se realizaram mais de 200 eventos públicos com a participação do projeto. O DAB do São Francisco já está concluído e passa agora por uma última revisão. O processo de elaboração do Programa Estratégico de Ação foi iniciado com a contratação de um consultor para definir os termos de referência. Durante a reunião do Conselho Diretor, realizada em junho em Brasília, aprovaram-se os documentos resultantes dos subprojetos e a programação até o fim do projeto.

Implementação de Práticas de Gestão Integrada de Vertentes para o Pantanal e a Bacia do Alto Rio Paraguai. Na execução deste projeto, foram contratados os produtos finais dos projetos demonstrativos. A elaboração do Diagnóstico Analítico também entrou em sua fase final com a realização de um *workshop* em Campo-50-Grande, Mato Grosso do Sul. Os 130

participantes do evento revisaram e confirmaram a cadeia causal e a metodologia usada. Paralelamente, contratou-se um consultor a fim de preparar os termos de referência para a elaboração do Programa Estratégico de Ação. Na reunião da Comissão Diretora, realizada em junho em Brasília, revisou-se o cronograma de eventos e traçou-se a estratégia para envolver a Bolívia e o Paraguai na iniciativa.

Projeto para o Aquífero Guarani. Deu-se continuidade às atividades preparatórias para iniciar o projeto. Realizou-se um seminário técnico com vários representantes das instituições nacionais dos países participantes a fim de debater e aprovar o Programa Operacional do Projeto para 2003. Foram contratados cinco técnicos para compor a Secretaria Técnica do projeto. Trabalhou-se na preparação dos termos de referência de todas as atividades programadas para este ano, bem como na preparação de futuros seminários de trabalho. Selecionaram-se e iniciaram-se atividades relacionadas com o projeto.

- Fortalecimento do Setor de Recursos Hídricos do Brasil (SRH). Com relação a este projeto, iniciaram-se atividades de apoio ao desenvolvimento de políticas e transferência de tecnologias para a gestão de recursos hídricos. Revisou-se a Lei N° 9.433 sobre Política Nacional de Recursos Hídricos, emendando o Artigo 34, que regula o Conselho de Recursos Hídricos, mediante o decreto N° 4.613, de 11 de março de 2003.
- Convênio entre a Secretaria-Geral da OEA e a Associação Japonesa de Recursos Hídricos (JAWA). A Unidade continuou coordenando o relatório final do projeto, estando prevista sua distribuição em fins de 2003.
- Definição de um Quadro da Gestão dos Recursos Hídricos Transfronteiriços para a Bacia do Rio da Prata. A Unidade prosseguiu a execução deste projeto. Preparou-se e apresentou-se para sua implementação um Documento de Projeto, que foi aprovado pelo Fundo para o Meio Ambiente Mundial (FMAM) em sua fase do Bloco B. Esta atividade realizou-se com uma doação do Bloco A, do FMAM, canalizada por intermédio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) com assistência técnica e financeira da Unidade.
- Desenvolvimento Sustentável do Vale do Parnaíba. Deu-se início às atividades técnicas deste projeto, que tem financiamento do Governo do Brasil e do Banco Mundial.
- Fundo Guarani das Universidades. A Unidade iniciou o desenvolvimento desta nova atividade, em colaboração com o Banco Mundial e o FMAM. Constituiu-se uma Comissão Assessora, com um representante acadêmico de cada país, para avaliar os mais de 30 projetos regionais apresentados em 2003, e vêm-se realizando reuniões de avaliação. A Unidade prosseguiu os seus trabalhos de incorporação de ações de gestão da água às políticas de saúde. Desenvolveu esta atividade com a Organização Pan-Americana da Saúde, *Environment Canada* e outros órgãos internacionais.
- A Unidade iniciou a preparação de novo projeto de cooperação técnica em apoio à região amazônica do Brasil. Este projeto decorre das atividades realizadas no contexto do Programa de Iniciativas Estratégicas para a Amazônia Brasileira (PRODEAM), concluído em 2002.

Como sinal de uma história de sucesso na área da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos, importa notar que todos os países das Américas estão atualmente atualizando, revisando e implantando leis sobre os recursos hídricos e quadros institucionais para implementar sistemas integrados de gestão de recursos hídricos. Os projetos apoiados pelo FMAM, pelo Banco Mundial e pela ONU têm contribuído de forma significativa para esta realização. O próximo Fórum Mundial da Água terá lugar no México, em 2006. No Brasil, foram constituídas mais de 40 organizações de bacias fluviais em nível

brasileiros já têm legislação sobre água e um sistema de tarifas d'água, e implementaram um programa para cobrar pelo uso da água bruta. Na América Central o projeto da Bacia do Rio San Juan, financiado pelo FMAM e pela OEA, deu à Costa Rica e à Nicarágua condições de reforçar significativamente seu arcabouço institucional e seus instrumentos legislativos para a gestão integrada dos recursos hídricos. De forma análoga, os países do Tratado da Bacia do Prata e os países do Tratado de Cooperação Amazônica estão embarcando em projetos hídricos transfronteiriços centrados na gestão integrada dos recursos hídricos, para alcançar o desenvolvimento sustentável.

#### *Rede Interamericana de Recursos Hídricos*

Na qualidade de Secretaria Técnica, a Unidade continuou prestando apoio à Comissão Executiva, ao Conselho Assessor e à Fundação Rede Interamericana de Recursos Hídricos (RIRH). Realizaram-se reuniões da Comissão Executiva e dos Pontos Focais Nacionais em Arequipa, no Peru. Realizou-se também uma reunião de planejamento com uma Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) no Brasil, como resultado do início das atividades do Projeto de Médio Porte do FMAM, em colaboração com o PNUMA. Este projeto foi apresentado ao Terceiro Fórum Mundial da Água em Kyoto, Japão.

#### *Projeto para o fortalecimento da Rede Interamericana de Recursos Hídricos*

Deu-se início ao projeto sobre Preparação e Execução de Mecanismos de Divulgação de Lições Aprendidas e Experiências na Gestão Integrada de Recursos Hídricos Transfronteiriços na América Latina e Caribe, DELTAMERICA. Para tanto, realizou-se a primeira reunião do Conselho Diretor, em Arequipa, no Peru. Nesta mesma cidade, realizou-se uma reunião de Pontos Focais Nacionais da Rede Interamericana de Recursos Hídricos para lançar o Projeto. O Primeiro Diálogo Sub-Regional teve lugar em Brasília, bem como um *workshop* sobre Sistemas de Informação. Contratou-se o Coordenador Técnico, e contratou-se e identificou-se pessoal técnico de apoio para as diversas atividades em vários países membros. Iniciaram-se preparativos para estabelecer foros virtuais em sub-regiões selecionadas. O projeto tem uma duração prevista de 18 meses.

### *Reunião Hemisférica de Seguimento do Terceiro Fórum Mundial da Água*

A Unidade continuou a atuar como elemento de articulação entre os Pontos Focais Nacionais da Rede Interamericana de Recursos Hídricos e o Grupo de Coordenação para o Dia Pan-Americano na Reunião Hemisférica de Seguimento do Terceiro Fórum Mundial da Água. Definiram-se e iniciaram-se as atividades específicas do projeto.

### *Informações para tomar decisões com referência ao desenvolvimento sustentável*

A Unidade continuou a executar o projeto sobre Capacidade de Criar Sistemas de Gestão de Informações para Aperfeiçoar o Processo Decisório no Desenvolvimento Sustentável para os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento do Caribe. Entre as atividades executórias relacionadas com este projeto figuraram reuniões com várias organizações internacionais, regionais e nacionais para discutir como o projeto pode articular-se harmoniosamente com atividades em andamento ou em projeto. A Unidade trabalhou com várias organizações da região, entre elas a Universidade das Índias Ocidentais.

### **Atividades ligadas a mandatos da Assembléia Geral**

#### *Direitos Humanos e Meio Ambiente*

Cumprindo a resolução AG/RES. 1926, “Os direitos humanos e o meio ambiente nas Américas”, a Unidade continuou estimulando a cooperação institucional na área dos direitos humanos e do meio ambiente no âmbito da Organização, em especial entre a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. Buscou a coordenação entre a CIDH e a UDSMA para definir um plano de trabalho e estratégias a fim de evoluir para o cumprimento do mandato; promoveu a participação das organizações da sociedade civil credenciadas junto à OEA em iniciativas da UDSMA/CIDH a respeito da questão; coordenou com o Foro Interamericano de Direito Ambiental (FIDA) um aumento de atividades relacionadas com a questão dos direitos humanos e o meio ambiente, inclusive a participação da sociedade civil no plano de trabalho, e prestou apoio técnico à Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos do Conselho Permanente, em cumprimento do mandato dessa resolução.

#### *Mudança Climática*

Cumprindo a resolução AG/RES. 1864, “Os efeitos socioeconômicos e ambientais da mudança climática nos países do Hemisfério”, a Unidade preparou um projeto de seguimento ao “Planejamento Caribenho para Adaptação à Mudança Climática Global” (CPACC) intitulado “Incorporação da Adaptação à Mudança Climática” (MACC). Captou-se financiamento externo junto ao FMAM. O papel da Unidade na preparação do projeto relacionado com o MACC encerrou-se em março de 2003, com a aceitação desse documento pelo Banco Mundial e pela Secretaria da CARICOM.

A Unidade também efetuou o desenvolvimento e execução final de um projeto relacionado com o Estabelecimento de uma Consulta a Múltiplos Interessados em Água e Clima na Bacia do Rio San Juan, Costa Rica e Nicarágua. Desenvolveu igualmente projetos sobre água e clima que incluíam a) o estabelecimento de um diálogo caribenho sobre água e clima e b) o desenvolvimento de um Programa de Alerta contra Enchentes e de Redução da Vulnerabilidade nos Pequenos Vales da América Central.

A Adaptação à Mudança Climática está- 53 - sendo incorporada ao planejamento do

desenvolvimento no Caribe por meio de uma iniciativa tomada pelo Banco de Desenvolvimento do Caribe (CDB) em conjunto com a OEA e a Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional. A iniciativa tem por finalidade integrar a avaliação do impacto dos riscos naturais e da mudança climática ao processo de preparação e avaliação de projetos do Banco e dos países participantes.

### **Atividades com organizações internacionais**

#### *Banco Interamericano de Desenvolvimento*

Por intermédio da Unidade, manteve-se o papel da Secretaria-Geral nas consultas oficiais lançadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento para preparar a Estratégia Ambiental do Banco em conjunto com outras organizações. A Unidade ofereceu observações e comentários à Estratégia e participará de qualquer consulta futura que o Banco organize, conforme cabível.

#### *Força-Tarefa Mista para Seguimento da Cúpula da Bolívia*

A Unidade continua a presidir o Grupo de Trabalho para a Incorporação da Redução dos Desastres ao Desenvolvimento, da Força-Tarefa Mista (IATF). A Unidade trabalha em estreito contato com a Secretaria Executiva do Processo das Cúpulas para assegurar à Força-Tarefa um adequado papel no desenvolvimento do mandato do Grupo de Trabalho no contexto do processo de seguimento da Cúpula.

#### *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente*

A convite do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Unidade fez uma apresentação formal ao Foro de Ministros do Meio Ambiente do PNUMA em sua reunião realizada na Cidade do Panamá, em novembro de 2003.

## UNIDADE INTERSETORIAL DE TURISMO

Criada pela Ordem Executiva Nº 96-7, a Unidade Intersetorial de Turismo promove o desenvolvimento interdisciplinar do turismo. Com esse fim, fortalece e estabiliza a cooperação prática com outras organizações regionais e internacionais, revitaliza o Congresso Interamericano de Turismo (CIT) e conduz os programas de cooperação técnica e treinamento para promover o desenvolvimento sustentável nos Estados membros.

O plano de trabalho anual da Unidade de Turismo baseia-se no cumprimento dos mandatos e recomendações das diversas Cúpulas das Américas, no Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo, no Plano de Ação dos Congressos Interamericanos de Turismo e no Plano Estratégico de Cooperação Solidária 2002-05 do CIDI.

O apoio ao turismo fundamenta-se no reconhecimento do potencial do setor como motor de crescimento e desenvolvimento econômico sustentável e na necessidade de manter a diversificação, inovação e melhoramento contínuos do produto turístico, a fim de melhorar a competitividade dos Estados membros no mercado internacional do turismo. Para alcançar esses objetivos mais amplos e procurando utilizar eficientemente os escassos recursos humanos e financeiros, a Unidade de Turismo tem atribuído ênfase ao intercâmbio de idéias e melhores práticas entre os Estados membros.

### Formulação de políticas e planos

Em cumprimento ao mandato de apoiar os esforços dos Estados membros no sentido de desenvolver o turismo como parte integrante da política de desenvolvimento, a Unidade de Turismo prestou assistência ao Governo das Bahamas na realização de um *workshop* sobre políticas para o desenvolvimento sustentável do turismo. Destaca-se entre os resultados desse *workshop* a identificação de medidas sensíveis e responsáveis que deverão ser adotadas para se alcançar o desenvolvimento sustentável do setor do turismo, a preparação de declarações de política e a determinação de procedimentos para a execução das iniciativas acordadas nessa ocasião.

A Dominica foi um dos Estados membros da OEA mais afetados pelo declínio do turismo e da economia mundial depois de 2001. Dada a continua estagnação do setor e por depender a ilha cada vez mais do turismo, a assistência centralizou-se no turismo como catalisador principal da recuperação. A fim de contribuir para este processo, em 2003 a Unidade de Turismo completou um plano de revitalização turística para a ilha e começou a identificar fundos para assistir sua execução.

### Educação e treinamento

Um dos mandatos da Unidade de Turismo é prestar apoio à educação em todos os níveis e ao desenvolvimento e treinamento de recursos humanos no setor turístico. No cumprimento deste mandato, a Unidade de Turismo, no contexto do Programa para Pequenas Empresas Turísticas (STEP), financiado pela USAID, continuou a dedicar atenção ao estabelecimento de uma infraestrutura que ajude a manter a competitividade do setor e a maximizar tanto os seus benefícios como a contribuição do turismo para o desenvolvimento da região. Visando, portanto, a promover a capacidade e melhorar as estruturas de apoio institucional no âmbito hoteleiro, realizaram-se as seguintes atividades:

### *Programas de treinamento e certificação para pequenos hotéis*

Em 2003, a Unidade de Turismo continuou a colaborar com outras entidades, tais como a CIDA e o CPEC e a *American Hotel and Lodging Association* (AHLA), no desenvolvimento e execução de programas de treinamento para pequenas empresas turísticas. Por meio dessa associação, finalizaram-se ao longo do ano as seguintes atividades:

#### *Programa de treinamento “Aptidões para o êxito” – Treinamento para a certificação de instrutores*

Por meio da colaboração com a CIDA/CPEC, ofereceu-se treinamento no âmbito do programa *Aptidões para o êxito*, em que 41 pessoas obtiveram o diploma de *Certified Hospitality Department Trainer* (CHDT), um programa de credenciamento de profissionais que reconhece o progresso dos instrutores departamentais no campo da hospitalidade.

Outros 125 empregados de hotéis receberam treinamento no programa *Aptidões para o êxito*, destinado aos trabalhadores do setor da hospitalidade e serviços turísticos, com o que elevou-se para 378 o total de pessoas desse modo capacitadas.

#### *Outras atividades de treinamento de nível inicial em distintas disciplinas*

Em 2003, a Unidade de Turismo também iniciou contatos com o *Culinary Institute of America* (CIA), para estabelecer vínculos de colaboração. Trata-se de uma das instituições mais reconhecidas em matéria de cursos vocacionais e educação permanente para os profissionais do setor da hospitalidade. Espera-se que esta associação permita alcançar um nível mais alto de excelência do treinamento oferecido para trabalhadores deste setor nos Estados membros participantes.

#### *Programa de treinamento de gerentes e proprietários*

Criado pela Unidade de Turismo, este programa foi posto à prova por ocasião de reuniões realizadas com hoteleiros e gerentes encarregados de alimentação e bebidas. Em 2003, mantiveram-se negociações com a AHLA com vistas a habilitar o programa a emitir certificados. Como resultado, introduziram-se no programa as modificações necessárias para que a AHLA possa outorgar certificados, depois do que a Unidade de Turismo utilizará o curso como seu programa principal de treinamento de gerentes e proprietários de pequenos hotéis.

#### *Colaboração com a CESO*

Em 2003, a Unidade de Turismo, em colaboração com a entidade *Canadian Executive Services Overseas* (CESO), prestou assistência em administração hoteleira, operações gerais e operações de alimentação e bebidas a 109 hotéis, mediante a qual foram treinadas 406 pessoas. A assistência esteve a cargo de voluntários da CESO.



### *Treinamento em segurança*

Devido ao potencial de efeitos negativos sobre o turismo e as economias dos Estados membros que dependem da atividade turística, em 2003 a Unidade de Turismo dedicou maior atenção ao tema da segurança. Assim, a Unidade negociou um acordo com o Instituto de Educação da AHLA para a realização de uma série de seminários sobre segurança para pessoas que trabalham no setor da hospitalidade. Em 2003, realizaram-se dois seminários e preparou-se um calendário para a realização de outros seminários em 2004. Os cursos correspondem a um nível que facilitará a outorga de certificados aos participantes. As futuras atividades da Unidade de Turismo darão maior atenção à segurança e à promoção de medidas de fomento da confiança que ajudem a estimular o turismo.

### *Desenvolvimento institucional e promoção da capacidade do setor público*

O programa de treinamento *Espírito de hospitalidade*, que inclui vídeos e material educativo de apoio, desenvolveu-se mediante um acordo entre a Unidade de Turismo e a AHLA, instituição que se encarregou de sua execução. Reconhecendo que a eficiente execução do programa STEP depende da capacidade dos coordenadores de contrapartida nos Estados membros participantes, ofereceu-se este programa em meados de 2003 aos coordenadores do programa STEP no Caribe.

### *Associação com a Organização de Turismo do Caribe (OTC) – Atividades de treinamento e conscientização turística*

Em 2003, a Unidade de Turismo continuou seus esforços de promoção do desenvolvimento sustentável do turismo, fomentando a conscientização do público sobre a importância dos nexos entre o turismo e o meio ambiente. Esta atividade realizou-se em colaboração com a Organização de Turismo do Caribe (OTC) e deu margem ao desenvolvimento de projetos de programa de anfitriões no Caribe e programas de promoção da carreira turística e de conscientização de jovens. Estes programas têm por objeto melhorar a conscientização e as atitudes no setor turístico. Espera-se que, uma vez posta em prática, esta atividade continue a ser uma das principais áreas de cooperação entre as duas instituições.

Em 2003, esta associação também resultou na preparação de seminários práticos para iniciar e treinar instrutores em utilização de material didático para as escolas. Em 2004, o material preparado no contexto desta associação será compartilhado com outros Estados membros da OEA de idioma espanhol e francês.

### *Desenvolvimento de produtos turísticos*

No cumprimento dos mandatos do Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo, a Unidade de Turismo continuou dedicada à elaboração e adoção de normas para o setor do turismo nas Américas compatíveis com o mercado internacional do turismo. Em particular, no contexto do Programa para Pequenas Empresas Turísticas financiado pela USAID, continuou-se a trabalhar na elaboração de normas e produtos para segmentos especiais de mercados. No período examinado, completaram-se sob esse programa as seguintes atividades:

### *Criação de marcas e normas para hotéis e empresas auxiliares do setor do turismo*

Em 2003, criou-se uma marca identificadora de alojamento em ambientes naturais, que permite a certificação de acordo com uma nova norma internacional desenvolvida em conjunto pelo programa nacional de turismo ecológico da Austrália e *Green Globe 21*.

### *Criação de normas para locais e atrações turísticas*

Este projeto visa a ajudar pequenas e médias empresas não-hoteleiras a desenvolver-se e utilizar os locais e atrações turísticas como parte do produto turístico. O trabalho em relação a este componente começou em 2003, com a identificação e realização de um inventário de 15 locais em dois países participantes. Espera-se que a informação coligida valha como subsídio para um banco de dados de produtos que possa ser desenvolvido e comercializado como parte do produto *Caribbean Experiences*.

A Unidade de Turismo, no seu empenho em ajudar as comunidades a elevar a níveis internacionais as normas de serviço e qualidade dos locais e atrações turísticas, também se dedicou à identificação, registro e divulgação de melhores práticas. Neste sentido, após uma seleção baseada em temas e empresas, examinaram-se as melhores práticas, que foram a seguir avaliadas segundo um determinado ponto de referência e o aconselhamento dos operadores das áreas que carecem de melhoramentos.

No final de 2003, iniciaram-se as tarefas para introduzir um amplo programa de desenvolvimento, gestão e uso sustentável de locais e atrações, entre os quais fortalezas, jardins botânicos, museus, parques nacionais e produtos especiais que possam ser oferecidos por intermédio de operadores turísticos. Com essa finalidade, completaram-se durante o ano avaliações de acesso a mais de 20 atrações e empresas não-hoteleiras.

### *Gestão ambiental – Colaboração com a CAST*

Em 2002, a Unidade de Turismo trabalhou com pessoal da USAID e da *Caribbean Action for Sustainable Tourism* (CAST) em um programa de itinerários ambientais para pequenos hotéis, como passo inicial de uma série de iniciativas para prestar assistência a proprietários de pequenos estabelecimentos na implementação de sistemas de gestão ambiental.

Em 2003, mais de 135 proprietários de pequenos hotéis participaram dos itinerários ambientais, elevando-se assim a 200 o número de pessoas que completaram o processo. Efetuaram-se também 41 avaliações ambientais de pequenos hotéis e prestou-se apoio a 18 estabelecimentos para a realização de avaliações ambientais. Além disso, realizaram-se programas de certificação em 40 propriedades selecionadas.

Em 2003, produziram-se seis novos folhetos, que foram acrescidos à variedade de materiais de gestão ambiental disponíveis para divulgação em formato eletrônico e impresso. Este material é distribuído principalmente por intermédio do Centro de Recursos. Realizaram-se cinco cursos de treinamento para hoteleiros, para gerar conscientização e proporcionar informação sobre os sistemas de gestão ambiental. Para reforçar esse componente educativo e como parte da iniciativa, produziram-se cinco vídeos de capacitação.

### *Projeto de assistência a pequenos hotéis da América Central*

Baseado no Projeto para Pequenas Empresas - 58 - Turísticas do Caribe, este projeto abrange

seis Estados membros (Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica e Panamá) e tem por objeto prestar assistência aos pequenos estabelecimentos hoteleiros da região para melhorar seu funcionamento e competitividade. As atividades realizadas como parte do projeto em 2003 foram as seguintes:

- Conclusão de um estudo de avaliação de necessidades;
- Preparação de material de treinamento;
- Início de uma série de programas de treinamento nos seis Estados membros;
- Preparação de um projeto de proposta como documento de referência utilizável quando se estabelecerem contatos com novos sócios ou doadores em potencial;
- Realização de reuniões com entidades financeiras e doadoras sediadas em Washington, D.C.;
- Conclusão de acordos de colaboração com *Canadian Executive Services Overseas* (CESO), o Centro para a Promoção da Micro e Pequena Empresa na América Central (CENPROMYPE), TACA, a Associação Costarriquense de Profissionais do Turismo (ACOPROT), o Instituto Nacional de Aprendizagem (INA) da Costa Rica e o ITECAP, da Guatemala.
- Apresentação de propostas à Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento, ao Governo de Taiwan e ao BID-FMI (Panamá), com vistas à obtenção de assistência para o prosseguimento do projeto.
- Convocação de uma série de reuniões com o Conselho Centro-Americano de Turismo (CCT) e a Secretaria de Integração Centro-Americana (SICA); e
- Desenho e aplicação da página do projeto na Internet.

Dentre outras atividades, o pessoal da Unidade de Turismo visitou a Costa Rica no mês de maio, para assessorar as autoridades do setor do turismo na preparação de uma nova proposta de projeto trienal a ser submetida a consideração para obter financiamento do FEMCIDI. O pessoal da Unidade também participou de três reuniões do Fórum do Programa de Assistência Centro-Americana no Panamá, o mecanismo coordenador do projeto.

#### *Projeto Turístico Rota do Café*

Este projeto procura gerar benefícios locais a partir do turismo mediante o desenvolvimento de um produto turístico como é o café, dando, deste modo, assistência às comunidades participantes na diversificação da sua base econômica predominantemente cafeeira e fortalecendo o patrimônio e a cultura do lugar. Também mitigará os efeitos da crise econômica provocada por um longo período de baixos preços internacionais do café, proporcionando outras fontes de renda aos pequenos produtores de café da América Latina. O projeto piloto, que melhorará o produto da atividade cafeeira ao preparar e comercializar a experiência do café como destino turístico, está sendo levado a cabo na Costa Rica, mas também intensificou a colaboração com outros países interessados.

Em 2003, devido ao interesse suscitado pelo primeiro ano de atividades, o projeto começou a ser expandido para países da América Central. Em consequência, organizaram-se reuniões em coordenação com as autoridades turísticas de Belize, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá, todas as quais ofereceram seu apoio. As reuniões tiveram o objeto de obter a cooperação e o compromisso dos sócios e confirmar possíveis fontes de assistência técnica e financeira para o projeto nesses países.

Ademais, estabeleceram-se contatos com o CESO e a Secretaria de Integração Centro-

Americana (SICA). No último trimestre de 2003, ultimaram-se os planos para a Primeira Reunião de Diretores da Rota do Café, programada para janeiro de 2004, na Costa Rica.

#### Sistemas de informação e transferência de tecnologia

*Desenvolvimento institucional e desenvolvimento da capacidade no setor privado Prestação de assistência tecnológica.* Continua intensa a demanda do programa de assistência tecnológica para pequenas empresas turísticas. Em 2003, mais de 81 estabelecimentos receberam assistência tecnológica e 195 pessoas receberam treinamento técnico prestado por voluntários dos programas *Net Corps Canada* e *Net Corps Americas*. Os voluntários proporcionaram assistência principalmente na criação de páginas na Internet e em formação básica sobre o uso de computadores.

*Desenvolvimento de um meio baseado na Internet.* Em 2003, a Unidade de Turismo manteve conversações com a Corporação Financeira Internacional (CFI) acerca da possibilidade de obter fundos para o lançamento e a operação de *Caribbean Experiences* como mecanismo de prestação de assistência na administração de pequenos hotéis e de supervisão das normas para este grupo. A entidade também habilitaria os hotéis participantes a desfrutar das economias de escala das grandes cadeias de hotéis filiados.

*Criação de um centro de recursos virtual na Internet, “Caribbean Innkeeper.com”.* Este projeto oferece aos operadores de hotéis, pesquisadores, estudantes e pessoal do setor uma ampla gama de informação relativa ao funcionamento de empresas turísticas, a que têm acesso pela Internet. Em 2003, o pessoal da Unidade manteve periodicamente o *Caribbean Innkeeper* como centro de recursos virtual.

Em dezembro de 2003, devido às similaridades e sinergias que podem ser obtidas, o pessoal da Unidade manteve conversações com a CFI para encarregar-se da administração dos folhetos SME da CFI, dirigidos a empresas de pequena e média escala.

*Criação de centros de recursos físicos.* Continuou em 2003 o trabalho de complementação dos centros de recursos virtuais mediante a expansão do número de centros de recursos físicos. Os centros oferecem material de capacitação, uma videoteca para pequenos hotéis estabelecida em colaboração com AHLA, uma instalação para projeções de televisão e vídeos, acesso à Internet e folhetos. Também fornecem informações da CAST sobre seus programas, bem como folhetos sobre gestão ambiental preparados para o programa STEP.

Em 2003, estabeleceram-se centros em Antígua e Barbuda e em Nevis, este para complementar o centro anteriormente criado em Saint Kitts. Às Bahamas, procedeu-se à entrega de um centro “móvel” de recursos. Os centros móveis destinam-se a facilitar maior distribuição e recepção nos pequenos estabelecimentos distantes dos centros turísticos principais.

*Preparação de folhetos instrutivos.* Os folhetos visam a apresentar as melhores práticas operacionais e administrativas no setor, tanto em forma eletrônica com impressa. Espera-se que a aplicação de algumas das melhores práticas apresentadas nos folhetos resulte no aumento da eficiência e rentabilidade na gestão de empresas do setor turístico. Em 2003, prepararam-se seis novos folhetos, elevando-se assim para 23 o total de folhetos produzidos para a capacitação do setor da pequena empresa.

Cúpula das Américas e atividades correlatas

Em junho de 2003, realizou-se na Guatemala o Décimo Oitavo Congresso Interamericano de Turismo, evento que reúne os Ministros de Turismo do Hemisfério. O Congresso ofereceu aos delegados a oportunidade de receber relatórios técnicos acerca de várias questões atinentes ao turismo, entre as quais o efeito do terrorismo sobre as economias que dependem do turismo e suas implicações para o crescimento e desenvolvimento a médio prazo dos Estados membros; restrições e novos regulamentos que afetam o transporte aéreo e marítimo e suas implicações para os países que dependem do turismo; as questões de saúde que afetam o turismo internacional, particularmente os surtos de doenças em viagens de cruzeiro e a SARS; os fatores que influenciam a viabilidade das empresas nos sectores do turismo e da hospitalidade; o desenvolvimento e adoção de tecnologia, com ênfase no papel e no efeito da tecnologia sobre a forma de gestão de empresas no setor turístico; e a crescente importância do turismo ecológico e do turismo comunitário como nichos de produtos e segmentos do mercado.

O evento também foi propício para que determinadas instituições financeiras prestassem informação sobre suas atividades de apoio do desenvolvimento sustentável do turismo nos países das Américas. Os delegados também receberam propostas em que se delineavam alternativas institucionais para o funcionamento e a estruturação dos Congressos Interamericanos de Turismo.

O Congresso também apoiou um Plano de Ação que orientará o programa de trabalho da Unidade de Turismo nos próximos três anos, e concordou com os conceitos de projetos que haviam sido propostos para melhorar a disponibilidade e a gestão de informação turística e para a formação de capacidade no setor turístico. Preparou-se um amplo relatório sobre os resultados do Congresso, que estará disponível em separado.

#### *Identificação de projetos, assistência e atividades de cooperação correlatas*

A Unidade participou das seguintes atividades e projetos na região:

- Primeiro Fórum Regional do Projeto de Pequenos Hotéis da América Central, no Panamá, em fevereiro de 2003. Dada a crescente conscientização a respeito das atividades do Projeto para Pequenos Hotéis da América Central, a Unidade recebeu do Equador um pedido de assistência para o desenvolvimento de um programa de assistência a pequenos hotéis na região andina. Em vista disso, a Unidade realizará visitas ao Equador e a outros países da região andina para confirmar o interesse regional no projeto e explorar o intercâmbio de experiência em projetos semelhantes do Caribe e da América Central.
- Seminários sobre Contabilidade Satélite de Turismo em El Salvador e Barbados, em outubro, para colaborar com outros possíveis parceiros (Organização Mundial do Turismo, OTC/CARICOM, ECLAC/CEPAL).
- Expo-Ecoturismo 2003, em Puerto Ordaz, Venezuela, em novembro de 2003, com vistas a confirmar a cooperação e as oportunidades de intervenção na área do desenvolvimento do turismo ecológico e comunitário.
- Colaborou-se com as autoridades de turismo nas sub-regiões da América Central, América do Sul e Caribe, dando-se assistência à preparação de propostas a serem consideradas e possivelmente selecionadas para financiamento pelo FEMCIDI. Como seguimento dessa participação, o pessoal da Unidade espera desempenhar importante papel na execução de projetos nas Bahamas e na América Central.
- Décimo Oitavo Congresso Interamericano de Turismo. A Unidade preparou vários documentos e apresentações, que se acham incluídos no relatório final do Congresso. Também apresentou um documento com propostas para revitalizar o

setor do turismo na Dominica e participará das reuniões das Juntas Diretoras da Organização de Turismo do Caribe e da Ação Caribenho-Centro-Americana. Para esta última apresentou o documento *Biodiversidad en el Turismo*.

### **Financiamento**

Prosseguiram as conversações com várias instituições financeiras em torno da prestação de apoio às atividades da Unidade. Quanto ao apoio para o proposto Sistema de Investimentos em Turismo, receberam-se compromissos condicionais do Banco Europeu de Investimentos e da Corporação Interamericana de Investimentos.

## UNIDADE PARA A PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA

A Unidade para a Promoção da Democracia (UPD) foi estabelecida mediante a Ordem Executiva Nº 90-3, de 15 de outubro de 1990, em conformidade com a resolução AG/RES. 1063 (XX-O/90) da Assembléia Geral, a fim de apoiar os Estados membros em seus esforços para preservar e fortalecer suas instituições políticas e procedimentos democráticos. A Unidade executa seu plano de trabalho no âmbito do Programa de Apoio para a Promoção da Democracia, aprovado pela resolução CP/RES. 572 (882/91), do Conselho Permanente.

A Unidade para a Promoção da Democracia tem por funções principais: i) acompanhar e respaldar os órgãos políticos da Organização em suas deliberações acerca do fortalecimento e preservação da democracia; ii) colaborar com os Estados membros para o aperfeiçoamento de suas instituições e processos democráticos; iii) prestar apoio aos Estados membros para a geração, divulgação e intercâmbio de conhecimentos sobre sistemas políticos e valores democráticos; iv) proporcionar apoio com respeito a aspectos técnicos e substanciais para o diálogo e troca de experiências entre instituições e peritos do Hemisfério em áreas relacionadas com a promoção da democracia; v) contribuir para a transparência dos processos eleitorais dos países membros da Organização, enviando missões de observação eleitoral; e vi) apoiar os processos de reconciliação nacional e construção da paz.

No ano de 2003, a UPD continuou apoiando o cumprimento dos mandatos sobre democracia emanados do processo das Cúpulas das Américas, da Assembléia Geral e dos outros órgãos políticos da Organização, bem como das diretrizes da Carta Democrática Interamericana.

### Apoio à Discussão sobre Fortalecimento da Governança Democrática

Em 2003, a análise da governança democrática no Hemisfério foi o tema central do Diálogo de Chefes de Delegação que teve lugar no âmbito do Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral. A fim de respaldar este processo de diálogo, o Conselho Permanente solicitou aos diversos departamentos e unidades da Secretaria-Geral que preparassem documentos de apoio. Atendendo a esta solicitação, a UPD preparou e distribuiu um documento sobre esse tema (AG/doc. 4155/03) e recebeu os comentários das delegações participantes das sessões da Assembléia Geral realizadas em Santiago do Chile.

Em conjunto com a Secretaria do Processo de Cúpulas e com apoio da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) do Chile, a UPD organizou o *workshop* “Sociedade Civil e Governabilidade: Fórum da Sociedade Civil em Preparação para a Assembléia Geral da OEA”, que se realizou um dia antes do início do período de sessões, com a participação de representantes de várias associações da sociedade civil organizada do Hemisfério. Este encontro facilitou um desenvolvimento adequado do Diálogo dos Chefes de Delegação com a sociedade civil que precedeu a abertura do período de sessões e constituiu um passo importante na institucionalização desse diálogo no âmbito da Assembléia Geral da Organização.

Como resultado das deliberações sobre esse tema, a Assembléia Geral aprovou a resolução AG/RES. 1960 (XXXIII-O/03), “Programa de Governança Democrática nas Américas”, que definiu o procedimento para a discussão e aprovação de um Programa de Governança Democrática nas Américas. Como parte desse processo, encarregou a UPD de organizar uma reunião de peritos para elaborar uma análise sobre o fortalecimento da governança democrática na região e de apresentá-la, juntamente com - 63 - suas recomendações, ao Conselho

Permanente para sua consideração e remessa à Cúpula Extraordinária das Américas. A reunião de peritos, que teve lugar na sede da OEA em 12 e 13 de novembro, teve a participação de mais de 50 especialistas do Hemisfério e de organismos internacionais. O relatório final da reunião foi apresentado ao Conselho Permanente conforme estipulado na resolução AG/RES. 1960.

#### Programa Fórum Interamericano sobre Partidos Políticos

O Fórum Interamericano sobre Partidos Políticos (FIAPP) é uma iniciativa da UPD lançada em fins de 2001 para desenvolver os mandatos hemisféricos sobre fortalecimento e modernização dos partidos políticos conferidos pelos Estados membros tanto no Plano de Ação da Terceira Cúpula das Américas como na Carta Democrática Interamericana. Este esforço conta com a colaboração de várias instituições, e a entidade serve como mecanismo de encontro entre partidos, setores sociais, círculos acadêmicos, autoridades eleitorais, meios de comunicação e instituições de cooperação internacional. O objetivo fundamental do Fórum é contribuir para processos de afiançamento e reforma dos partidos políticos e sistemas partidários no Hemisfério mediante o diálogo, troca de experiências, estudos aplicados e ações específicas de assessoria e apoio.

No ano de 2003, consolidou-se o Conselho Consultivo do Fórum, que congrega semestralmente representantes de mais de 25 instituições de vários setores para definir responsabilidades, coordenar esforços e maximizar o impacto dos recursos disponíveis para apoiar a modernização dos partidos políticos. A primeira reunião do Conselho (Washington, D.C., março de 2003) e a segunda (Cartagena das Índias, Colômbia, novembro de 2003) resultaram em várias iniciativas. Entre elas, destacam-se a Conferência de Alto Nível sobre Financiamento da Democracia nas Américas, realizada em março em conjunto com o Centro Carter, e a publicação do Manual sobre Divulgação e Transparência das contribuições que se vêm adiantando com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Além disso, o FIAPP prestou apoio técnico à Cúpula de Presidentes do Grupo do Rio realizada em maio e trabalhou com o Parlamento Latino-Americano (PARLATINO) na implementação das diretrizes decorrentes do Consenso de Cuzco sobre Governança e Partidos Políticos. O Fórum também se ligou às atividades das organizações partidárias internacionais, participando da Conferência de Líderes da Organização Democrata Cristã da América (ODCA) e do Vigésimo Segundo Congresso da Internacional Socialista, realizados em Caracas e São Paulo, respectivamente.

Em relação ao tema do financiamento de campanhas e partidos políticos, a UPD, em associação com o Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral (*International IDEA*), vem elaborando uma análise comparativa sobre financiamento da política nos 34 países membros da OEA, trabalho que inclui a formulação de recomendações concretas sobre a matéria para os Estados membros. Para apoiar a realização desse estudo, a UPD levou a cabo vários *workshops* de trabalho sub-regionais sobre essa temática, assim cobrindo o tratamento do tema na América Latina, América do Norte e Caribe angloparlante. Como parte de sua contribuição ao capítulo do estudo sobre financiamento e gênero, a UPD — com a colaboração da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) e da *International IDEA* — convocou uma sessão de trabalho para discutir as implicações dos sistemas de financiamento sobre a participação política da mulher. Os resultados da sessão de trabalho constituíram uma contribuição suplementar ao tratamento de um tema até agora pouco analisado.

Na área da assessoria e acompanhamento técnico de processos de reforma política e modernização partidária, o Fórum deu continuidade ao Programa de Gerência Política e Valores Democráticos que vem sendo implementado plurianualmente na Guatemala desde o Acordo de Paz alcançado no país. Em 2003, continuou o apoio às chamadas “mesas de diálogo intersetoriais”, que culminaram com a- 64 - divulgação de uma agenda nacional comum



assinada por 21 partidos políticos.

Em colaboração com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a *International IDEA*, o Fórum está concluindo uma análise comparativa sobre a situação dos partidos políticos no istmo centro-americano e na República Dominicana. Em associação com o Instituto Internacional de Governabilidade (IIG), da Catalunha, o FIAPP realizou também um fórum virtual sobre o financiamento da política nas Américas.

A atividade mais importante do FIAPP no ano foi sua Terceira Reunião Anual, que teve lugar de 23 a 25 de novembro em Cartagena das Índias, Colômbia. Assistiram ao evento mais de 100 líderes, representando 50 partidos políticos de 20 países do Hemisfério, bem como representantes de outros setores da sociedade. As discussões concentraram-se em três áreas: financiamento de campanhas e partidos políticos, relações entre os partidos e outros setores da sociedade, e reformas políticas recentemente empreendidas ou em consideração na Bolívia, Brasil, Colômbia, Peru e países do istmo centro-americano. A reunião também facilitou o conhecimento do trabalho desenvolvido nesta área por várias instituições, como o BID, as principais fundações partidárias brasileiras, o PARLATINO, a *International IDEA*, a Fundação Friedrich Naumann, o Instituto Holandês para a Democracia Multipartidária, o Instituto Nacional Democrático para Assuntos Internacionais e o Instituto Internacional Republicano, entre outras.

#### Programa de Apoio a Processos de Descentralização

Em 2003 a UPD, na qualidade de Secretaria Técnica da Rede Interamericana de Alto Nível sobre Descentralização (RIAD), apoiou a realização da Segunda Reunião de Ministros e Autoridades de Alto Nível Responsáveis pelas Políticas de Descentralização, Governo Local e Participação do Cidadão, realizada de 24 a 26 de setembro na Cidade do México. Como resultado desta reunião, aprovou-se o Plano de Ação da Cidade do México sobre a Descentralização e Fortalecimento das Administrações Regionais e Municipais e da Participação do Cidadão.

Como Secretaria Técnica da RIAD, a UPD vinha coordenando a implementação do Plano de Ação da Cidade do México com a presidência e vice-presidência da Rede (México e Brasil, respectivamente) e com as vice-presidências regionais (Guatemala, Jamaica, México e Peru), e fortalecendo os contatos com agências internacionais para consolidar o Grupo de Apoio Financeiro e Técnico à RIAD mencionado no Plano de Ação. Da mesma forma, redesenhou-se nesse período a página da RIAD na Internet e desenharam-se duas atividades de treinamento sobre o tema da descentralização, em colaboração com o Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES) da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e a Universidade Alberto Hurtado, no Chile.

Por outro lado, a UPD realizou uma série de atividades sub-regionais ligadas a essa temática. No Caribe angloparlante, fizeram-se avançar ações conjuntas com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com o Governo de São Vicente e Granadinas para realizar um fórum sobre governança local na Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS). Na Comunidade Andina, a UPD colaborou com a FLACSO-sede no Equador em uma publicação sobre os processos de descentralização na região. No MERCOSUL, a UPD apoiou a Reunião Especializada de Municípios e Prefeituras do MERCOSUL (REMI) na realização de estudos sobre descentralização e autonomia local. Finalmente, implementou-se o projeto Apoio ao Fortalecimento dos Processos de Descentralização Política na América Central, com financiamento do BID.

A maioria das atividades do Programa de Apoio ao Fortalecimento das Instituições Legislativas (PAFIL) em 2003 concentraram-se em fortalecer o apoio legislativo aos temas estratégicos da agenda hemisférica. Entre as atividades realizadas, destacou-se o acompanhamento da organização do Segundo Encontro Interparlamentar EUA-Venezuela, conhecido como *Boston Group*, resultado de um esforço conjunto da UPD, da Missão Permanente dos Estados Unidos junto à OEA, da Subcomissão de Assuntos Hemisféricos da Câmara dos Representantes do Congresso dos Estados Unidos e da Assembléia Nacional da Venezuela.

Como Secretaria Técnica *Pro Tempore* da Comissão Interparlamentar do Foro de Presidentes dos Poderes Legislativos da América Central e da Bacia do Caribe (FOPREL), a UPD, com apoio financeiro do Governo dos Estados Unidos, executou o projeto Ação Legislativa de Combate ao Terrorismo. Mediante esse projeto, estabeleceu-se um ambicioso plano de apoio à ratificação da Convenção Interamericana contra o Terrorismo, bem como a correspondente adequação normativa nos países do istmo centro-americano e na República Dominicana. Da mesma forma, realizou-se em El Salvador o Primeiro Fórum Interparlamentar da América Central e da Bacia do Caribe sobre o Combate ao Terrorismo, e se fizeram progressos nas discussões para iniciar ações legislativas neste campo nos países do MERCOSUL.

No campo da luta contra a corrupção, cabe destacar o apoio prestado à reunião Os Paramentos e o Controle da Corrupção: Desafios Políticos na América Latina, organizada pelo Banco Mundial em São Paulo. Durante a reunião, constituiu-se a seção latino-americana dos Parlamentares contra a Corrupção (PLACC). Por solicitação da Assembléia Legislativa da Costa Rica, a UPD prestou cooperação técnica à Comissão Interparlamentar Centro-Americana contra a Corrupção e o Narcotráfico (CICONA).

No campo das negociações comerciais internacionais, a UPD iniciou um trabalho conjunto com o FOPREL e com a Comissão Parlamentar Conjunta (CPC) do MERCOSUL para analisar o papel dos poderes legislativos em assuntos relacionados com tratados comerciais. Da mesma forma, atendendo à solicitação da CPC, a UPD levou avante gestões para trabalhar no campo da integração interparlamentar. Além disso, apoiou os presidentes dos congressos centro-americanos no desenvolvimento de ações interparlamentares em matéria de segurança.

A UPD também apoiou o trabalho das instituições interparlamentares sub-regionais. Com apoio financeiro do Canadá, prestou cooperação técnica ao Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA) na realização de sua segunda reunião anual. Ademais, ofereceu apoio técnico permanente ao FOPREL, apoiou o trabalho da CPC e iniciou discussões com o Parlamento Andino para concretizar ações conjuntas com relação a temas estratégicos da agenda interamericana.

No campo do fortalecimento institucional e da modernização das instituições parlamentares, a UPD trabalhou na preparação do primeiro Fórum Interamericano sobre Modernização Legislativa, que deve ter lugar em 2004, e iniciou o desenho de um projeto de fortalecimento do controle político e da fiscalização orçamentária para o Congresso do Paraguai. Como parte do Programa de Gerência Política para Legisladores, realizaram-se dois cursos de alto nível, em El Salvador e no Paraguai. Finalmente, como parte da incursão da UPD no campo do e-congresso (Congresso eletrônico), concluiu-se o desenho de um novo portal na Internet voltado para melhorar e tornar mais eficientes as atividades de gestão dos legisladores dos países membros.

#### Programa de Promoção da Liderança e Cidadania Democrática

A UPD executou o Terceiro Curso Regional- 66 - sobre Democracia e Gerência Política para

Jovens Líderes do MERCOSUL (Joinville, Santa Catarina, julho de 2003) e o Primeiro Curso Regional Andino sobre Governança Democrática para Jovens Líderes (Quito, Equador, agosto de 2003). O primeiro realizou-se em associação com várias entidades acadêmicas privadas e governamentais, e fundações dos principais partidos políticos do Brasil, e teve o apoio da Fundação Konrad Adenauer-sede Brasil e da ODCA. O segundo realizou-se em conjunto com a CIM, o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), o Programa de Apoio à Liderança e Representação da Mulher (PROLEAD) e o Instituto Interamericano de Desenvolvimento Social (INDES) do BID. Com apoio financeiro do BID, o Programa de Cursos Nacionais de Treinamento para Líderes Democráticos (CALIDEM) realizou seis cursos sobre instituições, valores e práticas democráticas no Chile, Equador, Honduras, Nicarágua, Panamá e Paraguai.

Ademais, a UPD continuou fortalecendo o mecanismo de seguimento dos cursos e das instituições de que provêm os seus participantes. Como parte desse mecanismo, prestou-se cooperação técnica à Secretaria de Ação Social da Presidência da República do Paraguai na elaboração de diretrizes gerais para o desenho da estratégia de comunicação institucional.

Em 2003, a UPD fortaleceu a sua colaboração com a Unidade de Desenvolvimento Social e Educação (UDSE) da Secretaria-Geral em relação com o apoio aos Estados membros no tocante à cultura democrática e à educação para a democracia, temas centrais acentuados pela Carta Democrática Interamericana. Neste contexto, a UPD e a UDSE apoiaram o Conselho Permanente na preparação da sessão extraordinária sobre Promoção da Cultura Democrática por meio da Educação, a realizar-se em 2004. Também teve lugar o Seminário sobre o Ensino de Valores e Práticas Democráticas no Sistema Educacional Formal, em Montevideu, em associação com a UDSE, o Ministério da Educação e a Administração Nacional de Educação Pública do Uruguai, e o *Center for Civic Education* dos Estados Unidos.

## Fortalecimento de Sistemas Eleitorais e de Registros Cíveis

Em 2003, a UPD prosseguiu com os programas de fortalecimento e modernização das instituições eleitorais em El Salvador, no Equador, Guatemala e Paraguai. Para isso, manteve os programas especiais direcionados para promover o uso dos instrumentos e procedimentos mais adequados nos campos da organização eleitoral, da promoção da participação civil e da aplicação de tecnologia eleitoral moderna.

Na Guatemala, Honduras e Paraguai, a UPD executou programas de registro civil voltados para apoiar a modernização dos procedimentos, dos controles de segurança e do treinamento no serviço de registro de cidadãos e da segurança da gestão dos registros.

No quadro das atividades relacionadas com o intercâmbio de práticas bem-sucedidas e de iniciativas de cooperação horizontal, a UPD fortaleceu as relações de cooperação com as autoridades eleitorais do Brasil, Canadá, Panamá e Paraguai, com que a Secretaria-Geral assinou acordos de cooperação horizontal. Neste sentido, cabe destacar a segunda experiência de cooperação horizontal entre organismos eleitorais do Hemisfério (Brasil-Paraguai), por meio da qual se conseguiu implementar em 50% dos locais o uso da urna eletrônica nas eleições presidenciais realizadas no Paraguai no mês de abril. Como parte das iniciativas de cooperação horizontal, a UPD realizou no mês de março a Primeira Reunião Interamericana de Autoridades Eleitorais, com apoio do Tribunal Superior Eleitoral do Panamá. Vinte e dois representantes de organismos eleitorais dos Estados membros da Organização compareceram a este encontro, em que se abordaram temas relacionados com o uso da tecnologia na organização de processos eleitorais e se constituiu a Rede Interamericana de Tecnologia Eleitoral (RITE).

No ano de 2003, na Guatemala, a UPD promoveu diversos *workshops*, seminários e publicações nos campos da participação civil e da educação cívica eleitoral, com a finalidade de promover uma cultura democrática e apoiar o processo eleitoral que teve lugar nesse país em novembro e dezembro.

Também em 2003, concentrou-se em fazer com que de fato os processos eleitorais se constituíssem, cada vez mais, na via mais confiável, direta e eficaz para que as pessoas participassem do processo político e legitimassem as suas opiniões e decisões políticas no exercício de seu direito político de cidadão. Com esta finalidade, levaram-se a cabo reuniões de trabalho com as autoridades eleitorais da Colômbia, El Salvador, Equador e República Dominicana para discutir temas relacionados com os avanços tecnológicos e o bom funcionamento dos processos eleitorais.

## Promoção e Divulgação da Carta Democrática Interamericana

Dada a importância deste novo instrumento interamericano para o fortalecimento e defesa coletiva da democracia no Hemisfério, e em conformidade com o interesse manifestado pelos Estados membros, a UPD empreendeu em 2003 uma série de atividades destinadas a promover e divulgar o teor da Carta Democrática Interamericana. Entre essas iniciativas, desenhou-se um programa de educação à distância para o treinamento de professores no ensino de princípios, valores e práticas democráticas segundo os postulados da Carta. Da mesma forma, os cursos e seminários sobre cultura democrática e gerência política que a UPD desenvolve e executa há vários anos, bem como outras atividades suas, converteram-se em veículos que facilitam o conhecimento da Carta pelos jovens líderes do Hemisfério e outros segmentos formadores de opinião, como partidos políticos, meios de comunicação, organizações da sociedade civil e centros acadêmicos.

Em colaboração com o Departamento de Informação Pública, a UPD produziu sobre a Carta uma breve mensagem para televisão, parte de uma série a ser produzida a esse respeito. Nesse mesmo sentido, a UPD colaborou com o Instituto Interamericano da Criança (INN) na produção de uma mensagem para TV sobre a Carta dirigida às crianças. Ambas as iniciativas têm por objetivo aprofundar a consciência pública sobre a importância da Carta Democrática Interamericana e divulgar amplamente o mandato da OEA na consolidação da democracia no Hemisfério.

Finalmente, reimprimiu-se a Carta Democrática Interamericana, agora em formato passaporte. Essa versão foi objeto de ampla divulgação por meio de programas e atividades da Unidade e das Missões Permanentes da Organização, entre outras entidades.

#### Informação e Diálogo sobre Democracia

Com o objetivo de divulgar eficientemente as informações mais importantes relacionadas com o desenvolvimento democrático no Hemisfério e as informações acerca de atividades específicas da UPD, a Unidade reforçou a sua capacidade de gerar e divulgar essas informações por meios eletrônicos e impressos. Em 2003, os esforços da UPD nesta área concentraram-se na atualização e adaptação das informações constantes de seu portal na Internet para corresponder da melhor forma possível à crescente demanda de informações a respeito de suas atividades.

A Unidade continuou colaborando com o Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Georgetown para o desenvolvimento da Banco de Dados Políticos das Américas. Este banco de dados representa uma importante fonte de recursos acadêmicos, documentos originais e dados estatísticos sobre temas políticos do Hemisfério. Por isso, o banco foi periodicamente atualizado ao longo do ano com as últimas informações disponíveis sobre temas como trocas de ministérios, estudos comparativos, descentralização, constituições, legislação eleitoral, resultados eleitorais e partidos políticos.

Trabalhou-se também na produção do boletim eletrônico *UPDate*, em vários relatórios sobre as observações eleitorais, em relatórios especiais e sobre as atividades e seminários realizados pela UPD.

#### Programa Especial de Promoção do Diálogo e Solução de Conflitos

O Programa Especial progrediu na implementação do Programa Centro-Americano para o Fortalecimento do Diálogo Democrático (PCA), com base num quadro institucional definido em conjunto com os países da região. Nas atividades desse programa sub-regional, o Programa Especial prestou cooperação técnica ao processo do Diálogo Nacional iniciado pelo Governo de Honduras e prevê uma colaboração contínua ao processo de seguimento do alcance do diálogo nacional nesse país. Por outro lado, iniciou-se o apoio ao Governo da Bolívia no desenho e implementação de um programa de prevenção e solução de conflitos. Além disso, o Programa estabeleceu uma presença permanente no país para proporcionar o seguimento e assessoramento necessários com referência a esses temas.

Em março de 2003 se encerrou o Programa Cultura do Diálogo: Desenvolvimento de Recursos para a Construção da Paz (PROPAZ), um dos empreendimentos de maior êxito e importância da UPD em matéria de apoio ao processo de paz, diálogo político e desenvolvimento da democracia na Guatemala. Em seu lugar, estabeleceu-se a Fundação ProPaz — entidade guatemalteca nova e autônoma —, que seguirá respaldando o diálogo e a concertação social na Guatemala com base na experiência do PROPAZ.

Como parte da coordenação de atividades com outras organizações multilaterais, o Programa Especial participou ativamente do Projeto sobre Diálogo Democrático liderado pelo PNUD, com o objetivo de construir quadros conceituais comuns para a análise e aplicação de práticas de diálogo na região. Neste sentido, o Programa Especial participou da organização de *Workshop* sobre Experiências de Diálogo na Guatemala. O *workshop* proporcionou um espaço para a troca de experiências entre entidades que propiciam processos de diálogo democrático no país; facilitou a socialização das lições aprendidas e a formulação de modelos genéricos para aperfeiçoar futuras ações institucionais no campo do diálogo democrático; e, finalmente, contribuiu para criar um modelo de cooperação no trabalho das organizações que atuam no campo do diálogo.

#### Missões de Observação Eleitoral

As Missões de Observação Eleitoral (MOEs) da Organização constituem uma das tarefas mais visíveis e de maior impacto imediato da UPD em termos de apoio tangencial aos processos democráticos nos Estados membros. Ao longo de 2003, a UPD organizou e levou a cabo duas Missões de Observação Eleitoral (Guatemala e Grenada). Além disso, realizou as seguintes missões de acompanhamento de processos eleitorais: Missão de Acompanhamento de Eleições na Argentina (2), Colômbia e Costa Rica; uma Missão de Monitoramento Técnico no Paraguai, no quadro das eleições presidenciais; e uma Missão de Observação conjunta da OEA e do Centro Carter para coleta de assinaturas na Venezuela.

#### Ação Integral contra as Minas Antipessoal (AICMA)

Como parte do mandato para apoiar a reconciliação nacional, o fortalecimento da paz e o cumprimento da Convenção de Ottawa pelos Estados Partes, o Programa continuou respaldando as atividades contra minas antipessoal no Hemisfério. Em 2003 a AICMA deu assistência especificamente à Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Peru. Um dos resultados a destacar é que a Costa Rica, com apoio da AICMA, declarou-se livre de minas antipessoal em fins de 2002. Os elementos essenciais deste esforço continuaram a ser o fornecimento e coordenação do financiamento com apoio de vários doadores e a assessoria técnica da Junta Interamericana de Defesa (JID).

No componente da remoção humanitária de minas, o Programa colaborou diretamente com os esforços dos Estados membros beneficiários na eliminação de mais de 48.000 minas. Como resultado, a Nicarágua — o país mais afetado da América Central — progrediu cerca de 70% rumo a sua meta de eliminar todas as minas antipessoal plantadas em seu território durante o conflito armado interno. As atividades do programa em Honduras estão em sua etapa final e se projeta sua finalização no primeiro trimestre de 2004. Da mesma forma, está planejada a finalização dos programas da Guatemala e Nicarágua para os anos 2004 e 2005, respectivamente. Em 2003, realizaram-se operações coordenadas em ambos os lados da fronteira entre o Peru e o Equador. Como resultado, em outubro de 2003 a Polícia Nacional do Peru, com assistência do programa, concluiu a remoção de minas antipessoal situadas em mais de 600 torres de eletricidade do país.

A liderança da OEA em apoio à Convenção de Ottawa refletiu-se no apoio aos Estados partes da região nos preparativos preliminares necessários a sua adequada participação na Conferência de Revisão da Convenção marcada para novembro de 2004 em Nairóbi, Quênia. Para isso, a UPD realizou o primeiro de dois seminários regionais em Lima, em agosto de 2003, e programou o segundo para Quito, em junho de 2004. Como parte do apoio à Convenção, a AICMA também prestou assistência a vários Estados- 70 - membros na destruição de minas

armazenadas. Nos últimos três anos, destruiu-se um total de 650.000 minas armazenadas na Argentina, Colômbia, Chile, Equador, Honduras, Nicarágua e Peru. Em março de 2003, o Governo da Colômbia assinou um acordo-quadro de cooperação com a Organização englobando as áreas da educação preventiva, assistência a vítimas de minas antipessoal, e montagem e manutenção de uma base de dados. Posteriormente, a Argentina e o Chile assinaram acordos com a OEA a fim de obter apoio para a destruição de minas armazenadas.

Atendendo às necessidades da população afetada, a UPD continuou dando apoio ao Programa de Assistência para Vítimas de Minas e Artefatos Explosivos Não-Detonados. Este Programa já beneficiou mais de 500 vítimas na América Central, a maioria na Nicarágua. Em 2003, prosseguiu a ampliação da ajuda às vítimas de minas por meio de um programa de treinamento de pós-reabilitação para o trabalho, em colaboração com o Instituto Nacional Tecnológico da Nicarágua (INATEC), que já treinou 100 pessoas desde sua criação. Para facilitar a cooperação mútua nessa área, a AICMA organizou um seminário regional sobre assistência a vítimas de minas, que se realizou em Bogotá em novembro de 2003. Participaram deste seminário representantes de vários Estados membros, organizações internacionais e entidades não-governamentais.

O Programa da AICMA aprimorou a instalação do Sistema de Gestão de Informações sobre Atividades Relativas a Minas (IMSMA) na Nicarágua, com apoio do Centro Internacional para a Remoção Humanitária de Minas em Genebra, Suíça. Ademais, montou o mesmo sistema no Equador e no Peru. O IMSMA funciona como banco de dados primários para a hierarquização das atividades de remoção de minas, educação preventiva e esforços de assistência às vítimas. Atualmente, o Programa conta com este sistema na Colômbia, Guatemala, Nicarágua, Equador e Peru.

## **GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO**

No contexto do artigo 115 da Carta da OEA, e em conformidade com a ação e a política definidas pela Assembléia Geral e com as resoluções pertinentes dos Conselhos, o Gabinete do Secretário-Geral Adjunto atua como Secretaria do Conselho Permanente, presta serviços de consultoria ao Secretário-Geral e tem a seu cargo as atividades de que este o incumba.

Gabinete do Secretário-Geral Adjunto prestou apoio técnico e operacional à realização do Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizado em Santiago, Chile. Também coordenou os serviços técnicos e operacionais preparatórios do Trigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, que terá lugar em Quito, Equador, em junho de 2004.

Cumprindo a Ordem Executiva 97-2, o Gabinete coordenou, monitorou e acompanhou as atividades dos seguintes órgãos: Secretaria Conferências e Reuniões, Secretaria Executiva da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), Biblioteca Colombo, Instituto Interamericano da Criança (IIN), Museu de Arte das Américas, Comissão Interamericana para Situações de Emergência e Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados Membros. Continuou coordenando as relações de cooperação com a Organização das Nações Unidas e seus órgãos especializados, com os órgãos do Sistema Interamericano, a Associação de Estados Caribenhos e o Sistema de Integração Centro-Americano (SICA), entre outras entidades. Desenvolveu com a Comunidade do Caribe (CARICOM) e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) tarefas específicas de coordenação ligadas à situação do Haiti.

O Gabinete continuou contribuindo com os esforços do Secretário-Geral na busca de soluções para o conflito político-institucional por que passa o Haiti, de acordo com a vontade expressa pelos Estados membros da Organização. Manteve estreita coordenação com o Chefe e o Subchefe da Missão Especial e com o Emissário Especial da OEA para promover o Diálogo no Haiti.

Organizou as reuniões do Grupo de Amigos do Haiti, das quais participou, assim como da reunião do Grupo de Trabalho para recomendar ajustes ao mandato da Missão Especial da OEA para o Fortalecimento da Democracia no Haiti.

O Secretário-Geral Adjunto também continuou apoiando os trabalhos do Gabinete do Secretário-Geral no processo de negociações para a solução pacífica da controvérsia territorial entre Belize e Guatemala. Em 7 de fevereiro de 2003, os Ministros das Relações Exteriores de Belize e da Guatemala, juntamente com o Secretário-Geral e o Secretário-Geral Adjunto da OEA, assinaram um Acordo para Estabelecer um Processo de Transição e uma série de Medidas de Fortalecimento da Confiança entre os dois países.

O Acordo de 7 de fevereiro de 2003 definiu um novo quadro, intitulado “Processo de Transição”, mediante o qual as partes se puseram de acordo para continuar trabalhando construtivamente e de boa-fé para gerir suas relações até alcançar uma solução final justa, equitativa, honrosa e permanente para sua divergência territorial. Esse quadro esboça as responsabilidades das partes e define obrigações e responsabilidades para a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos e para a comunidade internacional, mediante a criação de um Grupo de Amigos para apoiar a solução pacífica da divergência territorial entre Belize e Guatemala. O Grupo de Amigos reuniu-se pela primeira vez em 6 de outubro - 72 - de 2003 na sede da OEA.



Um dos pontos centrais do Acordo foi a criação de um Escritório da Secretaria-Geral na Zona de Adjacência, estabelecido em 1º de julho de 2003 e que funciona como uma dependência do Gabinete do Secretário-Geral Adjunto. A função específica do Escritório é verificar o cumprimento pelas partes de uma série de medidas de fortalecimento da confiança, destinadas a reduzir as tensões na Zona de Adjacência e garantir o respeito aos direitos humanos dos habitantes da área.

Em setembro de 2002, o Presidente de El Salvador, Francisco Flores, e o Presidente de Honduras, Ricardo Maduro, comprometeram-se a concluir a demarcação da fronteira terrestre entre ambos os países no prazo de 18 meses. Todas as zonas pendentes da fronteira foram fixadas por uma sentença da Corte Internacional de Justiça (CIJ) no ano de 1992; mas certas dificuldades técnicas encontradas em sua aplicação impediram a execução completa do processo de demarcação. Em consequência dessas dificuldades e da decisão de agilizar a demarcação da fronteira, os dois Governos pediram assistência técnica à Secretaria-Geral da OEA e ao Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH). O Tratado Geral de Paz assinado em 1980 pelos dois países contém disposições que atribuem ao IPGH responsabilidades específicas na nomeação de um terceiro dirimente para conciliar diferenças técnicas entre as partes relativamente à demarcação da fronteira.

Em abril de 2003, o Gabinete do Secretário-Geral Adjunto e a Secretaria-Geral do IPGH responderam de forma positiva ao pedido, nomeando o Senhor John O. Gates, do IPGH, para desempenhar as funções de terceiro dirimente. A tarefa do Senhor Gates consiste em dirimir todas as diferenças de natureza técnica, ou seja, questões exclusivamente de engenharia que lhe sejam apresentadas pelos dois países, como, por exemplo, divergências sobre as coordenadas geodésicas ou os acidentes geográficos mencionados na Sentença da CIJ de 1992.

A partir de julho de 2003, o Senhor Gates, acompanhado por um assessor do Secretário-Geral Adjunto, realizou viagens à fronteira. Com base nas observações efetuadas no local, no texto da sentença da CIJ de 1992, nos documentos proporcionados pela Comissão Especial de Demarcação El Salvador-Honduras, imagens via satélite e outras ferramentas técnicas, o terceiro dirimente está proporcionando soluções definitivas, respeitadas por ambos os países, para os problemas técnicos que a Comissão encontrou. Espera-se que a demarcação seja concluída dentro do prazo fixado pelos Presidentes Flores e Maduro.

Na qualidade de Secretário do Conselho Permanente e de seus órgãos subsidiários, o Secretário-Geral Adjunto colaborou com os representantes dos países membros e Observadores Permanentes na preparação e realização das 24 sessões ordinárias, 10 extraordinárias, 6 solenes e uma reunião conjunta do Conselho com a CEPCIDI e com os Presidentes do Conselho Permanente. Ademais, monitorou o trabalho das comissões e dos grupos de trabalho do Conselho Permanente nas reuniões realizadas, em número superior a 150.

## ESCRITÓRIOS DA SECRETARIA-GERAL DA OEA NOS ESTADOS MEMBROS

Os Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros apóiam a preparação, execução e avaliação dos programas de cooperação técnica da OEA no respectivo país. Representam a Secretaria-Geral, prestam apoio a outras atividades da Organização e contribuem para a divulgação dos seus propósitos.

O Escritório do Secretário-Geral Adjunto dirigiu a coordenação dos Escritórios da OEA, que continuaram a apoiar as diversas áreas da Secretaria-Geral para a execução de mandatos dos órgãos dirigentes.

Cabe destacar neste período a atuação de diversos Escritórios da OEA, entre os quais os do Haiti, da Venezuela e da Bolívia, pelo apoio que prestaram e continuam a prestar ao Secretário-Geral e ao Secretário-Geral Adjunto para facilitar a solução das dificuldades políticas por que atravessam esses países. Também os Escritórios da OEA em Belize, na Guatemala e na Nicarágua deram respaldo particularmente valioso ao Secretário-Geral na sua qualidade de testemunha de honra para a solução da divergência territorial entre Belize e a Guatemala, assim como o Escritório da OEA nas adjacências desses dois países. Em diversas ocasiões, os diretores destes três escritórios realizaram importantes tarefas a fim de facilitar a ação do Secretário-Geral para abordar as dificuldades surgidas no exercício das suas responsabilidades como testemunha de honra. Igualmente, os Escritórios em Honduras e El Salvador apoiaram as atividades do Secretário-Geral Adjunto no exercício do seu papel de facilitador na demarcação de fronteiras entre os dois países.

Os Escritórios em Grenada e na Guatemala prestaram inestimável apoio às Missões de Observação Eleitoral da OEA nesses países. Na Guatemala, o Escritório facilitou o trabalho da Missão nos dois turnos de eleições presidenciais e apoiou sua ação, realizando todas as atividades de coordenação necessárias e prestando valioso apoio ao Chefe da Missão, ademais de manter os altos funcionários da sede informados dos acontecimentos no país.

Além disso, em conformidade com o mandato conferido na resolução AG/RES. 1974 (XXXIII-O/03), pelo segundo ano a Secretaria apresentou um documento sobre os planos de trabalho e um relatório sobre os fundos ou subvenções recebidas para cada Escritório pelo respectivo governo anfitrião.

Importante iniciativa operacional tendente a melhorar a administração dos Escritórios foi o memorando que o Secretário-Geral Adjunto fez circular em 31 de outubro de 2003. O memorando teve como propósitos: i) destacar a necessidade que os funcionários dos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados Membros cumpram o disposto nas Normas Gerais para o Funcionamento da Secretaria-Geral, no Manual Financeiro de Campo, nas Normas Orçamentárias e Financeiras, no Manual Orçamentário e Financeiro, bem como as Ordens Executivas, o Regulamento do Pessoal, os Memorandos Administrativos e as instruções e outros instrumentos administrativos da Secretaria-Geral; ii) solicitar a colaboração do pessoal na abordagem de certos temas e problemas identificados pelo Inspetor-Geral em recentes auditorias dos Escritórios da Secretaria-Geral da OEA; iii) informar os membros do quadro de pessoal a respeito da aplicação de um sistema de verificações aleatórias (*spot checks*) nos Escritórios da Secretaria-Geral da OEA; e iv) recordar aos diretores e outros funcionários que o não-cumprimento das normas e regras da Secretaria-Geral dispostas nos instrumentos acima citados e relacionadas com suas responsabilidades fiduciárias acarretará sérias conseqüências.

Descrevem-se a seguir algumas das 74 - atividades mais importantes realizadas ou

apoiadas pelos Escritórios da OEA no ano passado.

#### Apoio administrativo e logístico prestado aos órgãos da OEA

Os Escritórios da OEA prestaram amplo apoio administrativo e logístico aos diferentes órgãos e departamentos da Secretaria-Geral na sede. Cabe mencionar a negociação dos preparativos para reuniões, seminários e outras atividades, planos de viagem, aquisição de serviços locais e apoio, e participação em atividades de planejamento de projetos.

Em particular, os Escritórios da OEA desempenharam as seguintes funções:

tarefas administrativas relacionadas, por exemplo, com a assistência à Secretaria de Conferências e Reuniões na preparação de várias reuniões de nível ministerial, entre as quais a Conferência Especial sobre Segurança, realizada no México, em outubro de 2003; e representação da Secretaria-Geral em vários *workshops*, conferências e simpósios e atuação como presença institucional da Organização nos Estados membros.

#### Apoio à cooperação

Os Escritórios da OEA promoveram ativamente o desenvolvimento integral no contexto das atividades de cooperação solidária para o desenvolvimento administradas pela Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD) e outras dependências da Secretaria-Geral. Os Escritórios da OEA, em colaboração com essa Agência, prestaram serviços de cooperação técnica entre a OEA e os Estados membros. A maioria dos Escritórios ofereceu assistência direta na preparação de projetos apresentados à AICD para fins de financiamento, e facilitou o apoio que a Secretaria-Geral presta à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Os Escritórios realizaram negociações sobre seminários, *workshops* e sessões de treinamento relacionados com o tema e apoiaram as atividades de países levadas a cabo pelo Departamento de Tecnologia da Informação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos da AICD, o Escritório de Assuntos Culturais, o Escritório de Ciência e Tecnologia (OCT), a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), a Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL), a Unidade de Comércio, a Unidade de Desenvolvimento Social e Educação (UDSE), a Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (UDSMA), a Unidade Intersetorial de Turismo (UTUR), a Unidade para a Promoção da Democracia (UPD), a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), o Instituto Interamericano da Criança (IIN) e a Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI). Entre as atividades realizadas, destacam-se:

O combate às drogas: facilitaram-se os esforços da CICAD no tocante à preparação ou à modernização dos planos nacionais de combate às drogas. Apoiou-se também a participação dos Estados membros no Mecanismo Multilateral de Avaliação (MAM).

A promoção dos direitos humanos da mulher: no âmbito dos programas de cooperação implementados pela Secretaria Executiva da CIM, colaborou-se por meio de seminários e *workshops* com a promoção do tratamento igualitário da mulher nos setores público e privado.

A consolidação da democracia: em colaboração com a UPD, intensificou-se a participação cívica nos processos políticos mediante o apoio às missões de observação eleitoral, os processos de paz e as instituições democráticas fortalecidas. Diversos Escritórios também trabalharam com a UPD e o Departamento de Informação Pública na divulgação de informação sobre a Carta Democrática Interamericana, em conformidade com os mandatos da Assembléia Geral e do Conselho Permanente. O Escritório da OEA no Uruguai, por exemplo, organizou um seminário em Montevideu sobre a Convenção- 75 - Interamericana contra a Corrupção, em que o

Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Didier Operti, foi um dos expositores.

A promoção do livre comércio: em colaboração com a Unidade de Comércio e sob sua direção, facilitou-se a participação dos Estados membros nas negociações da ALCA e a cooperação técnica correlata.

Apoio à Convenção Interamericana contra a Corrupção: em colaboração com a Subsecretaria de Assuntos Jurídicos, diversos Escritórios – entre os quais o da OEA no Suriname – facilitaram entendimentos para a realização de seminários regionais destinados a informar funcionários governamentais e o pessoal jurídico sobre os procedimentos da Convenção e as obrigações dela decorrentes.

Cabe destacar o programa de estágios organizado pelo Escritório da OEA no Uruguai, como forma de complementar a experiência e as atividades do Escritório e de oferecer a cidadãos uruguaios a oportunidade de adquirir experiência. Também reveste importância o seminário anual de avaliação do Escritório da OEA no Equador.

#### Intercâmbio de informação

Em colaboração com o Departamento de Informação Pública e o Escritório de Relações Externas, os Escritórios da OEA atuaram como importantes agentes de intercâmbio de informação nos Estados membros. Assim, obtiveram e divulgaram informação pertinente, cuja origem e destino são os organismos governamentais (locais, regionais e internacionais), as ONGs e as agências de notícias. Por outro lado, os Escritórios da OEA promoveram periodicamente seminários e *workshops* nos seus respectivos países, com vistas a divulgar os diversos programas de assistência técnica que a OEA neles realiza. Os Escritórios da OEA também acompanharam os acontecimentos políticos e econômicos nos respectivos Estados membros, de cujos resultados deram conta às áreas pertinentes da sede por meio de relatórios ou boletins informativos.

O Gabinete do Secretário-Geral Adjunto trabalhará com o Departamento de Informação Pública na produção de artigos e documentários destinados a divulgar as atividades dos Escritórios da OEA nos Estados membros.

## Cooperação com outros doadores

A maioria – ou quase a totalidade – dos Escritórios da OEA manteve constante diálogo com os escritórios locais de doadores internacionais e de outras organizações multilaterais, a fim de consolidar a coordenação entre a comunidade local de doadores e facilitar a execução de projetos atuais e futuros. Em muitos casos, os Escritórios da OEA também participaram de reuniões mensais ou trimestrais da comunidade local de doadores e colaboraram, quando para tanto solicitados, com as sessões de informação orientadas para as missões de doadores visitantes e funcionários de outros governos. Em alguns casos, os Escritórios organizaram tais reuniões.

A coordenação com os doadores talvez tenha sido de grau mais intenso entre os organismos do Sistema Interamericano e nas áreas em que os programas de cooperação executados pela OEA nos Estados membros eram excepcionalmente relevantes ou de grande importância para esses Estados.

## Mandatos das Cúpulas

A maioria dos Escritórios da OEA nos Estados membros continua prestando apoio à sede para a execução dos mandatos da Cúpula das Américas. Apenas a metade dos Escritórios participa de medidas de apoio às atividades da Secretaria-Geral como um “associado institucional” no processo de Cúpulas. É evidente que se necessita de maior orientação das áreas pertinentes da Secretaria-Geral para utilizar os Escritórios de maneira mais eficaz na execução dos mandatos da Cúpula. Isto foi reconhecido pela Secretaria do Processo de Cúpulas, a qual, em colaboração com o Gabinete do Secretário-Geral Adjunto, planejará atividades e iniciativas específicas com vistas à utilização dos Escritórios com maior eficácia e eficiência, a fim de facilitar a execução dos mandatos das Cúpulas. Uma questão que está sendo tratada no momento é o apoio que os Escritórios podem prestar à sociedade civil em cada Estado membro para sua participação nos trabalhos da OEA.

## SECRETARIA DE CONFERÊNCIAS E REUNIÕES

Esta Secretaria foi estabelecida pelo Secretário-Geral mediante a Ordem Executiva Nº 97-2, em cumprimento às resoluções AG/RES. 954 (XVIII-O/88) e AG/RES. 1381 (XXVI-O/96). Sua missão é identificar, integrar, administrar e modernizar os serviços de conferências que a Secretaria-Geral deve proporcionar aos órgãos políticos da OEA. É constituída por sua Direção e por três divisões, responsáveis pela coordenação e fornecimento dos serviços de conferências, de idiomas oficiais e de produção e distribuição de documentos e informações.

No período deste relatório, o processo de modernização previsto na Ordem Executiva 97-2 prosseguiu e ampliou-se com a conclusão de algumas das obras de reforma dos edifícios da Secretaria-Geral, tendo-se melhorado e modernizado os serviços prestados às reuniões da Organização. Este processo foi coordenado com o Departamento de Tecnologia e Serviços Gerais de modo a reduzir ao mínimo o impacto das obras sobre as necessidades de espaço.

### Gestão das conferências e reuniões

A Direção da Secretaria de Conferências e Reuniões (SCR) aprofundou a implementação da política de renovação dos equipamentos de interpretação simultânea iniciada no período anterior com o objetivo de alcançar a compatibilidade digital total entre todos os equipamentos. O apoio financeiro proporcionado pelo Conselho Permanente no quadro do processo de renovação permitirá a continuidade desta política ao longo do processo de renovação, recentemente iniciado, do Edifício Principal da Secretaria-Geral. Para este processo também se contará com o apoio técnico dos fornecedores especializados de equipamentos para serviços de conferência e com o apoio do Departamento de Tecnologia e Serviços Gerais. Os novos equipamentos digitais, além de serviços convencionais às reuniões, permitem implementar serviços de conferências com multimeios integrados e compatíveis com os serviços do Departamento de Informação Pública. A possibilidade de usar multimeios proporciona a flexibilidade necessária e a facilidade imediata para realizar reuniões e deliberações do Conselho Permanente com a “presença” remota de outros participantes em tempo real, mediante serviços de áudio-vídeo-conferência e serviços de interpretação simultânea integrados nos quatro idiomas oficiais da OEA.

Com apoio técnico da Subsecretaria de Administração, continuou a formulação de procedimentos administrativos para a gestão dos recursos financeiros destinados às reuniões da Organização, usando o Sistema OASES. No que se refere ao desenvolvimento e funcionamento de sistemas informatizados, prosseguiram os esforços para ampliar e aprofundar a colaboração da SCR com o Departamento de Tecnologia e Serviços Gerais, a fim de integrar plenamente a plataforma informatizada de serviços de conferências. Mediante tecnologia remota, o acesso via Internet a estes serviços, que é mais simples e amigável ao usuário, foi estendido a todos os usuários e ao público em geral, para os quais se tornou possível obter desta forma documentos oficiais constantes da agenda das reuniões. As informações armazenadas no banco de dados de referências de acesso público podem ser igualmente consultadas à distância.

### Serviços de Conferências

Em matéria de conferências, a Secretaria de Conferências e Reuniões deu apoio logístico à organização e realização de aproximadamente 576 reuniões. Na sede levaram-se a cabo 531 reuniões dos órgãos políticos e técnicos, do - 78 - Conselho Permanente e seus órgãos

subordinados, do CIDI e seus órgãos subordinados e dos demais órgãos e organismos especializados, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), a Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL), a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD) e o Instituto Interamericano da Criança (IIN). Nos Estados membros tiveram lugar 45 reuniões de alto nível, como os períodos de sessões da Assembleia Geral, o Trigésimo Terceiro e Trigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), reuniões técnicas da CIDH, CITEL, CICAD e outras que implicaram a mobilização de recursos humanos e tecnológicos a partir da sede da OEA aos países anfitriões. Neste período, a Secretaria atualizou um calendário semestral das reuniões da OEA como instrumento para a racionalização do uso dos recursos necessários aos serviços de conferências.

#### Serviços de idiomas

A Secretaria deu seqüência à política de renovação de equipamentos e aquisições de *software* nos quatro idiomas. Um passo importante foi o esforço realizado para iniciar e manter contato profissional e operacional com as divisões de idiomas de outros organismos nacionais e internacionais com a finalidade de trocar terminologia e glossários. Atualizou-se a biblioteca eletrônica, acrescentando os novos documentos publicados pela OEA.

A Lista de Tradutores e Intérpretes Externos da SCR foi substancialmente ampliada com profissionais de todo o Hemisfério. Em particular, realizou-se um esforço suplementar para aumentar o número de tradutores e intérpretes residentes nos Estados membros, o que gera economias substanciais quando se realizam reuniões fora da sede.

#### Divisão de Documentos e Informação

A Divisão de Documentos e Informação participou tanto da produção como da distribuição dos documentos oficiais da Secretaria-Geral e apoiou as Missões Permanentes dos Estados membros e dos Observadores Permanentes nos processos de busca de informações ocorridos na esfera de trabalho dos órgãos políticos da OEA. As cifras registradas dão uma idéia quantitativa do volume de trabalho produzido pela Divisão no período a que se refere este relatório.

Impressão e distribuição de 4.450 trabalhos devidamente classificados nos quatro idiomas oficiais da OEA, com um total de 3.241.768 páginas. A realização desse volume de trabalho gerou economias consideráveis em dinheiro para a Organização em termos da impressão e distribuição oportuna dos documentos necessários ao debate político.

Impressão e distribuição de 17.800 convites para as áreas do Museu de Arte das Américas e do Setor de Cerimonial.

Uso de sistemas informatizados e de bancos de dados para o gerenciamento da produção, armazenamento e manejo de documentos pelo sistema IDMS.

Fornecimento de informações e apoio técnico necessários ao Conselho Permanente, a suas comissões e grupos de trabalho, à CEPACIDI e a seus órgãos subsidiários e a todas as Missões Permanentes dos Estados membros, aos Observadores Permanentes e a outros organismos do Sistema Interamericano que solicitaram serviços de informação e documentação oficial da OEA.

A projeção de trabalho para o período de dezembro de 2003 a fevereiro de 2004 pode ser calculada em 5% das cifras mencionadas acima.

Ao concluir o período deste relatório, a produção dos documentos impressos internamente alcançou os seus níveis de maior eficiência produtiva, com base no uso de equipamentos de fotocópia modernos, sofisticados e de alta velocidade adquiridos pela SCR nos últimos 10 anos.

O próximo passo desta política de- 79 - modernização será trocar as obsoletas

máquinas de distribuição por máquinas de maior rendimento, que, acarretarão não só uma economia de manutenção mas também outras vantagens maiores na distribuição de documentos, publicações, convites e produtos afins.

#### Assembléia Geral Modelo

A Secretaria prestou apoio à realização do programa Assembléia Geral Modelo da OEA Edgar Maya, que em 2003 se realizou de 13 a 18 de abril em Washington. A Assembléia Modelo foi co-patrocinada pelo Instituto Interamericano de Diplomacia, entidade sem fins lucrativos cujo conselho diretor é composto por membros de faculdades com antiga relação de cooperação neste campo.

A Fundação de Estudos Interamericanos do MOAS (*MOAS Inter-American Studies Foundation*) reiterou seu interesse em dar apoio às atividades do Programa da Assembléia Geral Modelo, e a Secretaria-Geral vem oferecendo à Fundação apoio logístico mediante o fornecimento de um escritório, móveis, computadores e impressora para seu uso.

O Vigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral Modelo da OEA para Escolas Secundárias realizou-se na sede da Organização de 3 a 6 de dezembro de 2003. Participaram cerca de 325 estudantes e 39 professores de 27 escolas dos Estados Unidos e Porto Rico. Entre suas atividades destacaram-se a interação entre os estudantes e os representantes dos Estados membros, mediante a qual os escolares recebem orientação das várias Missões Permanentes junto à OEA.

Mediante o co-patrocínio da Universidade Nacional Autônoma do México e o apoio do Governo deste país, realizou-se na cidade de Querétaro, México, de 23 a 28 de março de 2003, o Vigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral Modelo da OEA para Universidades, com a participação de mais de 20 universidades.



## MUSEU DE ARTE DAS AMÉRICAS

O Museu de Arte das Américas foi criado em 1976, mediante resolução do Conselho Permanente da OEA, para estimular o estudo e o interesse com relação à arte das Américas, intensificar o intercâmbio interamericano e promover a produção artística no Hemisfério. Mediante exposições, coleções, programas educacionais e serviços de referência, o Museu funciona como um centro vital, que promove e documenta a arte do Hemisfério.

### Exposições

As exposições especiais ampliam o conhecimento das várias formas de expressão artística nas Américas e estimulam o intercâmbio cultural. Neste período organizou-se um total de oito exposições, três das quais no próprio Museu: *Seleções do Acervo Permanente do Museu*; *Responsabilidad Pública: 15 Fotógrafos de las Américas*; e *Un Arquitecto del Surrealismo*, de Roberto Matta, do Chile; e cinco na Galeria do Edifício Principal: *En Constante Apremio*, de Claudio Fantini, da Argentina; *Soundings from Home*, de Carolyn Jean, dos Estados Unidos; *El Orden de un Mundo Interior*, de Francisco Mejia, da Colômbia; *La Isla y el Continente*, de Julio Valdés, da República Dominicana; *Lo Mejor de lo Peor*, de Vladdo, da Colômbia; e *Vida y Milagros del Hombre Invisible*, de Eduardo Tokeshi, do Peru.

*El Orden de un Mundo Interior* foi organizada também como exposição itinerante e montada no Centro Cultural *Latin Art Collector*, em Nova York, e dentro do programa de arte da Gensler Architecture, em Washington, D.C. Várias dessas exposições foram objeto de resenhas na imprensa local neste período, inclusive *Seleções do Acervo Permanente do Museu* (*The Washington Post* (19 de junho de 2003), *Soundings from Home* (*Georgetown*, 7 de julho), *Responsabilidad Pública* (*The Washington Post*, 1º de agosto), *Lo Mejor de lo Peor* (*Latin American Times*, 19 de setembro) e Roberto Matta (*DC Art News*, 14 de novembro).

Devido à reforma do Salão Libertador Simón Bolívar em dezembro de 2003, foi fechada a Galeria do Edifício Principal, onde os artistas mais importantes do Hemisfério expunham suas obras desde a década de 1940. As exposições na galeria foram suspensas até que se designe um espaço alternativo.

### Acervo Permanente

Desde 1949 o Museu coleciona, preserva e documenta a obra de artistas de destaque no Hemisfério. Ao longo desse período, 35 novas aquisições foram incorporadas ao acervo permanente. Dentre elas, foram transferidos para o acervo permanente do Museu vários álbuns, pastas de gravuras e edições especiais dos arquivos da antiga Universidade de Artes Visuais, inclusive material relacionado com os artistas mexicanos Roberto Montenegro, Rufino Tamayo, Diego Rivera, José Guadalupe Posada, e do *Taller de Gráfica Popular*, Carlos Mérida, da Guatemala, René Portocarrero, de Cuba, Carlos González, do Uruguai, Genaro Ibañez, da Bolívia, Raquel Forner, da Argentina, e Leo Matiz, da Colômbia. Entre as peças de fontes externas, figuram: uma escultura em madeira de Naul Ojeda, doada por Philomena Ojeda, uma pintura de Lola Fernández, da Costa Rica, doada por L. Ronald Scheman, e uma gravura de Ana Mercedes Hoyos, da Colômbia, doada pelos Amigos do Museu. O Museu recebeu também doações de vários artistas que participaram do programa de exposições especiais, como Francisco Mejia e Luz Elena Castro, da Colômbia, Claudia Andujar, do Brasil, e Claudio Fantini, da Costa Rica. Internamente, emprestaram-se 60- 81 - obras do acervo permanente aos edifícios da

sede como parte do programa Arte no Escritório e 53 obras para o programa de exposições especiais do Museu. Externamente, emprestou-se um quadro de Alberto Dutary ao Centro Cultural do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a exposição *Un Siglo de Pintura en Panamá*. Setenta e sete obras do acervo foram reproduzidas no livro *Arte y Letras de Nuestra América*, publicado por Villegas Editores.

### Conservação e preservação

Em colaboração com o Departamento de Tecnologia e Serviços Gerais, efetuaram-se tratamentos de conservação (limpeza de camada pictórica, aplicação de camadas protetoras, consolidação, montagem de bastidores) de 26 quadros e esculturas do acervo permanente emprestados como parte do programa Arte no Escritório, inclusive obras de Enrique Arnal, Coqui Calderón, Enrique Careaga, Edgar Guinand, Graciela Rodo Boulanger, Humberto Jaime Sánchez, Eduardo MacEntyre, Vicente Martín, Ariel Mendoza Baños, Miguel Ocampo, Taty Rybak, Cecilio Sánchez Franco, Rogelio Polesello, Nicolás Esposito, Héctor Navarro, Venancio Shinki, Tabo Toral, Tomie Ohtake, Danilo de Prete, Rafael Vadia, Raúl Valdivieso, Armando Villegas, Aníbal Villacís, Jesús Antonio Zelaya, Víctor Mena e Carlos Zerpa. Também foram tratadas 10 obras sobre papel de Carlos González.

### Arquivos de arte e materiais audiovisuais

Os arquivos do Museu representam uma forma única de estudar a arte latino-americana e caribenha. O Museu continua colecionando material para enriquecer este acervo e oferecendo serviços de referência a estudantes, pesquisadores e colecionadores por meio dessa documentação. Quanto ao programa audiovisual, receberam-se no período US\$4.300 pela venda de filmes e *slides* e por direitos de reprodução de obras do Acervo Permanente em várias publicações. Ademais, produziram-se 340 novos *slides* para documentar as exposições especiais e para uso em publicações, na imprensa e na página do Museu na Internet.

### Educação

A fim de aprofundar o contexto educacional das exposições, produziram-se quatro catálogos de exposições e oito folhetos virtuais para a página do Museu na Internet. Com apoio da Organização de Mulheres das Américas (OMA), a artista Carolina Mayorga apresentou três workshops para crianças no Museu, em fins de julho e princípios de agosto de 2003, explorando temas de identidade em conjunto com a exposição *Responsabilidad Pública*. Em colaboração com a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) e o Grupo de Arte da OEA, apresentaram-se três workshops de crianças em maio de 2003 no Museu para criar um mural sobre o tema “realizações da mulher”. Também se colaborou com a organização *Turning the Page* na apresentação de uma série de programas educacionais, em outubro de 2003, intitulados *Literacy through Photography* para o *Merritt Educational Center* e a *Kenilworth Elementary School*, escolas públicas de Washington, D.C. Para adultos, realizaram-se dois workshops de desenho em colaboração com a Associação do Pessoal e uma série de workshops de serigrafia, realizados em fevereiro e março de 2004 no anexo do Museu (*Casita*) pelo artista Luis Scotti.

O Museu continua prestando o serviço de visitas com guia para as exposições a universidades, colégios, associações culturais e outras entidades.

### Atividades especiais

A título de aluguel do Museu a grupos- 82 - externos, recebeu-se um total de US\$8.750, e

da venda de catálogos, obras gráficas, cartazes e outros materiais, US\$4.700. Em relação ao custo das exposições especiais realizadas no período, é preciso destacar o valioso apoio dos artistas participantes do programa e de várias entidades externas, inclusive o Museu Hirshorn, *Jerome Walker Fine Art*, *Latincollector Gallery*, *Gensler Architecture*, Embaixada do Chile, Missão do Chile junto à OEA, Asoex, Santander Santiago, Arauco, Ramirana e Riggs Bank. Também as Missões da Colômbia, República Dominicana e Chile colaboraram oferecendo recepções para a abertura de exposições. Como membro do consórcio de museus Vizinhos do Presidente, o Museu das Américas participou do evento anual Dia dos Museus e colaborou na organização de uma visita virtual aos museus membros inscritos no Registro Nacional de Sítios Históricos pela página do consórcio na Internet. Também se deu apoio técnico à Associação do Pessoal para a 5ª Exposição de Arte Anual.

Entre janeiro e novembro de 2003, registrou-se na página do Museu na Internet um total de 270.576 sessões e 5.804.937 acessos, e cerca de 14.000 pessoas visitaram o Museu fisicamente.

## BIBLIOTECA COLOMBO

A Biblioteca Colombo foi estabelecida pela Primeira Conferência Internacional Americana, em 18 de abril de 1890. Funciona como um moderno centro de informações e documentação, que oferece dados essenciais às Missões Permanentes, à Secretaria-Geral, à comunidade diplomática e ao público em geral. Atualmente, é depositária da memória institucional da Organização dos Estados Americanos, da organização que a precedeu, a União Pan-Americana, e do Sistema Interamericano como existiu nos dois últimos séculos. Ao longo dos anos, a Biblioteca Colombo, inicialmente um programa bibliotecário tradicional, soube evoluir, incorporando os Arquivos e os Programas de Administração de Registros da Secretaria-Geral e tornando-se a biblioteca depositária dos documentos da OEA.

CP/RES. 831 (1342/02), “Uso de recursos excedentes do Subfundo de Reserva para investimentos de capital e cumprimento de mandatos da OEA”

Em 2002, o Conselho Permanente resolveu alocar US\$300.000 do Subfundo de Reserva para a Biblioteca Colombo, com a finalidade de tornar seus documentos e arquivos acessíveis por meios eletrônicos. Em 2003, começaram os trabalhos do Projeto Conversão Retrospectiva do Catálogo de Documentos, com o escaneamento de 18.497 fichas do catálogo de publicações da OEA. Uma vez concluído, os registros estariam em formato OCLC MARC padrão, prontos para disponibilização no Catálogo de Acesso Virtual Público (OPAC), assim atingindo uma base de clientes maior via portal da Organização na Internet. Além disso, localizaram-se empresas para o Projeto de Preservação e Digitalização, que providenciariam imagens digitais de um grupo selecionado de resoluções e declarações do Conselho Permanente e atas e documentos da Assembléia Geral.

### Automação

A nova página da Biblioteca na Internet foi instalada em agosto de 2003. Entre seus recursos, figuram: solicitação de serviço da biblioteca, texto completo de informações freqüentemente solicitadas sobre Cuba e a OEA, Capacetes Brancos, aplicações do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), Dia Pan-Americano, Ilhas Malvinas, Bolívia e a saída para o mar, localização do texto completo dos documentos de referência sobre Gabriela Mistral (*Gabriela Mistral Papers*), Catálogo de Livros Raros e um novo localizador para o Haiti.

O Catálogo de Acesso Virtual Público (OPAC) proporciona aos pesquisadores acesso a um catálogo de 33.100 publicações e documentos da Biblioteca Colombo desde 1980.

### Aquisições

O insuficiente orçamento de aquisições da Biblioteca continuou a ser complementado por doações. Entre os doadores figuraram as Missões da Argentina e do Brasil junto à OEA e o Escritório da Secretaria-Geral da OEA em Antígua e Barbuda. A Unidade de Controle de Documentos recebeu 2.064 publicações de vários escritórios da Secretaria-Geral.

### Catalogação

O Projeto Conversão Retrospectiva do Catálogo de Documentos foi iniciado com o escaneamento de 18.497 registros de publicações da OEA. - 84 - O objetivo do projeto é tornar o catálogo de

publicações da OEA acessível eletronicamente. A Biblioteca continua a fornecer dados do *International Standard Book Number (ISBN)* e da Catalogação na Fonte (CIP) para as novas publicações e documentos da OEA. Este serviço assegura a imediata disponibilização das novas publicações e outros documentos da OEA no catálogo virtual. A Biblioteca continua a publicar a Lista Seletiva de Livros Adquiridos e Registrados e de Novos Periódicos Recebidos na Biblioteca Colombo. Estas informações são constantemente atualizadas e poderiam ser encontradas na rede interna, na pasta pública da Biblioteca.

#### Serviços de Referência

A demanda de serviços de referência continua aumentando, à medida que a Biblioteca Colombo dá acesso a recursos que apóiam a visão da OEA. A Biblioteca está atendendo a necessidades atuais de pesquisa e seus arquivos estão documentando e dando acesso a ações históricas.

A Unidade de Referência distribuiu 13.456 livros e 4.559 periódicos, e atendeu a 5.025 pedidos de informação; usaram-se 160 pés cúbicos de fotos históricas para responder às solicitações. A Unidade de Controle de Documentos também experimentou um aumento nas solicitações e respondeu a 1.795, e a Unidade de Gestão de Arquivos a 289. Fizeram-se 8.047 fotocópias para a Secretaria-Geral, as Missões Permanentes e usuários externos.

A capacidade dos serviços de referência aumentou com o acréscimo de novos bancos de dados. A Biblioteca assinou o serviço de acesso eletrônico *First Search* e agora tem condições de entregar informações a partir de 70 bancos de dados, que abrangem uma ampla gama de assuntos, com acesso ao acervo de milhares de bibliotecas no mundo inteiro, e a 5,9 milhões de artigos de 9.000 séries de publicações, inclusive 3.500 revistas especializadas de acesso eletrônico.

A versão do Índice de Periódicos Hispano-Americanos (HAPI) acessível pela Internet proporciona informações mundiais sobre a América Central e do Sul, o México e o Caribe, a região fronteira méxico-americana e os hispânicos nos EUA. A Biblioteca continua a acessar os bancos de dados *WorldCat*, os bancos de dados da coleção de tratados da ONU e a *Lexis-Nexis*. Assina também a *Economic Intelligence Unit* – perfis de países selecionados, e o sistema oficial de documentos das Nações Unidas acessível pela Internet.

#### Documentos e Publicações da OEA

Um total de 46.400 documentos foram recebidos, processados e distribuídos. A Unidade de Controle de Documentos compilou, publicou e distribuiu a Lista Geral dos Documentos Oficiais da OEA, 2000.

A Unidade compilou dois números da publicação oficial do Conselho Permanente em espanhol, *Síntesis de las decisiones tomadas en las sesiones y textos de las resoluciones y declaraciones aprobadas* para os anos de 2000 e 2001.

No período abrangido por este relatório, a Biblioteca continuou a prestar assistência no sentido de atenuar os problemas enfrentados com o fechamento da Livraria da OEA. Todos os principais documentos e publicações relacionados com a OEA foram transferidos para a Biblioteca Colombo. A Biblioteca recebeu 359 solicitações de publicações da OEA e despachou 233 pacotes. O funcionário encarregado de publicações da Biblioteca continua prestando serviços de secretaria técnica à Junta de Publicações.

A Biblioteca processou, micro-filmou e distribuiu a Série de Registros Oficiais da OEA de 1999 para universidades e bibliotecas especializadas. As vendas contribuíram para a Biblioteca cumprir o mandato de buscar fontes externas de financiamento, o que resultou em depósitos no montante de US\$35.411 na Conta Hipólito Unanue.

#### Serviços de Gerenciamento de Arquivos e Registros

Continuou a colaboração com a Equipe de Reforma do Edifício de Serviços Gerais, à medida que prosseguiram as obras de seus escritórios e a transferência de registros para o Centro de Gerenciamento de Registros.

O número de caixas armazenadas com uma firma especializada se elevava a 4.311. Foram destruídas 315 caixas que continham registros obsoletos. O Centro de Gerenciamento de Registros recebeu para armazenagem 670 caixas de registros parcialmente ativos; enviou 275 caixas vazias a escritórios para transferência de registros; processou registros permanentemente valiosos e os recebeu e registrou em seus Arquivos. A ARMAS tem em sua guarda 282.300 litros de registros da Secretaria-Geral.

#### Exposições

A Biblioteca Colombo montou nove exposições, inclusive a Comemoração do Dia Pan-Americano, o Aniversário da Biblioteca Colombo, O Edifício Principal da OEA, Reuniões da OEA no Caribe e o Caribe Literário, a Mulher das Américas, Simon Bolívar: Herói das Américas, Legado do Doutor Leo S. Rowe, e Trajes das Américas. A Biblioteca também preparou uma exposição sobre a Carta Democrática Interamericana, “Democracia: da Resolução 1080 da Assembléia Geral à Carta Democrática”, para o Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral.

#### Visitas à Biblioteca Colombo

Receberam-se diversos visitantes e pesquisadores interessados no Sistema Interamericano de várias instituições, inclusive o Centro de Guerra Especial John F. Kennedy de Fort Bragg, estado da Carolina do Norte, Corporação Andina de Fomento, Centro e Loja de Informações do Banco Mundial, Universidade Torcuato Di Tella (Argentina), estudantes que participavam do projeto Assembléia Geral Modeb da OEA e diversas universidades dos EUA.

## Estagiários e Voluntários

A Biblioteca Colombo tem-se beneficiado com a colaboração de estagiários e voluntários destacados para projetos específicos a fim de atenuar a escassez de pessoal. Os estagiários vêm de escolas secundárias e universidades dos EUA, da América Latina e do Caribe, bem como de alguns países Observadores Permanentes. Com sua ajuda foram concluídos vários guias e bibliografias.

## COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES

O artigo 112, h, da Carta atribui à Secretaria-Geral a função de “estabelecer relações de cooperação, consoante o que for decidido pela Assembléia Geral ou pelos Conselhos, com os Organismos Especializados e com outros organismos nacionais e internacionais”.

Em conformidade com os mandatos emanados dos períodos ordinários de sessões da Assembléia Geral realizados em Bridgetown, Barbados, e Santiago, Chile, e de resoluções de períodos de sessões anteriores da Assembléia Geral, continuou-se a manter a coordenação com organizações e entidades regionais. O nível de colaboração mais significativo ocorreu com o Secretariado das Nações Unidas, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Secretaria da CARICOM. Com relação especificamente às Nações Unidas e à CARICOM, um dos assuntos mais importantes em que se continuou colaborando foi a solução das dificuldades políticas do Haiti.

### CARICOM

O tema em que a Secretaria-Geral da OEA e a Secretaria da CARICOM trabalharam mais intensamente foi a solução das dificuldades políticas do Haiti, Estado membro de ambas as entidades. Em março de 2003, o Senhor Julian Hunte, Ministro das Relações Exteriores de Santa Lúcia, que era Presidente do Conselho de Relações Exteriores e da Comunidade (COFCOR), encabeçou, juntamente com o Senhor Luigi Einaudi, Secretário-Geral Adjunto da OEA, a Delegação de Alto Nível da OEA/CARICOM ao Haiti, que também teve a participação do Secretário-Geral Adjunto de Relações Exteriores e da Secretaria da CARICOM. A Secretaria da CARICOM apoiou os esforços da OEA para fazer os arranjos necessários à visita da delegação e às posteriores discussões e negociações entre os partidos políticos e a sociedade civil e outras entidades haitianas. A partir de então, o Ministro Julian Hunte e o Secretário-Geral Adjunto da Secretaria de Relações Exteriores e Comunitárias da CARICOM mantiveram-se em contato regular com o Secretário-Geral Adjunto Luigi Einaudi e com outros funcionários de alto nível da Secretaria-Geral da OEA, participando de reuniões da Delegação de Alto Nível em Miami e da sessão extraordinária do Conselho Permanente realizada em 30 de abril de 2003, convocada para examinar o resultado das gestões efetuadas pela Delegação. Além disso, o Secretário-Geral compareceu à Reunião Anual de Chefes de Estado e de Governo da CARICOM, realizada em Montego Bay, Jamaica, de 3 a 5 de julho. Esta reunião ofereceu uma oportunidade para dialogar com os Chefes de Estado e de Governo sobre assuntos e acontecimentos hemisféricos, inclusive a situação do Haiti. Sem dúvida, as conversações entre os Chefes de Governo da CARICOM contribuíram para que o Secretário-Geral da OEA designasse, em agosto, um Emissário Especial para o Diálogo no Haiti. É importante frisar que cinco Ministros das Relações Exteriores da CARICOM participaram da reunião do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA sobre o Haiti, realizada em 18 de novembro passado.

As relações de trabalho entre as duas Secretarias prosseguiram com uma reunião entre o Secretário-Geral da CARICOM e o Secretário-Geral Adjunto da OEA, em que trocaram pontos de vista sobre o Haiti, sobre outros assuntos regionais e sobre questões entre as secretarias.

De forma semelhante, a Secretaria-Geral da OEA continuou trabalhando com a Secretaria da CARICOM para realizar atividades conjuntas na área da cooperação e assistência técnica, de que participam numerosas unidades e departamentos na sede. As áreas em que estas atividades de cooperação estiveram ativas são: i) redução dos desastres naturais mediante atividades conjuntas entre a Unidade de Desenvolvimento- 88 - Sustentável e Meio Ambiente (UDSMA) da



OEA e a Agência de Resposta a Desastres e Emergências no Caribe (CEDERA); ii) desenvolvimento do turismo entre a Unidade Intersetorial de Turismo (UTUR) e a Organização de Turismo do Caribe; iii) o meio ambiente, inclusive iniciativas e atividades de projetos com a USDMA; e iv) desenvolvimento integrado por intermédio da AICD.

#### Nações Unidas

O programa de cooperação de maior destaque entre a OEA e as Nações Unidas no ano passado também foi a solução das dificuldades políticas no Haiti. Realizou-se um intercâmbio de informações entre o funcionário encarregado dos assuntos da OEA nas Nações Unidas e o Diretor da Divisão das Américas. Em agosto, o Emissário Especial da OEA para o Diálogo, Terence A. Todman, viajou a Nova York e reuniu-se com o Secretário-Geral Adjunto para Assuntos Políticos e outros funcionários das Nações Unidas a fim de analisar a experiência anterior com missões semelhantes ao Haiti. Um representante das Nações Unidas assistiu igualmente ao Trigesimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA em Santiago do Chile. Também se procurou manter relações de cooperação em nível setorial entre as distintas unidades e escritórios da Secretaria-Geral da OEA e os departamentos e dependências afins das Nações Unidas. Como resultado destas gestões, realizaram-se projetos em várias áreas institucionalmente relacionadas com as Nações Unidas, entre elas o apoio a várias iniciativas em matéria de meio ambiente apoiadas pela Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente e nas áreas da remoção de minas e da governança e democracia, apoiadas pela Unidade para a Promoção da Democracia (UPD). O Secretário-Geral assistiu à reunião de organizações regionais organizada pelo Secretário Geral da ONU, Kofi Annan. Da mesma forma, o Secretário-Geral César Gaviria presidiu parte desta reunião em julho. Foram também realizadas atividades de cooperação destinadas a resolver as dificuldades políticas na Venezuela e na implementação dos acordos de Paz na Guatemala.

#### Outras organizações

A Organização dos Estados Americanos continua procurando realizar programas e projetos de cooperação com outras organizações regionais com as quais mantém acordos formais de cooperação. Estas organizações regionais são: a Instituto de Cooperação para a Agricultura (IICA), a Associação de Estados do Caribe (AEC) e a Secretaria do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA). Com respeito à AEC, tem havido apoio recíproco, e tanto ela como a OEA têm enviado representantes a suas respectivas reuniões anuais e, em conformidade com a resolução da Assembléia Geral, têm sido desenvolvidas iniciativas com respeito a áreas substantivas de cooperação entre as duas organizações. Foram mantidas consultas com funcionários da AEC por ocasião da realização da Assembléia Geral da OEA em Barbados. A cooperação e o Sistema Interamericano foram reforçados por intermédio da Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais e da ativa participação da OPAS, BID, IICA e da Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento (FUPAD) em seu trabalho com a Secretaria-Geral da OEA, ao responder a desastres naturais e no trabalho de redução de riscos.

**SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL/  
AGÊNCIA INTERAMERICANA DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

A Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI), segundo estabelece o artigo 98 da Carta da Organização, é a instância responsável perante o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) pelos programas, projetos e atividades de cooperação. A Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD) é um órgão subsidiário do CIDI, que determina as políticas e orientações da AICD em suas reuniões ordinárias ou extraordinárias e nas reuniões setoriais em nível ministerial ou equivalente nas áreas de sua competência. A AICD foi estabelecida pela Assembléia Geral em junho de 1999 e iniciou os seus trabalhos em janeiro de 2000. Sua finalidade é promover, coordenar, gerir e facilitar o planejamento e execução de programas, projetos e atividades de cooperação solidária na OEA, em conformidade com o Plano Estratégico de Cooperação Solidária.

No ano 2003 a AICD continuou empenhada em melhorar suas capacidades em matéria de implementação de projetos de desenvolvimento de alta qualidade, que satisfaçam as necessidades essenciais de desenvolvimento dos Estados membros. Trabalhou também para que esses países possam atrair financiamento externo e tornem mais eficiente e eficaz a gestão de seus recursos, em apoio aos esforços de desenvolvimento da região.

Os impulsos principais observados nesse período estão representados pelas seguintes ações: a bem-sucedida conclusão da etapa inicial do Portal Educacional das Américas, a partir do qual se ofereceram oportunidades de aprendizagem à distância para as zonas rurais mais pobres e desassistidas do Hemisfério; a expansão do Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento, que registrou grande incremento no número de bolsas concedidas em 2003; a consolidação do Programa de Melhores Práticas Governamentais, cujo propósito é incentivar a cooperação horizontal entre os governos da região; a execução de vários acordos com o setor privado; e o fortalecimento do Fundo Especial Multilateral do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (FEMCIDI).

Em outra esfera de responsabilidade, relacionada com a política de desenvolvimento, a AICD continua a trabalhar com as unidades da Secretaria-Geral da OEA no cumprimento de seus compromissos conjuntos de prestar apoio às reuniões ministeriais no âmbito do CIDI. Em particular, participou ativamente da preparação e da realização da reunião ordinária do CIDI e das reuniões das comissões interamericanas e ministeriais nas áreas do turismo, trabalho, educação, cultura e desenvolvimento social.

A Fundação para as Américas é uma organização sem finalidade de lucro e opera no âmbito da AICD sob o regime 501c(3). Para a Fundação, o ano 2003 foi particularmente exitoso: aproximadamente US\$2 milhões foram arrecadados para projetos de desenvolvimento social em todo o Hemisfério. Esses recursos representam contribuições e doações do setor público e privado. Maiores detalhes sobre a Fundação para as Américas aparecem no capítulo deste relatório referente a fundações.

## Cooperação Técnica

### *Fundo Especial Multilateral do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (FEMCIDI)*

*Execução do FEMCIDI 2003.* O ciclo de programação FEMCIDI 2003 recebeu 154 perfis de projetos. Em 31 de maio, data final para que os Estados membros efetuassem suas contribuições e indicassem a respectiva distribuição entre as contas, o total de oferecimentos ao FEMCIDI 2003 era de US\$8.228.916,61. Como em anos anteriores, o número de projetos apresentados e o montante dos recursos solicitados foram muito superiores aos recursos oferecidos, razão pela qual foi necessário excluir projetos não só por suas deficiências de qualidade técnica, mas também por falta de recursos.

Os perfis dos projetos que satisfizeram os requisitos de seleção estabelecidos foram enviados aos membros das Comissões Especializadas Não-Permanentes (CENPES 2002) e às Unidades e Escritórios Especializados da SG/OEA, acompanhados de solicitação de parecer técnico sobre os mesmos. Levando em consideração os pareceres técnicos emitidos, bem como o nível de ofertas em cada conta setorial, a Secretaria Executiva identificou os perfis que, à luz dos seus méritos técnicos, poderiam melhor contribuir para atender às necessidades de desenvolvimento dos Estados membros. Assim, 134 perfis de projetos apresentados por 33 países foram incluídos na Proposta Preliminar de Programação. Essa proposta foi analisada na VI Reunião das CENPES que emitiu recomendação favorável a 100 projetos.

A Junta Diretora da AICD, em sua Décima Primeira Reunião, realizada em 20 de novembro de 2003, aprovou a Programação de Atividades de Cooperação Solidária FEMCIDI 2003. A Programação inclui 98 projetos recomendados pelas CENPES e um projeto adicional cuja incorporação foi aprovada pela Junta Diretora. O montante total aprovado para a execução dos projetos foi de US\$9.226.346, assim distribuídos:

<i>CONTA SETORIAL</i>	<i>Nº DE PROJETOS</i>	<i>MONTANTE APROVADO (US\$)</i>
Comércio	10	798.602
Desenvolvimento social	13	937.289
Educação	27	3.026.117
Cultura	4	131.843
Ciência e Tecnologia	22	2.047.984
Democracia	6	382.569
Turismo	6	761.406
Meio Ambiente	10	1.012.842
<b>TOTAL</b>	<b>99</b>	<b>9.226.346</b>

*Execução FEMCIDI 2002.* Nos primeiros meses do ano, iniciou-se a execução dos 93 projetos recomendados pelas CENPES em sua reunião de outubro de 2002 e aprovados pela Junta Diretora da AICD (JD/AICD) em novembro de 2002, no montante de US\$6.549.094. Apresenta-se a seguir a distribuição desses projetos por conta setorial:

CONTA SETORIAL	Nº DE PROJETOS	MONTANTE APROVADO (US\$)
Comércio	8	695.000
Desenvolvimento social	18	848.712
Educação	23	1.631.565
Cultura	5	153.518
Ciência e Tecnologia	21	1.598.245
Democracia	5	412.373
Turismo	4	438.316
Meio Ambiente	9	771.365
TOTAL	93	6.549.094

### *Novos Mecanismos de Cooperação (Melhores práticas)*

O Plano de Ação da AICD especificou como objetivo para a Agência o aperfeiçoamento de novos mecanismos para o desenvolvimento de programas, com base na aplicação das melhores práticas vigentes nos países das Américas e em outras regiões do mundo. Os novos mecanismos também devem facilitar a participação do setor privado e da sociedade civil nas iniciativas interamericanas de cooperação técnica e capacitação.

Os programas desenvolvidos visam a alcançar as seguintes metas: apoio aos governos na identificação de oportunidades de ação, lições aprendidas e melhores práticas em aquisições governamentais, governo eletrônico, desenvolvimento municipal e saúde e segurança ocupacional – responsabilidade social corporativa; desenvolvimento de programas de cooperação técnica e treinamento com as instituições de melhores práticas; preparação de projetos de aplicação das melhores práticas; e captação de co-financiamento para fortalecer as capacidades institucionais e preparar projetos de aplicação das melhores práticas, trabalhando em conjunto com instituições dos setores público e privado.

Neste último aspecto de alianças com o setor privado, os esforços da AICD começaram a frutificar na forma de importantes contribuições de entidades do setor privado que ajudam a promover os objetivos de desenvolvimento dos Estados membros da OEA. Cumpre indicar que as contribuições destinam-se diretamente aos governos como contribuições em bens (serviços, licenças, treinamento, etc.), calculadas em US\$11,12 milhões. Pode-se destacar entre estas: o acordo com a *Microsoft* (doação de aproximadamente US\$6 milhões) em matéria de desenvolvimento municipal, aquisições governamentais e tele-centros; o acordo com o *Stewart Title* (US\$1,5 milhão) em matéria de cadastro, registro de propriedade e arrecadação predial; e o acordo com *Axesnet* (pouco menos de US\$1 milhão) em matéria de desenvolvimento municipal.

### *Programa de Governo Eletrônico e Aquisições Governamentais*

O Programa de Governo Eletrônico da AICD-OEA tem por objetivo catalisar iniciativas de governo eletrônico na América Latina e no Caribe e oferecer apoio integral aos governos dessa região em cada uma das etapas do processo de implementação do governo eletrônico. Em 2003, mais de 200 pessoas receberam treinamento básico em governo eletrônico através do Portal Educacional das Américas. Por meio do seu foro eletrônico de melhores práticas, a AICD compartilhou, com dirigentes e líderes em governo eletrônico do Chile, Canadá e Brasil, experiências bem-sucedidas e lições aprendidas.

Graças ao apoio do FEMCIDI e em colaboração com o Instituto para a Conectividade nas Américas, facilitou-se o conhecimento detalhado das práticas de governo eletrônico e de aquisições eletrônicas do Chile a representantes de vários países da região. Finalmente, iniciou-se o processo de implementação do acordo com a Microsoft, que visa a oferecer portais municipais cujo objetivo é fortalecer as capacidades de governo eletrônico de vários municípios da região e oferecer soluções de aquisições do Estado baseadas na experiência do Brasil.

#### *Programa de Desenvolvimento Municipal*

O objetivo do Programa é oferecer assistência técnica e treinamento a governos municipais dos Estados membros, a fim de melhorar sua capacidade administrativa e técnica de prestação de serviços de cadastro, registro e governo eletrônico.

No tema do governo eletrônico, formaram-se alianças com empresas do setor privado – especificamente a *Microsoft* e *Axestet* – para promover o uso de instrumentos de governo eletrônico, particularmente portais municipais e sistemas de aquisições. Igualmente, prestou-se apoio a diversas instituições em matéria de desenvolvimento de estratégias de governo eletrônico. Além disso, diversos funcionários municipais da região participaram do curso de governo eletrônico ministrado pela AICD por intermédio do Portal Educacional das Américas. No tema de cadastros, possibilitou-se o intercâmbio direto entre instituições e realizou-se um workshop regional para municípios da região andina, que contou com a presença de mais de 100 participantes. Como resultado, diversas municipalidades participantes prepararam perfis de projetos de modernização, cuja carteira eleva-se a US\$31 milhões. As atividades na região andina foram desenvolvidas com o apoio da Corporação Andina de Fomento (CAF).

#### *Saúde e segurança ocupacional – Responsabilidade social corporativa*

Em conjunto com a UDSE, a AICD está desenvolvendo um programa que visa a dar assistência aos Ministérios do Trabalho da região na tarefa de modernizar e melhorar a eficiência dos serviços que prestam aos trabalhadores.

Na Décima Terceira Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMT), apresentou-se uma carteira de 16 programas consolidados em saúde e segurança ocupacional com base em possíveis atividades de cooperação internacional. Levando em conta este trabalho, atribuiu-se à AICD e à UDSE a coordenação de um workshop sobre saúde e segurança ocupacional no contexto de processos regionais de integração, a ser realizado em abril de 2004 em San Salvador. A AICD também registrou significativos avanços no estabelecimento de alianças, conseguiu estabelecer uma relação dinâmica com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS-OMS) e com a Agência Europeia de Segurança e Saúde no Trabalho (AESST). Com esta última entidade, assinou-se um acordo de cooperação mediante o qual a OEA participa da sofisticada rede de informação da AESST. O primeiro projeto consiste em desenvolver uma página conjunta na Internet, que servirá de ponto focal da saúde e segurança ocupacional nas Américas.

Quanto ao tema da responsabilidade social corporativa, o programa desenvolvido pela AICD e o Foro EMPRESA foi aprovado pelo Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN) do BID e pela Agência Canadense de Cooperação Internacional. O Programa visa a fortalecer as capacidades relativas a esse tema em quatro países pilotos da região (Brasil, Peru, El Salvador e Chile) e será iniciado em 2004. Além disso, a AICD organizou uma sessão sobre responsabilidade social corporativa da Décima Terceira Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho para integrar o tema no diálogo político dos Ministros. A AICD também co-patrocinou um seminário na região do Caribe sobre esse tema.

## Desenvolvimento Do Potencial Humano

### *Bolsas de estudo e treinamento*

A OEA, por meio da AICD, administra um dos programas multinacionais de bolsas de pós-graduação, pré-graduação e atualização profissional especializada, em centros educacionais e de treinamento nos Estados membros da OEA e nos Estados Observadores Permanentes maiores da região. Em 2003, o Programa, que é administrado pelo Departamento de Bolsas de Estudo e Treinamento, proporcionou mais de 1.200 bolsas dos tipos presencial e à distância a candidatos qualificados dos Estados membros da OEA.

*Novas iniciativas.* Para incrementar a disponibilidade de oportunidades de educação e desenvolvimento profissional, o Departamento de Bolsas de Estudo e Treinamento pôs em prática uma série de novas iniciativas tendentes a expandir o programa tradicional de bolsas de estudos da OEA mediante o uso mais efetivo de seus recursos e da mobilização de recursos externos. A introdução de bolsas eletrônicas (*e-bolsas*) de estudos à distância, o programa conjunto de bolsas no campo da ecologia com o Programa *Fullbright* e alianças com universidades nos Estados membros e em Estados Observadores Permanentes da OEA permitiram obter importantes reduções no custo de cada bolsa concedida pela OEA, o que resultou na geração de maior número de oportunidades de educação e desenvolvimento profissional. Com idêntico propósito, realizam-se esforços para estabelecer alianças com programas de bolsas nacionais que possam existir nos Estados membros, obter maiores contribuições das agências de desenvolvimento dos Estados Observadores, captar financiamento mediante doações e estabelecer alianças com empresas nos Estados membros.

*Consórcio de universidades.* Das iniciativas postas em prática, uma das mais produtivas tem sido a formação de um amplo consórcio de universidades que colaboram com a OEA no copatrocínio de bolsas de estudo e programas de treinamento. Isso permitiu multiplicar os recursos do programa de bolsas de estudo da OEA mediante sua combinação com os recursos das universidades que participam do consórcio. Até o momento, assinaram-se acordos com mais de 40 universidades do Brasil, Canadá, Chile, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, México, Peru, Uruguai e Venezuela. Estão em curso negociações com universidades da Argentina e da Guatemala e com a Universidade das Índias Ocidentais.

*Fundo de Capital para o Programa de Bolsas de Estudo da OEA.* O estabelecimento de um fundo de capital para bolsas de estudo e a aprovação do Estatuto do Fundo de Capital para os Programas de Bolsas de Estudo e Treinamento da OEA, com base na resolução AG/RES. 1460 (XXVII-O/97) constitui outra importante iniciativa da OEA no sentido de ampliar as oportunidades de educação e desenvolvimento profissional. O Fundo visa a gerar juros que sejam utilizados em apoio aos objetivos, procedimentos e práticas dos programas de bolsas da OEA. O Fundo, que dispõe atualmente de US\$5,5 milhões, foi constituído com recursos da OEA e contribuições dos Estados membros. Ao aprovar o Estatuto do Fundo, o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) da OEA encarregou a Secretaria-Geral de estabelecer outros fundos de bolsas de estudo com contribuições de fontes externas. Também instruiu a Secretaria-Geral a estimular os Estados membros e os Estados Observadores a que contribuam para o financiamento de uma ampliação dos Programas de Bolsas de Estudo e Treinamento da OEA – incluindo, entre outras, contribuições ao Fundo de Capital para os Programas de Bolsas de Estudo e Treinamento da OEA.

*Programa de Bolsas de Estudo- 94 - Corporativas.* Em resposta ao mandato de

mobilizar recursos de fontes externas, o Departamento de Bolsas de Estudo e Treinamento preparou o Programa de Bolsas de Estudo Corporativas – criado para estabelecer alianças com o setor privado mediante a promoção de sua participação em atividades que destacam a responsabilidade social corporativa. O Programa é inovador e altamente flexível, já que combina a ampla rede administrativa da Organização com os recursos de pessoas físicas e jurídicas em um esforço de treinamento que considera tanto as necessidades de desenvolvimento dos países como os interesses das empresas participantes. Nesse sentido, em junho de 2003 o Secretário-Geral da OEA e o Presidente do Chile assinaram um acordo de cooperação tendente a promover essa iniciativa junto ao setor privado chileno. O acordo abriu as portas para ampliar os contatos com o citado setor e é o primeiro de uma série de iniciativas similares que se espera adiantar em outros países.

*Bolsas para estudos acadêmicos.* O Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento da OEA mantém anualmente mais de 500 bolsas de estudos acadêmicos a longo prazo e de pesquisa em universidades de toda a região. Os estudos abrangem áreas prioritárias da OEA e do CIDI, a saber: desenvolvimento social e geração de emprego produtivo, educação, diversificação e integração econômica, abertura comercial e acesso a mercados, desenvolvimento científico e intercâmbio e transferência de tecnologia, fortalecimento das instituições democráticas, desenvolvimento sustentável do turismo, desenvolvimento sustentável e meio ambiente e cultura.

a) Bolsas de estudo de pós-graduação: tratam-se de bolsas de estudo de pós-graduação (nos níveis de mestrado e doutorado) em instituições de ensino superior da região. O número de bolsistas nos níveis de mestrado e doutorado beneficiados por este programa da OEA tem crescido sistematicamente. Não obstante, a demanda de oportunidades educacionais necessárias para apoiar o fortalecimento das capacidades institucionais em novas áreas cresce de forma exponencial e é um tema que tem merecido atenção especial nas Cúpulas das Américas e nos mandatos da OEA. Em 2003, a OEA outorgou um total de 505 bolsas do tipo presencial de pós-graduação, das quais 333 correspondem a novas bolsas e 172 a extensões de bolsas já existentes. Esse total representa um aumento de 45,1% em relação às cifras correspondentes a 2002.

b) Bolsas de estudo de pré-graduação: este Programa oferece bolsas a candidatos elegíveis para completar os últimos dois anos de estudos de pré-graduação conducentes ao diploma de bacharelado ou licenciatura ou seu equivalente, e se aplica aos países do Caribe de idioma inglês. A resolução AG/RES. 1387 (XXVI-O/96) estendeu os benefícios deste Programa à Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, República Dominicana, Bolívia, Equador e Paraguai, na dependência da obtenção de recursos externos. Em 2003, a OEA concedeu 49 bolsas presenciais de pré-graduação, das quais 25 corresponderam a bolsas novas e 24 a extensões.

*Bolsas de desenvolvimento profissional.* As bolsas de desenvolvimento profissional oferecem oportunidades de atualização profissional em campos de especialização relacionados com as áreas prioritárias da OEA e do CIDI. Essas bolsas são oferecidas pelos Governos dos Estados membros e Estados Observadores Permanentes da OEA, organizações regionais ou internacionais, organismos públicos e privados e instituições de ensino superior, por meio da OEA e com o seu co-financiamento.

Tratam-se de bolsas de treinamento do tipo presencial ou à distância, oferecidas mediante programas via Internet e por meio do Portal Educacional das Américas e de outras instituições.

Também se oferecem bolsas de desenvolvimento profissional para a realização de programas específicos de estudos propostos pelos- 95 - Comitês e Comissões Interamericanas da

OEA ou pelas unidades técnicas da Secretaria-Geral, em apoio às suas respectivas atividades. Estas bolsas têm-se concentrado nas áreas das telecomunicações, Direito Internacional, direitos humanos e jornalismo. Em 2003, a OEA outorgou um total de 660 bolsas de atualização profissional.

*Fundo Leo S. Rowe.* O Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe oferece empréstimos isentos de juros a estudantes elegíveis da América Latina e do Caribe para cursos de graduação, pós-graduação e desenvolvimento profissional nos Estados Unidos. O Fundo também proporciona empréstimos aos funcionários da OEA e seus dependentes. Em 2003, a Comissão do Fundo concedeu 112 empréstimos para estudantes no total de US\$747.264, além de 33 empréstimos para funcionários da OEA, no montante de US\$187.959.

Nos termos do seu Estatuto, o Fundo é administrado por uma Comissão do Conselho Permanente. Iniciaram-se esforços para elevar a eficiência da administração e a acessibilidade aos empréstimos por parte dos estudantes qualificados. O Fundo Rowe tem considerado e aprovado candidatos que, não tendo podido oferecer a forma tradicional de garantia, apresentaram instituições de seus países como fiadoras do empréstimo. Na maior operação deste tipo, a Secretaria-Geral assinou um acordo com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FUNDACYT) do Equador e o LASPAU, mediante o qual 18 candidatos que vieram do Equador para estudar nos Estados Unidos puderam receber empréstimos do Fundo Rowe.

#### *Formação de recursos humanos por meio de novas tecnologias da informação*

Em 2003, a AICD contribuiu para o treinamento de 2.850 estudantes da região mediante cursos, programas e workshops, tanto em linha como em multimídia. A assistência para seu financiamento – na forma de ajuda financeira parcial ou total – foi outorgada a 2.600 dos estudantes que participaram dos programas, que foram oferecidos através do Portal Educacional das Américas ou no âmbito do Instituto de Estudos Avançados para as Américas (INEAM). Nesse período, recebeu-se o montante de US\$1.999.900 em dinheiro e em bens de organizações públicas e privadas, destinados à promoção da educação à distância e do treinamento profissional na região.

*O Portal Educacional das Américas ([www.educoea.org](http://www.educoea.org)).* Inaugurado em setembro de 2001, o Portal Educacional das Américas é um instrumento destinado a fortalecer e diversificar a capacitação de recursos humanos nas Américas, utilizando a rede Internet. O Portal promove o uso da educação à distância e oferece aos cidadãos das Américas acesso a oportunidades de educação e treinamento proporcionadas por instituições de alta qualidade. Até o momento, o Portal Educacional das Américas recebeu pouco mais de 100 milhões de visitas, originárias de 185 países do mundo. Desde o seu lançamento, o número de usuários tem crescido 18% ao mês.

Em maio de 2003, o Portal lançou sua Aula Virtual, um ambiente virtual e interativo que permite que os usuários participem de atividades educacionais e serviços similares aos que se recebem numa instituição acadêmica tradicional. Desde então, a Aula Virtual capacitou 578 professores e diretores dos níveis primário e secundário mediante o curso “Qualidade da educação básica” (versão em espanhol) e 474 professores e diretores na versão em português do mesmo curso, bem como 210 funcionários dos governos no curso “Introdução aos Conceitos do Governo Eletrônico”.

Nesse mesmo ano, iniciou-se o desenho de instrução e multimídia de outros cursos a serem oferecidos em 2004, entre os quais *Quality in Basic Education* (versão em inglês), *Los profesores como consejeros*, *Educación alimentaria e-96* - *Inteligencia matemática* (versão em



espanhol). Adicionalmente, estão sendo desenvolvidos cursos em colaboração com *Young Americas Business Trust* e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

No segundo semestre do ano, preparou-se a versão digital da publicação *La Educación*, revista interamericana de ensino superior. A revista será publicada semestralmente em linha e, de início, será oferecida gratuitamente aos usuários da região a partir do começo de 2004.

Além disso, iniciaram-se e/ou continuaram-se as negociações com numerosas universidades e instituições acadêmicas de toda a região no sentido de coordenar atividades para fortalecer a educação e o treinamento profissional nas Américas mediante a aplicação das tecnologias da informação, bem como para solicitar recursos de apoio a atividades de treinamento para a região. Deu-se ênfase particular às atividades de treinamento para a região do Caribe. Em particular, realizou-se uma reunião técnica com os representantes do Caribe de língua inglesa para formular estratégias para o curso “Qualidade na educação básica”, a ser oferecido através da Aula Virtual do Portal em meados de 2004.

Mencione-se também que o Portal recebeu mais de 11 mil consultas, que foram apropriadamente atendidas.

*Instituto de Estudos Avanzados para as Américas (INEAM).* O Instituto de Estudos Avanzados para as Américas (INEAM) é uma iniciativa da AICD para fortalecer a formação e a capacitação de recursos humanos por meio do uso das novas tecnologias da informação. De modo específico, o INEAM é um *campus* virtual que oferece oportunidades de formação e capacitação profissional utilizando um enfoque multisetorial e interdisciplinar.

Em 2003, o Instituto de Estudos Avanzados das Américas (INEAM) criou seu Conselho Diretor, que é constituído pelos seguintes membros: Patricio Aylwin Azócar, ex-Presidente do Chile; Eugenio Beaufrand, Vice-Presidente da Microsoft para a América Latina; Cristovam Buarque, ex-Ministro da Educação do Brasil; Lawrence D. Carrington, Pro-Vice Chanceler e Diretor da Escola de Educação Permanente na *University of the West Indies*, Jamaica; Leonel Fernández, ex-Presidente da República Dominicana e Presidente da Fundação Global para a Democracia e o Desenvolvimento (FGDD); Rafael Rangel Sostmann, Presidente do Instituto Tecnológico e de Estudos Superiores de Monterrey (ITESM), Monterrey, México; Viviane Senna, Presente da Fundação Ayrton Senna, São Paulo, Brasil; e Fernando Villalonga, Presidente da Fundação Telefônica, Madri, Espanha.

O INEAM também formou o Comitê Interamericano para a Avaliação e a Acreditação Educativa, a fim de assessorar a Organização Interamericana de Ensino Superior e a AICD quanto à qualidade acadêmica dos programas de educação à distância oferecidos pelas universidades e instituições de ensino superior na região, para seu reconhecimento e certificação pelo INEAM. Este Comitê é composto de personalidades de alto nível acadêmico na área da educação e acreditação interamericana.

No âmbito do INEAM, a AICD auspiciou o Virtual Educa 2003, o *IV Encontro Internacional sobre Educação, Capacitação Profissional e Novas Tecnologias*. O evento foi realizado em junho de 2003, em Miami, Flórida, com a assistência de 1.215 participantes da América Latina, Europa e dos Estados Unidos, e proporcionou a oportunidade aos educadores e líderes empresariais para analisar o impacto das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e do *e-learning* na educação e na sociedade. Iniciaram-se também os preparativos para o Virtual Educa 2004, a realizar-se em junho deste ano, em Barcelona, Espanha.

No ano passado, também foram empreendidos esforços significativos para obter financiamento externo de doadores do setor público e do setor privado, a fim de garantir a sustentabilidade do Portal. Estes esforços exigiram a preparação de propostas de financiamento, cartas de intenção, comunicações, bem como visitas a mais de 150 fundações, ONGs e outras entidades do setor privado. No entanto, a obtenção de recursos externos requer a presença forte de um grupo de peritos na área. Como resultado, iniciaram-se esforços para estabelecer um 501c3, uma estrutura semelhante à de uma fundação doadora, a fim de atrair e incentivar a participação de especialistas líderes no setor e facilitar a doação de recursos externos para as atividades tanto do Portal Educacional das Américas quanto do Instituto de Estudos Avançados das Américas (INEAM).

## SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

A Subsecretaria de Assuntos Jurídicos apóia os órgãos da Organização mediante a preparação de estudos, documentos e pareceres jurídicos, e a prestação de serviços técnicos e de secretaria. Colabora na preparação de tratados, acordos e outros instrumentos internacionais e cuida dos procedimentos legais relativos à assinatura e depósito dos instrumentos de ratificação quando a Secretaria-Geral é depositária. Presta serviços técnicos e de secretaria à Comissão Jurídica Interamericana e ao Tribunal Administrativo. A Subsecretaria foi reorganizada mediante a Ordem Executiva N° 96-4, de 13 de maio de 1996, que concentrou suas funções em três áreas principais: o desenvolvimento do Direito Internacional Público e Privado, as atividades de cooperação na área do direito, e as atividades de informação e divulgação jurídica. Em 31 de julho de 2002, o Secretário-Geral da Organização assinou a Ordem Executiva N° 02-08, que tratava da criação de uma Secretaria Técnica de Mecanismos de Cooperação Jurídica, a qual substituiria o Departamento de Cooperação e Divulgação Jurídica. Por conseguinte, a Subsecretaria passou a ser integrada pelo Escritório do Subsecretário, pelo Departamento de Direito Internacional, pela Secretaria Técnica de Mecanismos de Cooperação Jurídica e pela Secretaria do Tribunal Administrativo.

### Escritório do Subsecretário de Assuntos Jurídicos

As atividades do Escritório do Subsecretário de Assuntos Jurídicos concentraram-se no cumprimento de suas funções principais de direção, planejamento, assessoria, coordenação e administração da área jurídica. Uma das responsabilidades e funções prioritárias do Escritório é contribuir para o desenvolvimento e a codificação de todos os campos do Direito Internacional no âmbito interamericano mediante a formulação de recomendações e de estudos e atividades jurídicas. Nesse sentido, o Escritório contribuiu para a codificação do Direito Internacional e para a programação e o desenvolvimento em matéria de cooperação e divulgação jurídica.

O Escritório apoiou e supervisou a administração da Secretaria do Tribunal Administrativo (TRIBAD). Tal como indicado no Relatório Anual do Secretário-Geral de 2002, a Subsecretaria foi reestruturada em conformidade com a Ordem Executiva N° 02-08, com o objetivo fundamental de adaptar as funções do então Departamento de Cooperação e Divulgação Jurídica. Para tanto, estabeleceu-se a Secretaria Técnica de Mecanismos de Cooperação Jurídica, encarregada dos serviços jurídicos aos diversos mecanismos criados na Organização para prestar serviços e fortalecer as atividades de cooperação jurídica entre os Estados membros, abrangendo distintas entidades ou mecanismos como Reuniões de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas (REMJA) e os grupos de peritos governamentais para o desenvolvimento de suas conclusões e recomendações; o Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (Mecanismo Anti-Corrupção); a Comissão Consultiva da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (Comissão Consultiva da CIFTA); e o Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE).

Nas atividades relacionadas com suas funções de contribuição para o desenvolvimento e a codificação do Direito Internacional, a Subsecretaria participou de diversas conferências e reuniões sobre temas relacionados com a agenda jurídica da OEA, ao mesmo tempo em que elaborou diferentes publicações e trabalhos - 99 - tendentes a destacar o desenvolvimento

jurídico permanente em que se empenha a OEA.

No que se refere a publicações, no período abrangido por este relatório, o Escritório do Subsecretário publicou no *Fordham International Law Journal* um artigo sobre a Convenção Interamericana contra o Terrorismo sob o título “Prevenção, punição e eliminação do terrorismo nas Américas: Um tratado interamericano após os acontecimentos de 11 de setembro”, 26 *Fordham Intl L.J.* 1619 (junho de 2003). Cabe mencionar também os seguintes trabalhos:

“Em defesa da democracia” artigo em vias de publicação em 2003 na *Inter-American Law Review*, da Universidade de Miami.

Los Nuevos Temas Interamericanos del Derecho Privado en las Áreas del Derecho Comercial, Financiero y Ambiental: Resultados de la Sexta Conferencia Especializada Interamericana sobre Derecho Internacional Privado de la OEA, em revisão e a ser publicado no início de 2004.

Apresentação na Primeira Reunião de Pontos de Contato Nacionais do Comitê Interamericano contra o Terrorismo, Washington, D.C., realizada em julho de 2003.

*Algunas Tendencias del Derecho Internacional a Principios del Siglo XXI*, Jornadas de Direito Internacional, Lima, Peru, realizadas em novembro de 2003.

La Organización de los Estados Americanos (OEA) y la lucha contra el terrorismo: La Convención Interamericana contra el Terrorismo y el Comité Interamericano contra el Terrorismo (CICTE), outubro de 2003.

La Experiencia Interamericana en la Temática de la Modernización y Perfeccionamiento de la Justicia en las Américas, abril de 2003, Cidade do Panamá, Panamá.

Ainda com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento e a codificação do Direito Internacional, o Escritório participou de diferentes eventos internacionais com o propósito de dar a conhecer e impulsionar as atividades de caráter jurídico da OEA, bem como divulgar sua obra jurídica por meio dessa participação e de atividades de coordenação e cooperação com outras organizações internacionais e nacionais dos Estados membros.

Nesse sentido, o Escritório do Subsecretário assessorou e prestou serviços jurídicos ao plenário e à Comissão Geral do Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizado em Santiago, Chile, em junho de 2003.

O Escritório prestou apoio técnico ao Sexagésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Comissão Jurídica Interamericana, realizada no Rio de Janeiro, em março de 2003, e ao seu Sexagésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões, realizado em agosto do mesmo ano. Nesses períodos de sessões, prestou-se assessoria jurídica sobre os seguintes temas relacionados com a agenda da Comissão: a lei aplicável e a jurisdição internacional competente em matéria de responsabilidade civil extracontratual; cartéis no âmbito do direito de concorrência nas Américas; Sétima Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado (CIDIP-VII); aperfeiçoamento dos sistemas de administração de justiça nas Américas: acesso à justiça; o Tribunal Penal Internacional; aspectos jurídicos da segurança interamericana; aplicação da Carta Democrática Interamericana; elaboração de um projeto de Convenção Interamericana contra o Racismo e Todas as Formas de Discriminação e Intolerância; direito da informação: acesso e proteção da informação e de dados pessoais; e aspectos jurídicos do cumprimento, no âmbito interno dos Estados, de sentenças de tribunais internacionais ou outros órgãos internacionais com funções jurisdicionais.

O Escritório do Subsecretário interveio e- 100 - participou nas Jornadas de Direito

Internacional, realizadas na cidade de Lima, em novembro de 2003. Na ocasião, apresentou o documento *Algunas Tendencias del Derecho Internacional a Principios del Siglo XXI*, além de outro sobre os resultados alcançados nessas Jornadas.

O Escritório participou das seguintes reuniões e seminários: Quarta Reunião Preparatória do Terceiro Período Ordinário de Sessões (CICTE), de 21 a 25 de janeiro de 2003, San Salvador, El Salvador; Reunião sobre Modernização de Sistemas de Justiça do Panamá, de 9 a 13 de abril de 2003, Cidade do Panamá; Reunião da OEA para o Melhoramento da Assistência Jurídica Mútua no Hemisfério, Ministros da Justiça, de 30 de abril a 2 de maio de 2003, Ottawa, Canadá; Reunião do Grupo de Peritos Governamentais em Matéria de Delito Cibernético, em 23 e 24 de junho de 2003, Washington, D.C.; Primeira Reunião de Pontos de Contatos Nacionais do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE), 15 de julho de 2003, Washington, D.C.; Simpósio sobre o Bijuralismo, Departamento da Justiça, em 16 e 17 de outubro de 2003, Toronto, Canadá; Conferência Especial sobre Segurança, em 27 e 28 de outubro de 2003, Cidade do México; Nações Unidas: Comissão de Assuntos Jurídicos (Sexta Comissão), de 3 a 5 de novembro de 2003, Nova York; Conferência Nacional sobre a Convenção Interamericana contra a Corrupção e Sua Aplicação no Suriname, de 13 a 15 de dezembro de 2003, Paramaribo, Suriname; e o Primeiro Congresso de Cultura e Sistemas Jurídicos Comparados, de 9 a 14 de fevereiro de 2004, Cidade do México.

O Escritório também prestou assessoria a diversos níveis do Conselho Permanente da OEA sobre temas específicos, a saber: na reforma do Estatuto e Regulamento do Conselho Permanente; no tema da modificação do Estatuto e Regulamento do CICTE; nos trabalhos da Comissão de Segurança Hemisférica; na função de coordenação entre a Subsecretaria de Assuntos Jurídicos e o Centro de Estudos da Justiça das Américas; e no Grupo de Trabalho sobre Terrorismo, do citado Conselho.

O Escritório do Subsecretário renovou o acordo de manutenção da ligação entre a OEA e a Seção de Direito e Prática Internacionais do Colégio de Advogados dos Estados Unidos (*American Bar Association*). Também conveio a manutenção de relações formais com o Escritório Jurídico do Conselho da Europa.

Finalmente, o Escritório do Subsecretário manteve contatos, relações de cooperação, atividades de ligação e intercâmbios no campo jurídico com numerosas instituições, entre as quais: *Georgetown University*, *George Washington University*, *American University*, *American Society of International Law*, *American Law Institute* (ALI), a Assessoria Jurídica do Banco Mundial, a Federação Interamericana de Advogados, *North South Center* e *American Bar Association*, Seção de Direito Internacional e Prática, Painel *Visión Futura de América Latina*, Instituto CATO; e a Reunião Anual da *American Society of International Law*. O Escritório tem mantido permanente e ativa cooperação com o Programa de Estágios da Secretaria-Geral, selecionando numerosos advogados.

## Departamento de Direito Internacional

### *Assessoramento aos órgãos, organismos e entidades da Organização*

Na esfera de sua competência, em 2003, o Departamento de Direito Internacional prestou assessoramento e serviços jurídicos no campo do Direito Internacional Público e Privado ao Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizado em Santiago, Chile, em junho de 2003; ao Conselho Permanente e suas Comissões de Assuntos Jurídicos e Políticos (CAJP) e de Segurança- 101 - Hemisférica (CSH), bem como no tocante

aos aspectos estatutários e regulamentares que regem o funcionamento desses órgãos.

O Departamento de Direito Internacional assessorou a CAJP particularmente com referência à Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, os defensores de direitos humanos, o Programa Interamericano para o Desenvolvimento do Direito Internacional, as atividades de seguimento da Lei Modelo Interamericana sobre Garantias Mobiliárias e os Conhecimentos de Embarque Diretos Uniformes para o Transporte Internacional de Mercadorias por Estrada de Rodagem, nos preparativos para a Sétima Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado, o Estudo sobre os direitos e o atendimento das pessoas submetidas a qualquer forma de detenção e reclusão, a prevenção do racismo e toda forma de discriminação e intolerância, a proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais na luta contra o terrorismo, o acesso à informação pública e o fortalecimento da democracia, o Programa Interamericano de Cooperação para Prevenir e Reparar Casos de Subtração Internacional de Menores por parte de Um de Seus Progenitores, o estudo sobre o acesso das pessoas à Corte Interamericana de Direitos Humanos e a avaliação do funcionamento do sistema interamericano de proteção e promoção dos direitos humanos, para seu aperfeiçoamento e fortalecimento.

Em particular, cabe destacar a assessoria prestada pelo Departamento na preparação da próxima Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado (CIDIP-VII), convocada pela Assembléia Geral no seu último período ordinário de sessões e, em especial, no processo inicial de determinação dos temas a serem abordados nessa reunião. Ademais, foram preparados extensos estudos que sistematizam a situação atual dos trabalhos preparatórios da Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

No âmbito da Comissão de Segurança Hemisférica, prestou-se assessoria na preparação da Conferência Especial sobre Segurança, realizada no México, em 27 e 28 de outubro de 2003, particularmente em relação à ata da Conferência, à Declaração final e aos relatórios da Comissão Geral e do plenário. Essas atividades de assessoria tiveram como marco de referência a Declaração de Bridgetown: Abordagem Multidimensional da Segurança Hemisférica, adotada em 2002, por ocasião do Trigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral (Barbados, junho de 2002).

Em 2003, o Departamento de Direito Internacional, na qualidade de Secretaria da Comissão Jurídica Interamericana, prestou apoio técnico e administrativo nos dois períodos ordinários de sessões da Comissão, realizados em março e agosto. Com essa finalidade, preparou as agendas anotadas de ambos os períodos de sessões, que registram a evolução de cada um dos temas incluídos na agenda da Comissão. Redigiu também documentos que resumem os mandatos que lhe foram conferidos pela Assembléia Geral; prestou apoio à redação dos respectivos projetos de resolução; colaborou na editoração dos relatórios apresentados pelos membros da Comissão; fez constar em atas resumidas o desenvolvimento das reuniões da Comissão Jurídica e encarregou-se da preparação do seu relatório anual à Assembléia Geral. Durante o recesso da Comissão Jurídica Interamericana, o Departamento deu apoio ao trabalho dos relatores no desenvolvimento dos respectivos temas; organizou a participação dos membros da Comissão como observadores em distintos foros; e deu cumprimento aos mandatos constantes das resoluções e decisões da Comissão Jurídica Interamericana. Em particular, colaborou em tudo o que se referia à organização do seu Centenário e o Acordo entre o Governo do Brasil e a Secretaria-Geral da OEA, mediante o qual é cedida uma parte das instalações do Palácio Itamaraty à Comissão Jurídica Interamericana. Além disso, o Departamento de Direito Internacional apoiou a Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos do Conselho Permanente na elaboração de suas observações e recomendações sobre o Relatório Anual do Conselho correspondente às atividades em 2002. Também colaborou na organização da-

Jurídicos dos Ministérios das Relações Exteriores dos Estados Membros da OEA, realizada em 25 e 26 de agosto de 2003, no âmbito do Sexagésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Comissão Jurídica.

### *Desenvolvimento do Direito Internacional*

No período abrangido por este relatório, em cumprimento aos mandatos referentes ao Programa Interamericano para o Desenvolvimento do Direito Internacional e no exercício das competências e funções que lhe cabem, o Departamento de Direito Internacional organizou e/ou participou das atividades a seguir indicadas.

*Curso de Direito Internacional.* O Departamento de Direito Internacional, juntamente com a Comissão Jurídica Interamericana, organizou o Trigésimo Curso de Direito Internacional, realizado de 4 a 29 de agosto de 2003, com a participação de 24 professores de vários países da América e da Europa, 29 bolsistas da OEA selecionados dentre mais de 70 candidatos e 25 alunos que custearam sua própria participação. O Curso, cujo tema central foi *O Direito Internacional e a manutenção da paz e da segurança internacionais*, foi oferecido no Centro Empresarial Rio, do Rio de Janeiro. O Departamento de Direito Internacional preparou o Edital do Curso; elaborou o programa, estabelecendo contato com os respectivos professores e organizando seu transporte para a cidade do Rio de Janeiro e seu alojamento; efetuou a seleção dos bolsistas ao Curso, fornecendo-lhes todas as informações necessárias para sua participação e apoio acadêmico e pessoal durante sua estada na cidade; e avaliou sua participação para fins de expedição do respectivo certificado de aprovação.

*Jornadas de Direito Internacional.* De 17 a 20 de novembro de 2003, realizaram-se em Lima, Peru, as Jornadas de Direito Internacional. O evento foi organizado pelo Departamento de Direito Internacional com a Academia Diplomática do Ministério das Relações Exteriores do Peru.

Participaram das Jornadas 13 professores estrangeiros e 18 nacionais de Direito Internacional Público e Privado. O Programa de Trabalho abordou os seguintes temas: Direito Internacional Privado; Direito Internacional Público: Desafios no Cenário do Século XXI (Integração, Direitos Humanos, O Sistema Interamericano e Direito Internacional Público Geral); e o exame da metodologia do ensino e de atualização de Programas de Direito Internacional Público e Privado.

### Publicações Jurídicas

No período abrangido por este relatório, o Departamento de Direito Internacional editou, publicou e distribuiu os volumes correspondentes às seguintes atividades:

*Vigésimo Nono Curso de Direito Internacional*, organizado em agosto de 2002, cujo tema central foi Recursos Naturais, Energia, Meio Ambiente e o Direito Internacional. Este volume contém 15 apresentações (554 páginas).

*Jornadas de Derecho Internacional*, Florianópolis, Brasil, organizadas em dezembro de 2002. Contém os trabalhos apresentados e os debates posteriores entre os professores de Direito Internacional Público e Privado, bem como as conclusões e recomendações finais. Este volume inclui 29 apresentações (520 páginas).

*Serie Temática sobre Cursos de Derecho Internacional: El Derecho Internacional Privado en las Américas (1974-2001)*. Contém as aulas ministradas de 1974 até 2001 sobre o Sistema Interamericano. O volume é composto de duas partes e inclui 105 artigos agrupados por autor. Um índice cronológico e um índice temático foram incluídos no final da segunda parte (2.278 páginas).

## Informação pela Internet e em CD-ROM

### *Informação pela Internet*

O Departamento de Direito Internacional inaugurou sua página na Internet com informação pertinente às áreas de trabalho do Departamento e às atividades da Comissão Jurídica Interamericana.

Espanhol: [www.oas.org/dil/es/Departamento\\_de\\_Derecho\\_Internacional.htm](http://www.oas.org/dil/es/Departamento_de_Derecho_Internacional.htm);

Inglês: [www.oas.org/dil/Department\\_of\\_International\\_Law.htm](http://www.oas.org/dil/Department_of_International_Law.htm).

### *CD-ROM*

Preparou-se a terceira versão do CD-ROM que contém informações sobre as atividades da Subsecretaria de Assuntos Jurídicos (Escritório do Subsecretário, Secretaria Técnica de Mecanismos de Cooperação Jurídica, Tribunal Administrativo e Departamento de Direito Internacional) e do Departamento de Serviços Jurídicos.

### *Assembléia Geral Modelo*

De 23 a 28 de março de 2003, realizou-se o Vigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral Modelo da Assembléia Geral da OEA para universidades na cidade de Querétaro, México. O Departamento de Direito Internacional enviou um advogado como parte da equipe de consultores encarregados da revisão dos projetos de resolução e do seguimento dos debates. O Departamento também participou do Vigésimo Segundo Período de Sessões da Assembléia Modelo para escolas secundárias, realizado de 3 a 6 de dezembro de 2003, em Washington, D.C.



## Participação em foros internacionais

Os advogados do Departamento de Direito Internacional efetuaram apresentações nos seguintes foros, com o propósito de informar sobre as atividades jurídicas desenvolvidas no âmbito da Organização:

Reunião da Comissão Interparlamentar Centro-Americana e da Bacia do Caribe de Assuntos Internacionais, Econômicos, de Integração Regional e de Paz (San Salvador, El Salvador)  
Primeira Reunião do Grupo Parlamentar de Luta contra o Terrorismo (Cidade do México)  
Décimo Primeiro Encontro Internacional de Direito da América do Sul (Florianópolis, Brasil)  
Seminário Anual da Academia Mexicana de Direito Internacional Privado (Tijuana, México)  
Reunião Anual da Seção de Direito Internacional da Associação Americana de Advogados (*American Bar Association*) (Washington, D.C.)  
Curso de Direito Internacional de Registros, Universidade Nacional Autônoma do México (Cidade do México)  
Assembléia Geral Modelo da OEA (Querétaro, México).

## Tratados interamericanos e acordos bilaterais de cooperação

Em conformidade com o artigo 112, f, da Carta da Organização, a Secretaria-Geral serve de depositária dos tratados e acordos interamericanos, bem como dos respectivos instrumentos de ratificação. Da mesma forma, conforme o artigo 112, h, compete à Secretaria-Geral estabelecer relações de cooperação segundo o que for decidido pela Assembléia Geral ou pelos Conselhos, com os organismos especializados ou com outros organismos nacionais e internacionais.

Mediante a Ordem Executiva N° 96-04, de maio de 1996, referente à reorganização da Subsecretaria de Assuntos Jurídicos, determinou-se que o Departamento de Direito Internacional atuaria como depositário dos tratados multilaterais interamericanos, função que é conferida à Secretaria-Geral pela Carta da Organização.

O Departamento também cumpre a função de depositário dos acordos bilaterais entre os órgãos da OEA e os Estados Americanos ou outros organismos interamericanos ou entidades nacionais de países membros ou Observadores Permanentes, assim como dos acordos assinados entre os Estados membros para os quais a Secretaria-Geral tenha sido designada como depositária.

Em relação aos tratados multilaterais interamericanos, zelou-se em 2003 pelo cumprimento das formalidades e procedimentos exigidos para a assinatura e depósito dos instrumentos de ratificação e/ou adesão, para a formulação de reservas e outras declarações e para a denúncia e outros atos jurídicos, como a designação de autoridades centrais em relação aos tratados multilaterais interamericanos. Nesse sentido, cumpriram-se os procedimentos relativos ao recebimento de solicitações formuladas pelos Estados membros e procedeu-se à revisão dos documentos apresentados (procurações com plenos poderes, instrumentos de ratificação e/ou adesão), à coordenação com o Setor de Cerimonial, com o Gabinete do Secretário-Geral, com o Gabinete do Secretário-Geral Adjunto e com o Departamento de Informação Pública, com vistas à cerimônia respectiva, bem como à elaboração das atas e discursos, ao registro dos atos e sua notificação aos Estados membros e organismos interessados.

Nesse contexto, prestou-se assessoria jurídica a Representantes dos Estados membros e aos órgãos, organismos e demais entidades da Organização no que diz respeito a tais formalidades e procedimentos. No decorrer de 2003, o Departamento de Direito Internacional participou em dois processos de assinatura, 28 processos de depósito de instrumentos de ratificação e

adesão e nove processos de designação de autoridade central.

Prepararam-se também autenticações e forneceram-se informações atualizadas e completas sobre esses tratados (respectivos textos, situação de assinaturas e ratificações, etc.), por solicitação dos Governos dos Estados membros, Missões Permanentes e Observadores Permanentes junto à OEA, órgãos, organismos e entidades da Organização, Escritórios nos Estados membros, outros organismos internacionais, governamentais e não-governamentais e particulares em geral, bem como por meio da página na Internet.

Com relação aos acordos bilaterais, registraram-se em 2003, no Departamento de Direito Internacional, 122 acordos de cooperação referentes a diversas áreas, concluídos neste período. Na maioria dos casos, efetuou-se a revisão final dos acordos bilaterais de cooperação antes da assinatura.

Cumprir assinalar que, no período abrangido por este relatório, registraram-se modificações nos tratados interamericanos de que é depositária a Secretaria-Geral, tal como indicado no Anexo C.

#### Secretaria Técnica de Mecanismos de Cooperação Jurídica

No período abrangido por este relatório, a Secretaria Técnica de Mecanismos de Cooperação Jurídica da Subsecretaria de Assuntos Jurídicos continuou desempenhando as funções de assessoria e secretaria técnica dos órgãos, organismos e entidades da OEA, em particular das comissões ou grupos de trabalho do Conselho Permanente nas áreas sob sua responsabilidade.

Prestaram-se os serviços de assessoria e secretaria técnica para cumprir as recomendações e decisões das Reuniões de Ministros da Justiça das Américas. No âmbito da Quarta Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas (REMJA), recomendou-se a convocação de vários grupos de peritos nas matérias indicadas a seguir. O primeiro foi o grupo de peritos governamentais na área da cooperação jurídica e judiciária mútua em matéria penal, inclusive as autoridades centrais nos tratados interamericanos de cooperação jurídica e judiciária neste campo. Esta reunião realizou-se de 30 de abril a 2 de maio passado em Ottawa, Canadá. O segundo grupo de peritos corresponde à Terceira Reunião do Grupo de Peritos Governamentais em Delito Cibernético, que teve lugar em 23 e 24 de junho passado na sede da Organização. Em terceiro lugar, realizou-se a primeira reunião das autoridades responsáveis pelas políticas penitenciárias e carcerárias dos Estados membros da OEA, que teve lugar na sede da Organização em 16 e 17 de outubro de 2003.

Como resultado destas reuniões, aprovaram-se vários documentos que contêm recomendações e o plano de ação sobre cada tema tratado. Esses temas serão apresentados à consideração da próxima REMJA. Nas reuniões, decidiu-se também criar ou fortalecer várias redes eletrônicas para o intercâmbio de informações e cooperação acerca do delito cibernético, assistência judiciária mútua, políticas penitenciárias e carcerárias e extradição que operam pela Internet. Ademais, a Secretaria criou e atualiza em sua página na Internet um banco de dados sobre os temas relacionados com as REMJAs e seus documentos de trabalho, decisões tomadas e ações realizadas para desenvolver as recomendações emanadas de suas reuniões.

Continuaram a desempenhar-se as tarefas de Secretaria Técnica do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção. Este mecanismo foi aprovado pelos Estados Partes em 4 de junho de 2001, no período ordinário de sessões da Assembléia Geral. A Comissão de Peritos, criada como um dos órgãos deste Mecanismo, realizou com êxito suas quatro - 106 - primeiras reuniões e, como parte dos

trabalhos previstos para a primeira rodada de análises, aprovou oito relatórios de países membros do Mecanismo sobre a implementação das disposições da Convenção no tocante aos temas definidos para esta primeira rodada.

Complementarmente, a Secretaria tem-se envolvido de forma ativa no desenvolvimento de atividades de cooperação que permitam apoiar o trabalho em curso no âmbito deste Mecanismo. Em particular, cabe mencionar as atividades relacionadas com o programa que está recebendo impulso da Secretaria-Geral, o qual busca analisar a legislação vigente em cada um dos países participantes, a fim de promover sua adaptação diante dos compromissos assumidos na Convenção Interamericana contra a Corrupção. No período a que se refere este relatório, este programa concentrou-se nos países do Caribe e no Brasil. Foros com características semelhantes também já foram organizados em mais de 12 países da América do Sul e da América Central.

Apoio semelhante vem sendo dado à Comissão Consultiva da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (CIFTA). Em apoio aos trabalhos desta Comissão, prestaram-se serviços de assessoria e secretaria técnica à CIFTA e a sua Secretaria *Pro Tempore*, particularmente nos assuntos voltados para promover a assinatura e ratificação da referida Convenção e sua implementação nas respectivas legislações nacionais. Elaborou-se o documento intitulado *Normas legales internacionales e instrumentos jurídicos sub-regionales relacionados con las disposiciones previstas en la Convención Interamericana contra la Fabricación y el Tráfico Ilícito de Armas de Fuego, Municiones, Explosivos y otros Materiales Relacionados*. Participou-se, além disso, da Conferência Preparatória dos Estados Partes da CIFTA, organizada pelo Governo da Colômbia e realizada em 10 de setembro de 2003, e agora estão sendo elaborados os documentos de trabalho para a próxima conferência dos Estados Partes da CIFTA.

Cumprindo os mandatos do Programa Interamericano para o Desenvolvimento do Direito Internacional, resolução AG/RES. 1921 (XXXIII-O/03) da Assembléia Geral, continuou-se a atualizar e modernizar o Sistema Interamericano de Informação Jurídica que funciona por meio da página que mantém na Internet, cujo valor se evidencia pelo crescente número de acessos virtuais registrados. Além dos bancos de dados que integram o Sistema, que encerram o texto completo dos tratados interamericanos, a situação das assinaturas e ratificações e as diversas resoluções expedidas no âmbito da OEA, criaram-se redes de intercâmbio de informações e cooperação sobre os temas seguintes: extradição, assistência judiciária mútua, delito cibernético e políticas penitenciárias e carcerárias.

Em matéria de direito internacional humanitário, participou-se, em conjunto com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), de um *workshop* regional sobre desenvolvimento de legislação neste campo, que teve lugar em Antígua, Guatemala, de 27 a 29 de agosto de 2003. Nesta ocasião também se avaliou o funcionamento das comissões nacionais para a aplicação do direito internacional humanitário, visando estimular soluções que reforcem a sua eficácia. Esse trabalho permitiu um intercâmbio mais intenso de informações e experiências entre estas comissões. Nesta mesma oportunidade, examinaram-se também os principais temas da atualidade relativos à aplicação nacional do direito internacional humanitário, como a implementação do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, com vistas a analisar e fortalecer a contribuição das comissões nacionais a este respeito.

Com a colaboração do CICV, estão se desenvolvendo os trabalhos preparatórios para realizar uma próxima sessão especial no âmbito da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos do Conselho Permanente, que tratará do tema do direito internacional humanitário e do Tribunal Penal Internacional.



## SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

A Subsecretaria de Administração é responsável pelo planejamento, organização, coordenação e supervisão geral das atividades administrativas referentes ao orçamento-programa, à administração financeira, administração de pessoal, aquisição de bens e contratação de serviços, processamento de dados, edifícios e propriedades, comunicações, segurança, ativos e administração dos sistemas e procedimentos da Secretaria-Geral. Nos termos da Ordem Executiva N° 02-7, aprovada em 24 de julho de 2002, os serviços da Subsecretaria são prestados atualmente por intermédio dos Departamentos de Serviços Financeiros; Análise Administrativa, Planejamento e Serviços de Apoio; Serviços de Recursos Humanos; Tecnologia e Serviços Gerais; e de Serviços de Gestão de Compras.

### Escritório do Subsecretário de Administração

Os pormenores das atividades da Subsecretaria de Administração constam nos relatórios de cada um dos seus cinco departamentos. Mas, em resumo, as atividades principais incluíram a coordenação com a firma de consultores *Deloitte & Touche*, que efetuou um estudo de gestão. O início da reforma do Salão Libertador Simon Bolívar e da área anteriormente usada pela Biblioteca Colombo para armazenar arquivos; a contínua cooperação com os Estados membros na busca de mecanismos para reforçar a Organização dentro das limitações orçamentárias; e a gestão eficiente do grande incremento de funções relacionadas com fundos específicos.

### Departamento de Serviços Financeiros (DFS)

A situação financeira da OEA reflete-se nos demonstrativos que aparecem no fim deste relatório como Anexo E que incluem: a) os Subfundos de Operações e de Reserva do Fundo Ordinário, cujo orçamento é aprovado pela Assembléia Geral; e b) os fundos específicos financiados por contribuintes unilaterais ou multinacionais para atividades extra-orçamentárias.

Os demonstrativos do Anexo E resumem a situação financeira da Organização dos Estados Americanos nos seguintes fundos:

Subfundos de Operações e de Reserva do Fundo Ordinário cujo orçamento é aprovado pela Assembléia geral:

Quadro 1: Situação comparativa combinada de ativos, passivos e saldo do Fundo, em que se apresenta a situação financeira da Organização no final do ano.

Quadro 2: Situação comparativa combinada de variação no saldo do Fundo, em que está refletido o resultado da atividade financeira ao longo do ano.

Fundos Específicos financiados por contribuições unilaterais ou multinacionais para atividades extra-orçamentárias:

Quadro 3: Situação comparativa de ativos, passivos e saldos dos fundos, em que se apresenta a situação financeira da Organização no final do ano, e situação comparativa de variação nos saldos dos fundos, em que se reflete o resultado da atividade financeira durante o ano.

Em 31 de dezembro de 2003, a situação financeira do Fundo Ordinário continuava sólida. O saldo do Fundo baixou do montante recorde de US\$44,5 milhões em 2002 para um superávit de US\$18,9 milhões no fim de 2003. Essa- 109 - redução deve-se à execução da resolução

CP/RES. 831 (1342/02), “Uso de excedentes de recursos do Subfundo de Reserva para investimentos de capital e cumprimento de mandatos da OEA”, aprovada pelo Conselho Permanente em 6 de novembro de 2002, no montante de US\$21 milhões, e ao resultado anual deficitário de US\$4,6 milhões.

A análise seguinte compara a autorização orçamentária (dotações) da Assembléia Geral e do Conselho Permanente, o financiamento proporcionado pelos Estados membros e os níveis de execução no decorrer do ano.

*Dotações:* No Trigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, a Secretaria-Geral foi autorizada a executar US\$76 milhões, correspondentes ao orçamento ordinário, com a atribuição de cotas no valor de US\$73,7 milhões aos Estados membros e US\$2,3 milhões em outras receitas.

*Financiamento e execução:* Em 31 de dezembro de 2003, o Fundo Ordinário arrecadou um total de US\$71,7 milhões, dos quais US\$69,4 milhões em cotas dos Estados membros e US\$2,3 milhões em outras receitas. Ao encerrar-se o período, a Secretaria-Geral havia executado atividades no total de US\$76,3 milhões, que representa o total do orçamento aprovado. O efeito líquido operacional foi um déficit de US\$4,6 milhões.

*Impacto financeiro:* No início do período, o Fundo Ordinário acusava um total de US\$10,6 milhões em cotas a cobrar e US\$73,7 milhões em cotas de 2002, perfazendo um total de US\$84,3 milhões. Após receber US\$69,4 milhões em cotas, ou seja, US\$69,1 milhões em cotas de 2003 e US\$300 mil em cotas de anos anteriores, a dívida dos Estados membros aumentou de US\$10,6 milhões para US\$14,5 milhões.

Ao longo do ano, os fundos específicos receberam contribuições no montante aproximado de US\$70,7 milhões.

O Fundo Ordinário continua financeiramente sólido com um saldo no Subfundo de Reserva de US\$18,9 milhões, equivalente a 25% das cotas. Esta percentagem é 5% inferior ao requisito estatutário de 30%.

Departamento de Análise Administrativa, Planejamento e Serviços de Apoio (DMAPSS)

#### *Orçamento*

O DMAPSS continuou a prestar serviços de apoio para a análise, coordenação e formulação do projeto de orçamento-programa e atuou como secretaria técnica da Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários (CAAP). Na análise e discussão do orçamento-programa, preparou relatórios de seguimento que apoiaram o projeto de resolução sobre o orçamento para 2004. Com referência à execução do orçamento do Fundo Ordinário 2003, o Departamento preparou relatórios periódicos sobre a execução do orçamento, em cumprimento às Normas Gerais para o Funcionamento da Secretaria-Geral. Em 2003, as arrecadações de cotas, tanto correntes como em mora, totalizaram US\$69,7 milhões, montante significativamente inferior ao de 2002, de US\$94,6 milhões, montante mais em linha com os anos anteriores. Ver o Anexo A

#### *Mandatos*

Em cumprimento à resolução AG/RES. 1974 (XXXIII-O/03) e ao artigo 87, a, das Normas Gerais, as áreas obtiveram informação em- 110 - linha sobre os mandatos que abrangem os

anos de 1997 a 2003. As áreas articularam os resultados dessas atividades, bem como os vínculos entre os mandatos, as atividades empreendidas e os resultados obtidos.

### *Estudo de gestão*

No contexto da resolução CP/RES. 831 (1342/02), o Departamento apresentou relatórios trimestrais ao Conselho Permanente sobre a disposição das dotações para financiar o Estudo de Gestão nos termos da resolução AG/RES. 1909 (XXXII-O/02), “Orçamento-Programa da Organização para 2003, cotas e contribuições para o fundo voluntário, 2003”. Também prestou apoio técnico, administrativo e logístico à firma *Deloitte & Touche, LLP*, para que esta pudesse compilar efetivamente a informação requerida. No total, foram desembolsados US\$750 mil a título de pagamento de honorários, ademais de outros US\$20 mil para custear despesas relacionadas com telecomunicações, tradução e impressão de documentos, bem como a viagem de um dos consultores ao Chile, por ocasião do Trigesimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral.

### *Sistema Gerencial (OASES)*

Para apoiar as atividades administrativas e atender às necessidades dos usuários do OASES de forma eficiente e oportuna, procedeu-se ao aperfeiçoamento e implementação de novos relatórios. Também continuou o processo de integração dos Escritórios da OEA nos Estados membros ao OASES. Adiantou-se a migração e prova da nova versão do sistema OASES, a ser implementado no começo de 2004; otimizou-se a arquitetura do sistema e melhoraram-se os mecanismos de segurança e auditoria.

Quanto à análise administrativa e treinamento do pessoal da Secretaria-Geral no uso do OASES, continuou-se a revisar e atualizar os manuais e procedimentos que servem de guia para os usuários. Deu-se novo enfoque às necessidades de treinamento, a fim de incorporar classes sobre manuais e procedimentos, inclusive o maneja da ferramenta *Discoverer*, para a preparação de relatórios financeiros. Ofereceu-se um total de 62 sessões de treinamento, com a participação de 196 funcionários. Além disso, 24 funcionários dos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros receberam treinamento em aplicações financeiras do OASES. Igualmente, desenhou-se e implementou-se uma solução em OASES para os processos de contratação de serviços de conferências e reuniões.

### *Departamento de Serviços de Recursos Humanos (DHRS)*

O Departamento de Serviços de Recursos Humanos experimentou substancial incremento nas solicitações de apoio ao conjunto da Secretaria-Geral, que foram atendidas sem aumento dos recursos disponíveis. O incremento de recursos dos fundos específicos elevou de 674 para 718 o número de funcionários da Secretaria-Geral em 2003 e aumentou o volume de operações correntes realizada pelo Departamento, tais como recrutamento, concursos para preenchimento de vagas, classificação de cargos, concessão de benefícios e renovação de seguros, que somaram mais de três mil operações nesse ano.

Além do progresso alcançado na eficiência do cumprimento das tarefas regulares, destacam-se a seguir algumas iniciativas especiais mais recentes.

O Programa de Estágios da Secretaria-Geral continua a crescer e recebeu, em 2003, aproximadamente 463 solicitações de candidatos, dos quais 181 foram selecionados para estagiar em diferentes dependências da Secretaria - 111 - Geral.

O Departamento continuou a prestar apoio ao sistema de avaliação de pessoal. Esse apoio abrange aspectos tais como treinamento para supervisores em áreas de gestão de pessoal, comunicações e planejamento.

Quanto ao Programa de Treinamento, deu-se início a um novo sistema de reembolsos que possibilitou elevar de US\$400 para US\$1.000 o subsídio máximo dos custos de cursos seguidos por membros do pessoal. O pessoal da Secretaria-Geral beneficiou-se dessa nova norma para fins de treinamento, notando-se um incremento nos cursos de nível superior, ademais de outros cursos em automatização, idiomas, gestão e projetos. Por meio do novo sistema de reembolsos para educação, processaram-se 88 pedidos formulados tanto por funcionários da sede como dos Escritórios dos Estados membros. Em 2003, o orçamento para o Programa de Treinamento de funcionários foi de US\$47.417.

A Unidade de Serviços de Saúde atendeu 3.216 consultas em 2003, e o médico de plantão, contratado por intermédio da Universidade Johns Hopkins, efetuou 75 exames médicos.

Prosseguiu a atualização do módulo de recursos humanos do sistema *Oracle* para recursos humanos. Nesse período, incorporaram-se melhorias ao sistema de pessoal e concluiu-se a incorporação da versão 11.5.7, estando prevista para fevereiro de 2004 a instalação da versão 11.5.8. Concluiu-se o desenho de programas para automatizar todos os arquivos do pessoal, o que vale, ademais, como exercício piloto para a eventual criação do *data warehouse* do conjunto da Secretaria-Geral.

Em 2003, o Departamento concluiu a execução do projeto sobre a integração da perspectiva de gênero na Secretaria-Geral, auspiciado pelo Governo do Canadá, com pleno cumprimento das metas previstas.

Neste ano, realizou-se o primeiro concurso para contratos contínuos, mediante o qual resultaram favorecidos 45 dos 106 funcionários elegíveis participantes. Com isto, a Secretaria-Geral completou a transição do antigo serviço de carreira para esta nova modalidade de contratação.



#### Departamento de Tecnologia e Serviços Gerais (DTFS)

O Departamento de Tecnologia e Serviços Gerais concentrou seus esforços e o tempo disponível na integração dos serviços de tecnologia da informação, adaptando-os à infra-estrutura física dos edifícios da Secretaria-Geral.

Concluiu-se a renovação do Edifício da Secretaria-Geral situado na Rua F, que foi oficialmente inaugurado em 3 de dezembro. Ao longo da obra, as atividades regulares da Secretaria-Geral não sofreram nenhuma interrupção e mais de 650 usuários foram reinstalados em seus novos escritórios sem afetar suas atividades.

O Edifício da Rua F dispõe de três modernos salões de conferência: o Padilha Vidal, o Gabriela Mistral e o Rubén Darío, dotados de sistemas de interpretação simultânea em quatro idiomas. Como parte da reforma, facilitou-se acesso a portadores de deficiências físicas e modernizou-se o sistema de segurança. Parte do terceiro andar é alugada pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA); o segundo andar será futuramente alugado. O primeiro andar está dedicado a espaço comercial, que já é parcialmente utilizado pela Cooperativa de Crédito da OEA.

A reforma do Edifício Principal (Rua 17 e Constitution Avenue) implica importantes desafios arquitetônicos e de construção devido à sua antigüidade e qualidade histórica. A área anteriormente utilizada para armazenamento pela Biblioteca Colombo (a ala norte do Edifício) foi submetida a limpeza e recebeu um segundo piso. No primeiro piso, será instalado um salão para reuniões informais com acesso a serviços telefônicos e de fax, computadores e conexão pela Internet. No segundo piso será instalado um salão de propósitos múltiplos, com o que aumentará a área reservada para reuniões no Edifício Principal. A Divisão de Tecnologia está encarregada da supervisão da instalação de uma rede *Ethernet* de alta capacidade, bem como de redes e de serviços sem fio.

Iniciou-se a etapa de planejamento para a remodelação do salão de conferências Libertador Simón Bolívar, cujo projeto foi confiado mediante contrato à empresa *Milner y Asociados*. A Divisão de Tecnologia prestou serviços técnicos de seguimento, controle e gestão automatizada de casos e petições recebidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Cumprindo o mandato de salvaguardar os recursos informáticos, a Divisão dedicou seus esforços ao fortalecimento das defesas das redes de dados contra os ataques de vírus e outras ameaças à segurança da informação.

#### Departamento de Serviços de Gestão de Compras (DPMS)

O Departamento de Serviços de Gestão de Compras negociou importantes licitações com a FUPAD e a Fundação Gateway para o Desenvolvimento, para fins de ocupação do segundo andar do Edifício da Secretaria-Geral e para o espaço comercial na esquina das Ruas 19 e F.

O Departamento negociou múltiplos contratos com várias firmas para fins de renovação dos antigos arquivos da Biblioteca Colombo e do Salão Libertador Simón Bolívar.

Encarregou-se também das seguintes licitações: seleção do fornecedor de material de escritório para toda a Organização. Provisão, a uma agência independente, de acesso a serviços atualmente gerenciados pelo Escritório de Viagens; seleção da empresa para o envio e armazenamento dos bens pessoais de funcionários repatriados.

Por sua vez, a Divisão de Ativos Fixos efetuou um inventário físico de mais de 20.000 bens da Organização; registrou mais de 1.100 transações no valor superior US\$9.400.000, inclusive a aquisição de mais de 700 bens e a eliminação de mais de 350 bens em desuso; e, para melhorar o controle dos ativos físicos, implementou os relatórios dos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados Membros ao DPMS relacionados com a aquisição de bens de custo superior a US\$500. Realizou, igualmente, um inventário dos veículos em nome da Secretaria-Geral destinados a operações fora da sede e verificou o devido registro e seguro de todos eles.

Dentre as atividades relacionadas com o OASES em 2003, destacam-se as seguintes:

Gerou aproximadamente 24.700 ordens de compras, com base em requisições. Isto representa um incremento em relação ao ano anterior, já que a cifra de 2002 foi inflacionada em consequência da reinserção de grande número de ordens de compra após a conversão.

Iniciou um agressivo sistema de revisão periódica de obrigações, assim facilitando a limpeza de mais de 10.000 linhas de ordens. Isto permitirá minimizar os esforços do processo de encerramento de exercício.

Em outras atividades, o DPMS participou da criação dos procedimentos para a Secretaria de Conferências e Reuniões (SCM); encarregou-se da atualização dos manuais de compras e participou do treinamento dentro e fora da sede. No que se refere ao treinamento na sede, foram regularmente ministrados os quatro cursos de aquisições, criando-se adicionalmente o curso para procedimentos de contratos por tarefa e o curso para os compradores da SCM. Com relação ao treinamento fora da sede para diretores e funcionários administrativos, incluiu-se um representante do DPS no grupo de instrutores em OASES. Funcionários de dez Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados Membros receberam treinamento e certificações.

Finalmente, o DPMS encabeçou o Grupo Coordenador de OASES e participou ativamente de seus grupos focais para servir como meio para a solução dos assuntos pendentes do sistema e para a coordenação das futuras atividades.